

FERNANDO DE NORONHA



Foto da Vila dos Remédios no ano de 1958. (acervo particular de Seu Zé Martins)

E OS VENTOS DA GUERRA FRIA

(A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NOS ANOS DE JK)

GRAZIELLE RODRIGUES DO NASCIMENTO

Recife, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FERNANDO DE NORONHA E OS VENTOS DA GUERRA FRIA

(A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NOS ANOS DE JK)

Dissertação apresentada à banca examinadora da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de grau mestre em História Social do Programa de Pós-Graduação em História sob orientação do Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagel.

GRAZIELLE RODRIGUES DO NASCIMENTO

Recife, 2009.

Nascimento, Grazielle Rodrigues do

Fernando de Noronha e os Ventos da Guerra Fria (a relação entre Brasil e Estados Unidos nos anos de JK) / Grazielle Rodrigues do Nascimento. – Recife: O Autor, 2009.

163 folhas ; il., fotos, fig.; mapas

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2009.

Inclui: bibliografia.

1. História. 2. Fernando de Noronha, ilha PE). 3. Brasil X Estados Unidos – Governo Juscelino Kubitschek. 4. Guerra Fria. I. Título.

**981.34
981**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2010/07**



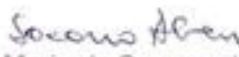
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA GRAZIELLE RODRIGUES DO NASCIMENTO.

Às 11:00h do dia 26 (vinte e seis) de agosto de 2009 (dois mil e nove), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna, **Grazielle Rodrigues do Nascimento**, intitulada ***"Fernando de Noronha e os Ventos da Guerra Fria (a relação entre Brasil e Estados Unidos nos Anos de JK)"***, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito **"APROVADA"**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Marc Jay Hoffnagel (Orientador), Maria do Socorro de Abreu e Lima e Marcília Gama da Silva. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da Resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, a Coordenadora, Profª. Drª Tanya Maria Pires Brandão e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 26 de agosto de 2009.


Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagel.


Profª. Drª. Marcília Gama da Silva.


Prof. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima.


Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão.


Sandra Regina Albuquerque.

FERNANDO DE NORONHA E OS VENTOS DA GUERRA FRIA

(A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NOS ANOS DE JK)

GRAZIELLE RODRIGUES DO NASCIMENTO

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profº Dr. Marc Jay Hoffnagel

Examinador interno: Profª Dra. Maria do Socorro Abreu e Lima

Examinador externo: Profª Dra. Marcília Gama da Silva

Examinador interno (suplente): Profª Dra. Tanya Maria Pires Brandão

Examinador externo (suplente): Prof Dr. Marcos Guedes

Recife, 2009.

Dedico este trabalho aos três grandes amores da minha vida:

João (in memoriam), Tida e Tatinha.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que aqui estarão sendo registrados não conseguiriam alcançar a importância de cada gente, objeto, situação, experiência e vivência sentidas e desenvolvidas ao longo, não apenas desses dois anos de trabalho para a pós-graduação, mas ao longo dos meus 10 anos de pesquisa sobre a história da Ilha de Fernando de Noronha. Foram tantas alegrias, dores, decepções e espantos que correria o risco de deixar escapar a oportunidade de eternizar o AGRADECIMENTO.

Mas vou começar os agradecimentos pelos “cinquentenários” da Ilha de Fernando de Noronha. Pessoas que se dedicaram a erguer uma ilha de sonhos. Um paraíso. Mesmo quando a repressão e a disciplina excessiva tentavam tornar essa ilha um assombro. Agradeço a todos vocês por me permitir viver um tempo de Noronha, o qual é retratado cheio de saudade. “Tenho razão de sentir saudade”, já nos diz Carlos Drummond de Andrade. Preciso também agradecer a própria Ilha por ter sido a razão da minha escrita. A razão pela qual eu a levo para o mundo e que me faz ter um amor inexplicável, com todos os sentimentos que o amor proporciona: paixão, euforia, desatino, dores, decepções e decepções e que se não causassem não era amor.

Quero pedir o meu mais sincero obrigado ao Professor Dr. Marc Jay Hoffnagel por ter aceitado a empreitada da orientação. Por ter tentado se inserir em um espaço insular que se encontra distante do ‘continente’ e ter compreendido as lacunas historiográficas pertinentes às histórias que se contam em Noronha. Aproveitando, agradeço a todos os professores do Departamento de História que contribuíram na minha formação, enquanto historiadora; desde o 1º período da graduação até à conclusão do Mestrado: muitíssimo obrigada. Meus profundos agradecimentos à banca de qualificação – Profª Drª Suzana Cavani e Prof. Carlos Miranda – pela pré-leitura do trabalho realizado durante o exame de qualificação que contribuiu consideravelmente para a formatação do trabalho que ora concluo. Ao Arquivo Público, na figura do coordenador Pedro Moura, como também ao Administrador-Geral do Distrito de Fernando de Noronha Romeu Baptista, ao Diretor de Articulação Insular Gustavo Araújo e ao Diretor de Gestão Insular Reginaldo Valença por terem apoiado essa pesquisa. Ao estimável Conselho Distrital que sempre esteve de prontidão aos pedidos históricos, em especial à Conselheira Marilde Costa (minha tia cinquentenária).

Gostaria de agradecer a todos os funcionários do Departamento de História, seja da graduação ou da pós-graduação, aos do Arquivo Público (Cristina, Elza, Fred, Márcio e Clodomir), da Administração de Fernando de Noronha (Elida dos Santos, Miriam Cazzetta, Sandra Veríssimo, Adeilson, Verônica Modesto, Josivan Soares, Albaniza e Luiz Gonzaga) e aos do Conselho Distrital (Gisela e Jô). Mas em especial à Rogéria (Graduação em História), à Carmem e à Sandra Regina (da Pós-graduação História). À Riso, à Micheline, à Claudia Silva e a Jerônimo Andrade da ADEFN pela atenção e respeito a minha condição de pesquisadora na Ilha.

Não posso jamais deixar de dedicar todo o meu obrigada e sentimentos a duas pessoas que foram fundamentais à existência do trabalho de pesquisa que desenvolvo, não apenas ao período da guerra fria em Noronha, mas a toda história que envolve o arquipélago de Fernando de Noronha: Marcília Gama e Hildo Leal da Rosa. Tenho esses dois como base a minha formação intelectual e acadêmica. A práxis adquirida com vocês me rendeu esse trabalho de mestrado, como também o grupo de pesquisa **Noronha Multifacetado**. Esses dois guerreiros da história agora me ajudam a construir outras *Noronhas* com Cristina Souza, Roberta Duarte e Allan Luna. Que brilhem e voem esses multifacetados nas histórias da Ilha de Fernando de Noronha.

Agora é chegada a hora e a vez daqueles que junto comigo passaram por momentos difíceis de perdas e dores, mas de muitas alegrias: a minha família, em especial ao meu pai e a minha mãe. Que durante a vida tiveram como sonho ver os seus formados. *Painho, consegui! Muito obrigada, mainha pela paciência e dedicação com a gente em casa.*

Aos meus amigos e amigas conhecidos ao longo do acaso e que sempre acompanham os meus devaneios, também meu obrigada. É tanta gente que se apresentou ao longo dessa caminhada. Mas não posso deixar de citar Maria Lana da Silva Monteiro (achando pouco ainda adicionou) de Lacerda. Claudia Abreu, Edson Marques e Laine Souza. Ainda tem Cibele e Fofuxo, Solange Maria e Andréia Bonfim. Gilmaria e Helen, Chyara e Virginia (os conquistados no Mestrado). Pedriane Dantas e Tácito Rolim conquistas decorrentes do mundo virtual através da ferramenta do Cnpq.

E não posso deixar de mencionar, pois seria injusta, meu muitíssimo obrigada a FACEPE e ao CNPq por terem disponibilizado recursos, através das bolsas cedidas no tempo de graduação e pós-graduação (respectivamente), para que eu pudesse pesquisar e estudar com tranquilidade as histórias que pairam no Arquipélago de Fernando de Noronha num entrecruzar com a do restante do Brasil.

RESUMO:

O ano de 1956 foi singular para a Ilha de Fernando de Noronha. Inserida em um ambiente de guerra fria, era instalada uma base militar norteamericana em seus arredores. Dividir com o estrangeiro este espaço insular se mostrava como “uma afronta à soberania do Brasil” para alguns. Os recortes de jornais possibilitam refletir sobre a convivência entre os técnicos que operavam os *mísseis teleguiados* e os moradores da ilha, (re) significando os tempos históricos em um movimento permanente, marcado por temporalidades e delimitações espaciais. Esta convivência ora se apresentava conflitante, quando se percebe uma dicotomia entre a necessidade dos recursos que a base oferecia à ilha (como assistência à saúde e o transporte aéreo) e o sentimento antiamericano que pairava sobre alguns militares; ora se apresentava conveniente, quando o dólar poderia render ganhos a quem se aventurasse a ir trabalhar para o americano. Assim, Defesa, Segurança e Soberania asseguravam a hegemonia americana dentro da América Latina, determinando que o Atlântico fosse o espaço dos teleguiados. O governo dos Estados Unidos inseria o Brasil em uma área de influência estratégica, cujas possibilidades de controle efetivo constituíam o principal argumento da geopolítica de segurança. Esta presença americana mudaria de certo o dia-a-dia de uma ilha em meio ao Oceano Atlântico, tornando-a um dos palcos da Guerra Fria.

Palavras-chave: História da relação Brasil X Estados Unidos; Fernando de Noronha X Guerra Fria.

ABSTRACT:

The year of 1956 was peculiar to Fernando de Noronha Island, in the state of Pernambuco, North-east of Brazil. The island was inserted in Cold War atmosphere by the installation, on its limit, of a North American military base. For some Brazilian representatives, sharing the insular lands with the foreigners was understood as “an offense to the Brazilian government sovereignty”. The newspapers bulletins, at that time, provided material to the present reflection about the sociability between foreign technical staff - in order to operate teleguided missiles - and the island natives. This is significant to understand and reformulate information about that time in History of Brazil, which was in permanent movement, signed for the aspects of temporality and spatial delimitation. The sociability is presented as a conflict, when a dichotomy took place: the need of resources, offered to the island natives by the military base (healthy assistance program and the air transportation means) in opposition to the anti-American felling about military members presence and influence. The same sociability was, then, convenient, when the American dollar made possible the offering of wages to those available to work for the American army. In this context, Brazilian and world defense, security and sovereignty were part of political speech, suggested as essential element to the North American hegemony on South America, determining the Atlantic Ocean as a teleguided missiles area. The United State government, then, inserted Brazil as an area of strategic influence, which possibility of effective control became the main argument for the geopolitical security. North American presence changed History for this island, somewhere in Brazilian Atlantic Ocean Waters. As a result, it became an important Cold War stage.

Key Words: Political relation Brazil-United States of America; Fernando de Noronha Island; Cold War History.

SIGLAS E ABREVIACÕES

ADEFN	Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha
AID	Airport Development Program
AFMTC	Air Force Missile Test Center
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BR	Brasil
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CMMBEUA	Comissão Mista Militar Brasil Estados Unidos
COPRONE	Comissão Projeto Nordeste
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de Historia Contemporânea do Brasil
Washington DC	Washington District of Columbia
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
EEUU	O mesmo que EUA
EUA	Estados Unidos
Eximbank	Export-Import Bank
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
FN	Fernando de Noronha
ICBM	Míssil Balístico Intercontinental
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK	Juscelino Kubitschek
MILS	Missile Impact System Center
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organizações das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PANAIR	Pan American World Airways
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PE	Pernambuco
POT	Posto de Observação de Teleguiados
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RCA	Radio Corporation of America
TFFN	Território Federal de Fernando de Noronha
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	United States of America
USAF	United States Air Force
USAID	United States Agency for International Development

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01	Vila dos Remédios, 1958.	(Capa)
Ilustração 02	Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e Palácio de São Miguel, 2008.	página 22
Ilustração 03	Pátio Nossa Senhora dos Remédios, 2008.	página 23
Ilustração 04	Fortaleza Nossa Senhora dos Remédios, 2008.	página 23
Ilustração 05	Mapa do Arquipélago de Fernando de Noronha, 1946.	página 27
Ilustração 06	Relação dos navios brasileiros afundados, 1942.	página 33
Ilustração 07	Parte dos presos e dos funcionários da Administração do Presídio, 1942.	página 36
Ilustração 08	2º Regimento de Artilharia Antiaérea em Fernando de Noronha, 1942.	página 37
Ilustração 09	Ruínas dos depósitos de gasolina da Segunda Guerra Mundial, 2009.	página 40
Ilustração 10	Croqui aerofotogramétrico de Fernando de Noronha, 1957.	página 41
Ilustração 11	Região destinada aos americanos durante a Segunda Guerra Mundial, 1957.	página 42
Ilustração 12	Plano hidrográfico e topográfico de Fernando de Noronha, 1942.	página 47
Ilustração 13	Mapa das coordenadas do TIAR, 1984.	página 60
Ilustração 14	Imagem do diretor da SSP do Rio de Janeiro, Amaury Kruel.	página 87
Ilustração 15	Modelos de cartazes contendo forte propaganda contra-comunista.	página 87
Ilustração 16	Mapa com as 12 bases que acompanhavam os mísseis teleguiados, 1959.	página 89
Ilustração 17	Coronel Costa, General Lott, e JK na ilha de Fernando de Noronha, 1957.	página 97
Ilustração 18	US Maury transportando material para a montagem da base, 1957.	página 101
Ilustração 19	Estrada que leva as instalações norte-americanas no Morro Francês, 1960.	página 102
Ilustração 20	Quonset das instalações da base de teleguiados, 1959.	página 104
Ilustração 21	Missile Impact System Center (MILS), 1959.	página 106
Ilustração 22	Aliança para o Progresso, 1962.	página 118
Ilustração 23	Jânio Quadros e Henrique Teixeira Lott, 1960.	página 119
Ilustração 24	Ligas camponesas, 1960.	página 121
Ilustração 25	Região das instalações da base americana, 1969.	página 129
Ilustração 26	Instalações americanas, 1960.	página 131
Ilustração 27	Cassino Americano, 1959.	página 137
Ilustração 28	Vista da Vila dos Remédios, 1961.	página 138
Ilustração 29	Relação dos americanos na ilha de Fernando de Noronha, 1957.	página 139
Ilustração 30	Basinha americana, 1958.	página 143
Ilustração 31	Mapa disposição geográfica da ilha de Ascensão à Flórida, 1957.	página 145
Ilustração 32	Comissão Mista em visita à Ilha de Fernando de Noronha, 1959.	página 146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
-------------------	-----------

CAPÍTULO 1º	21
--------------------	-----------

A Ilha de Fernando de Noronha: entre a Segunda Guerra e a Guerra Fria.

CAPÍTULO 2º	68
--------------------	-----------

Um Arquipélago Teleguiado: a relação Brasil e Estados Unidos no Governo de Juscelino Kubistchek.

CAPÍTULO 3º	111
--------------------	------------

De Canaveral ao Arquipélago de Fernando: estrangeiros passam deixando o progresso?

CONSIDERAÇÕES	151
----------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE PESQUISA	155
--	------------

INTRODUÇÃO:

*Lemos para esquecer
e também lemos para não esquecer.
Escreve-se para esquecer,
e o efeito da escritura
é fazer com que os outros não esqueçam.
Escreve-se para lembrar,
e amanhã outros vão ler essa lembrança.¹*

Em 1956, alguns jornais do Estado de Pernambuco publicavam em suas folhas a notícia sobre a cessão da Ilha de Fernando de Noronha à instalação de uma base militar dos Estados Unidos. Manchetes do tipo “**VIGORARÁ PELO PRAZO DE CINCO ANOS SUJEITO A PRORROGAÇÃO**”², eram trazidas pelo Diário de Pernambuco como título, argumentando sobre a defesa do território brasileiro, bem como de todo o continente americano. O governo do Brasil cedia ao dos Estados Unidos parte da Ilha de Fernando de Noronha para construções, especialmente de natureza eletrônica, relacionadas com o programa de desenvolvimento espacial. A função de Fernando de Noronha era de acompanhar os experimentos de projéteis teleguiados lançados no Cabo Canaveral, na Flórida (USA). Ainda conforme a matéria, o ajuste de cessão da ilha era “complemento dos atos diplomáticos anteriormente assinados [antes de 1956], especialmente o Tratado Interamericano de Assistência”.³ Diante do quadro que configurava a ilha, grupos pertencentes a uma esquerda antiamericana começava a desenhar um cenário de inquietações e contestações a respeito dos “yankees”⁴ em território brasileiro. Periódicos como a Folha do Povo e a Folha da Manhã, que seguiam uma linha de esquerda, apimentavam o argumento de que estava sendo violada a soberania brasileira ao ser entregue a ilha ao “infamante acordo de cessão”⁵ e que “constitui ato condenável sob todos os aspectos”.⁶ Por outro lado, outras manchetes destacavam a posse de um novo presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek, ressaltando a “cooperação amigável” que existia entre os governos brasileiro e americano desde o tempo da Segunda Guerra. Estas informações circulavam na sociedade pernambucana caracterizada pela Guerra Fria (1956-1960) em

¹ SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meio de comunicação*. Trad. Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molin. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. pp. 26.

² Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1957.

³ Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1957.

⁴ A expressão designava, originalmente, os habitantes dos estados do Norte dos Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão. Com o passar do tempo começou a ser utilizado para se referir aos estrangeiros de nacionalização estadunidense. Dependendo do discurso construído e por quem o construa, esse termo pode tender a uma conotação pejorativa, referindo-se aos Estados Unidos (americanos) como um invasor.

⁵ Folha da Manhã, 01 de março de 1957.

⁶ Folha do Povo, 03 de fevereiro de 1957.

confluência a um clima de esperança para o desenvolvimento do Brasil, sob o lema de *50 anos em 5*, mas também configurava uma clara contradição ou jogo de forças opostas nos discursos *pró e contra* a presença americana em Noronha, cujo estrangeiro era acusado de propiciar uma política “a beira da guerra”⁷, como também, “de zelar pelas liberdades e pela nossa soberania”.⁸

Com base no que foi exposto, entender a Ilha de Fernando de Noronha como um dos palcos da Guerra Fria, a destaca como uma das unidades nucleares de defesa na rota do Atlântico, que garantia “o controle e o acesso aos céus e as terras do Brasil”⁹, estando irremediavelmente inserida no contexto internacional da Guerra Fria, reforçada, portanto, pela presença americana que toma a Ilha de Fernando de Noronha como imperativo de defesa para essas rotas. A Segunda Guerra Mundial marca o início da passagem americana no arquipélago de Fernando de Noronha que a retoma com o ajuste de cessão (de 1956), cujos laços político-militar entre Brasil e Estados Unidos direcionavam à construção de um discurso imbuído pelo temor de um terceiro conflito mundial, em que a salvaguarda da soberania brasileira dependia da assistência americana na defesa desta ilha, como também do monitoramento da costa nordeste brasileira.

A necessidade em investigar este período de Guerra Fria nos impulsiona a analisar a trama que envolve as relações política e social entre americanos e brasileiros, cujo jogo diplomático para que a cessão da ilha tivesse êxito, tornava-a ponto geoestratégico a segurança internacional. A história da relação do Brasil com os Estados Unidos em que ora a política externa brasileira se alinhava à política americana – principalmente quando a questão era a segurança das democracias na América Latina – ora era tida como uma forma de barganha para o desenvolvimento brasileiro, como presenciamos nos governos de Getúlio Vargas (1952-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1960), se encontra diretamente ligada a esta funcionalidade estratégica de Fernando de Noronha cujo entendimento do conceito Soberania se dá quando esta é tida enquanto “elemento essencial para a existência do Estado e, com base em conceito jurídico tradicional, é o poder exercido por uma entidade estatal que tem como característica a conjugação de autonomia e de

⁷ Diário de Pernambuco, 11 de fevereiro de 1956.

⁸ Jornal do Comércio, 29 de outubro de 1957.

⁹ VIEIRA, Pontes. *Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado de Fernando de Noronha*. – Departamento Administrativo do Serviço Público e Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. – serviço de documentação do DASP (seção de publicações). Departamento de Imprensa Nacional, RJ, 1958. pp 18.

independência”¹⁰, cuja “fronteira política é a separação entre duas soberanias”, segundo Jean Baptist Duroselle em sua obra *Todo Império perecerá* (2000).

A Ilha de Fernando de Noronha, em 1956, início da presença americana no período da Guerra Fria, apresentava em torno de 1300 habitantes (segundo relatório da Escola Superior de Guerra (ESG). As pessoas que ali se encontravam não tinham a ideia dos embates que aconteciam no continente em torno da cessão da ilha aos Estados Unidos, haja visto que os instrumentos para que a informação e a comunicação circulassem no continente não conseguiam repercutir ou, quem sabe, alcançar, aquele espaço no Oceano Atlântico. Os informes trazidos pelos jornais construíam dois grupos significativamente distintos em ação e objetivos: os “nacionalistas” e os “entreguistas”. Jorge Ferreira (2003) configura esse quadro entre: os chamados de “nacionalistas de esquerda”, que defendiam a soberania pelos trabalhadores sem se envolver com a ideologia do anticomunismo; os “nacionalistas direitistas”, a exemplo de Goés Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, simpáticos ao nacionalismo, sem trégua ao comunismo e um terceiro grupo que formava a ala “cosmopolita de direita”, radicalmente anticomunista, antitrabalhista e adversária do nacionalismo. Estes últimos defendiam a abertura ao capital estrangeiro e o alinhamento incondicional dos Estados Unidos.¹¹ O fio que costura o que acontecia em Noronha ao que acontecia no “mundo lá fora”¹², encontra-se nos argumentos em torno da segurança e soberania nacionais e a defesa das águas do Atlântico e vai costurando o movimento da política, e assim cria uma teia histórica com a relação Brasil X Estados Unidos, bem como Estados Unidos X Noronha. O problema é: De que forma Noronha vai sendo introduzida como um dos vértices para a salvaguarda do território brasileiro, contribuindo também para a defesa do hemisfério? Por que ela entra como ‘moeda’ nos acordos militares?

¹⁰ OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. O conceito de soberania perante a globalização. In: revista CEJ, Brasília, n. 32, p. 80-88, jan/mar, 2006.

¹¹ FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*/ organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil Republicano; v3). pp. 320.

¹² Expressão utilizada pelos que passaram pela Ilha, como também pelos que residem nela até hoje. Em 1944, o capitão Rube Canabarro Lucas tentando ter uma idéia do isolamento vivido na Ilha de Fernando de Noronha, percebia que os habitantes se referiam ao continente como “o mundo”. Em conversas sempre ouvia esta expressão: “lá no mundo é assim; aqui não”, ou “quando voltar ao mundo” (Imbiriba; op. cit. pp. 37). Na tese de doutorado, a antropóloga Janirza Cavalcante define duas categorias sociais em torno dos espaços continental e insular: “os de fora” e o “homem insular fernandino”. Segundo ela, para “os de fora” (os continentais), o arquipélago ainda é um espaço à margem, proscrito, distanciado e imaginariamente transgressor. (DA ROCHA LIMA, op. cit. pp. 57 - 59). Para Clarice Peixoto, os termos “aqui dentro” em contraposição ao “lá fora”, datam do tempo do presídio, quando a expressão mais utilizada para tratar o continente era “o mundo”. (PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Fernando de Noronha: ilha de sonho e de assombração*. Dissertação de mestrado em Antropologia social – Rio de Janeiro, 1983. pp. 44).

Essas perguntas encontram eco e respostas nos recortes dos jornais quando esses constroem discursos em torno do americano. Enquanto o Diário de Pernambuco apresentava tendência a uma posição pró-americana, inclusive sendo acusado pela Folha do Povo de servir enquanto “boletim do consulado americano”¹³, a Folha do Povo deixava claro o posicionamento frente não apenas à cessão do arquipélago aos EUA, mas também, à presença americana no território brasileiro como um todo: “o perigo”.¹⁴ O Jornal do Commercio optava por uma posição dúbia que, às vezes, o confundia com a Folha da Manhã. No entanto, nos quatro periódicos, a cessão do arquipélago rendia discussões homéricas e que ultrapassava os limites desejados pela política internacional, já que tudo em torno da cessão era passível de servir como matéria de jornal, incluindo até a opinião do “pacato morador” da Ilha de Fernando de Noronha sobre “a ida do americano”, algo apenas realizado pelo Diário de Pernambuco (setembro de 1958), como se isso reforçasse o discurso de que o americano era *amigo*, já que traria riqueza com o dólar.

A Ilha de Fernando de Noronha era tomada como parte de uma exposição de poder cujo teor era a noção de territorialidade, fator que constrói a soberania de uma nação, ou ainda, constrói a ideia de Nação. Segundo os teóricos do Direito Internacional, o que faz uma nação soberana são três elementos: território, povo e governo. Neste sentido, tratar de Noronha é um Estado de Direito que até pode adentrar num direito natural de ser lugar do Brasil e dos brasileiros em que o Estado tem resguardado a sua soberania enquanto gestor dessa territorialidade. “O Estado tem o direito de defender a sua **integridade e independência**, de promover a sua conservação e prosperidade, (...) de se organizar como melhor entender”¹⁵, mesmo antes de ser reconhecido. “A jurisdição dos Estados nos limites do território nacional exerce-se igualmente sobre todos os habitantes, quer sejam nacionais ou estrangeiros”.¹⁶ E aí, para os nacionalistas, a presença dos militares americanos era tomada como uma ameaça, por ferir a integridade (soberania) do Brasil, que se contrapõe ao que o governador do Território Federal de Fernando de Noronha, na época, Major Abelardo Mafra, achava como sendo apenas “um cumprimento à nova geopolítica de segurança internacional”¹⁷ contra a expansão do comunismo (da União Soviética) e a

¹³ Folha do Povo, quarta-feira, 08 de março de 1956.

¹⁴ Folha do Povo, 10 de novembro de 1957.

¹⁵ Carta da Organização dos Estados Americanos; Capítulo IV - Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados. Artigos 13 e 16. **Grifos meus.**

¹⁶ Carta da Organização dos Estados Americanos; Capítulo IV - Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados. Artigos 13 e 16.

¹⁷ Correio do Povo, 27 de junho de 1957.

proteção do nordeste brasileiro, caso acontecesse um terceiro conflito mundial. O que foi realizado em Fernando de Noronha foi uma estratégia militar articulada entre duas nações com propósitos muito bem definidos para a segurança de um centro hegemônico norte-americano. Segurança esta que se apóia no princípio elementar da defesa da soberania do Estado, pois “as fronteiras nacionais delimitam objetivamente o campo de ação das suas outras atividades de segurança e definem, geograficamente, as suas responsabilidades e os seus direitos inalienáveis, face aos interesses e objetivos nacionais dos outros Estados”.¹⁸

Delimitado o campo de disputas de poder entre estrangeiros e brasileiros e, ainda, percebido a necessidade por compreender os conceitos de territorialidade e soberania, eis que a etapa seguinte era entender a ilha de Fernando de Noronha dentro da teia política construída pela política externa brasileira com os Estados Unidos e a partir do prontuário nº 4071, que compõe o acervo do extinto Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), encontramos vários recortes de jornais tanto sobre a cessão da Ilha de Fernando de Noronha ao governo dos Estados Unidos, como sobre a própria ilha enquanto lugar de defesa e segurança. Dentro desse universo documental, o ano de 1956 era marcado pela posse de Juscelino Kubitschek, que assumia a presidência do Brasil, o qual estava mergulhado numa instabilidade política e numa crise econômica proporcionadas desde 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas proporcionara em 1954. As falas trazidas nos recortes de jornais esboçavam a ideia de que cada periódico possuía em torno da soberania brasileira e da cessão da ilha. Construíam um ambiente de disputas e embates entre “nacionalistas” e “entreguistas”, permeado pelas afirmativas de que não havia “um país mais simpático ao povo norteamericano, que o Brasil”¹⁹, como também de serem acusados de “entregar o solo pátrio”.²⁰ Essas notícias circulavam na sociedade recifense inserindo a ilha de Fernando de Noronha como moeda nessas disputas.

Neste contexto, o material documental e a literatura sobre essa presença estrangeira versavam sob dois momentos da presença americana: Um primeiro, relacionado com a Segunda Guerra Mundial, em que a Ilha fora utilizada como elo importante nas estratégias de segurança e defesa das rotas do atlântico, como também do hemisfério e a salvaguarda de parte da América Latina contra uma possível investida do Eixo; E um segundo momento, interligado com o período pós-guerra (especificamente a Guerra fria), quando o

¹⁸ TAVARES, General A. de Lyra. *Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Ministério da Guerra, 1958. pp 156.

¹⁹ APEJE-PE; DOPS-PE; prontuário 4071; JC, sábado, 11 de março de 1950.

²⁰ Folha do Povo, 23 de abril de 1957.

arquipélago era utilizado para monitorar e rastrear mísseis lançados na Flórida (Cabo Canaveral) materializando a relação Brasil X Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial. Porém, há uma lacuna aparente sobre a história da Ilha entre os anos de 1946 a 1956: Será que as relações entre Brasil e EUA se deram apenas naqueles dois momentos de instalação militar em Noronha para simplesmente atender a esses dois eventos? – Já que “o evento em História não é algo dado que se oferece por inteiro, ou sem sua essência, mas é uma intriga, um tecido que vai ser retramado e refeito pelo historiador”²¹, este período necessita ser analisado. Mesmo porque os estudos da política exterior brasileira e da situação estratégica da América do Sul no mundo ainda possuem uma posição marginal nos debates acerca da história dessa relação e, daí que, por sugestão de Moniz Bandeira, esses estudos históricos deveriam ser “*leitura obrigatória de todo brasileiro*”. Para tal lacuna, a obra de Hans Magnus Enzensberger²² foi utilizada para dar escopo ao trabalho, sobretudo por tratar de guerra, entendendo a Ilha de Fernando de Noronha no ambiente de uma guerra justificada nas vinculações entre os governos brasileiro e estadunidense, sob o prisma da segurança do hemisfério.

O relatório elaborado por Gerson Moura²³ para o CPDOC ajudava a compreender o período do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 a 1950), em que o alinhamento brasileiro com o governo de Washington era visto enquanto “um destino brasileiro” que pouco recebeu, da parte americana, contrapartidas da situação de fiel escudeiro. O temor de uma terceira guerra entre o ocidente e o leste, fazia manter uma política de completo apoio à política internacional dos Estados Unidos, como a melhor maneira de salvaguardar a civilização ocidental (e claro, encontrava-se o Brasil alinhado à agenda de segurança norte-americana). As ações de intervenção americana no Brasil, como em boa parte da latino-América, cruzavam-se com uma tentativa norte-americana de manter relações econômicas de caráter assistencialista, ocorridas desde o período da Segunda Guerra Mundial, a partir dos inúmeros acordos militares assinados em 1944 e 1945, com a tentativa latino-americana de criar condições ao seu desenvolvimento. Contudo, as contrapartidas exigidas pelos Estados Unidos se refletiam na agenda de segurança proposta por esses, em que a

²¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Arte de Inventar o Passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007. pp.63.

²² ENZENSBERGER, Hans Magnus. 1929- *Guerra Civil*; tradução Marcos Branda Lacerda e Sérgio Flaskman – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²³ MOURA, Gerson. *O Alinhamento sem Recompensa: a política externa do governo Dutra* – Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; 1990 – CPDOC/ FGV.

Doutrina Monroe (da América para os americanos) constituía um elemento valioso para a diplomacia americana manter sob controle a sua política assistencialista para o continente.

Para materializar esse contato da política externa brasileira com o governo dos Estados Unidos, a obra de Ricardo Faria & Mônica Liz Miranda²⁴ ajudou a perceber como os americanos aos poucos iam galgando a aliança com o Brasil, iniciada pelas ligações com o comércio internacional, que era tida como uma via para neutralizar a Alemanha. Os autores mostram um panorama internacional sobre o conflito mundial de 1945 e como o Brasil se inseriu na disputa pela hegemonia ocidental entre os blocos capitalistas, Estados Unidos e Alemanha, que tendem a direcionamentos totalmente distintos entre si e defendeu a aliança Brasil-EUA não como uma pressão ao rompimento com a Alemanha, mas como uma conveniência de mercado; aproximando-se de Moura na questão da legitimidade dada com uma política alinhada ao pensamento e à política ‘americana’ para o pós-guerra e diferindo-se de Skidmore quando trata do posicionamento de Getúlio Vargas frente ao assistencialismo ‘norteamericano’, mostrando-nos a dubialidade do governo brasileiro nas relações com os Estados Unidos.

Skidmore, como Jorge Ferreira & Lucilia de Almeida Delgado²⁵, ajudou a compreender o processo político interno no Brasil, caracterizado pelos “nacionalistas” e “entreguistas” e tomado como característica fundamental ao direcionamento do vínculo Brasil - Estados Unidos.

Com a obra de Conrad Wrzos (1960), pudemos extrair trechos de alguns discursos e entrevistas realizadas por Juscelino Kubitschek, quando da sua viagem pelos Estados Unidos e pela Europa, que, segundo o próprio presidente, esperava “atrair a atenção do mundo inteiro para o Brasil, em especial, a atenção do mundo econômico”.²⁶ Terminada a contagem de votos e sabendo que JK e Goulart eram os novos presidente e vice, respectivamente, Juscelino aprontara-se para um viagem de negócios ao mundo do capital estrangeiro com o intuito de fazer valer o seu lema *50 anos em 5*.

No cenário brasileiro, as relações de poder iam desde à composição das pastas ministeriais até à legalidade das eleições. Era a quebra de forças entre os grupos políticos que compunham o cenário da legalidade (ou não) das eleições de 1955 (udenistas,

²⁴ FARIA, Ricardo de Moura & MIRANDA, Mônica Liz. *Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial* – São Paulo. Contexto, 2003.

²⁵ FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*/ organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil Republicano; v3).

²⁶ WRZOS, Conrad. *Juscelino Kubitschek: Estados Unidos – Europa*. RJ. José Olympio, 1960.

pessebistas e comunistas). Noronha se insere nos discursos dos “entreguistas”, mas principalmente dos “nacionalistas”, quando a cessão da ilha se tornava um indicativo de atentado da soberania brasileira, fator de contrapartida brasileira ao desenvolvimento. Os jornais Folha da Manhã, Folha do Povo, Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio noticiavam os programas e as verbas destinadas pelo governo americano ao desenvolvimento econômico e social brasileiros. Esses traziam, em suas notícias, muito mais que um universo político: falavam de escolhas e incertezas.

Entretanto, as obras e autores trabalhados nesta narrativa relegam a participação da Ilha de Fernando de Noronha ao esquecimento, algo que pretendemos descortinar, trazer a luz das reflexões históricas. E para tanto, é necessário retornar ao período da Segunda Guerra Mundial, especificamente o seu fim, para tratar o perfil dos entrosamentos interamericanos e, daí, entender a instalação estadunidense no final da década de 1950 em Fernando de Noronha. Neste sentido, percebe-se que não se produziu um Acordo oficial no ano de 1956, mas sim um ajuste de acordos já celebrados em anos anteriores, como em 1942 (Acordo Militar Brasil e Estados Unidos), 1947 (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) e em 1952 (Acordo Militar Brasil - Estados Unidos), que serviam de pilares para Noronha se transformar em um “arquipélago teleguiado”, anos mais tarde.

Neste sentido, o primeiro capítulo intitulado, **Fernando de Noronha: entre a Segunda Guerra e a Guerra Fria**, trata dos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial e do período pós-guerra, inserindo o leitor num contexto em que Noronha era tida enquanto um teatro de operações de Guerra. Discorre sobre como os Estados Unidos vai utilizar da posição geoestratégica da ilha na defesa do *American Way of Life*, que desenhava um panorama político a partir da necessidade de assegurar o território brasileiro à manutenção da política econômica norteamericana de “portas-abertas”. Depois, de como o governo brasileiro, percebendo que a guerra poderia lhes garantir alguma “barganha” ao desenvolvimento do país, aliou-se à política americana, cedendo à Ilha de Fernando de Noronha dentro de uma geopolítica de segurança continental (e pró aliados).

O segundo capítulo, chamado **Um Arquipélago Teleguiado: a relação Brasil e Estados Unidos no governo de Juscelino Kubistchek**, aborda como a eleição para presidente do Brasil coincide com as negociações entre os embaixadores Macedo Soares e Ellis Briggs para a cessão da Ilha de Fernando de Noronha aos Estados Unidos e, de como, tomada como imperativo a “corrida espacial”, Fernando de Noronha se tornava um dos palcos da Guerra Fria sob argumentos de ser um ponto estratégico para a contenção do

comunismo, a defesa do Atlântico e a salvaguarda da soberania brasileira, mesmo que para isso as contrapartidas americanas lhe custassem “minerais estratégicos para a indústria de guerra”.²⁷

No terceiro capítulo, intitulado **De Canaveral ao Arquipélago de Fernando: estrangeiros passam deixando o progresso?**, apresentamos como os americanos se instalam na Ilha de Fernando de Noronha, inseridos numa política externa com o Brasil de alinhamento à defesa hemisférica (1958), mas que depois (re)significa-se a uma relação conturbada por conta da ebulição social e política brasileira. A desaceleração da economia e o insucesso de Juscelino Kubitschek com o seu *plano de metas*, no final do mandato, serão pontos cruciais na manutenção do elo do Brasil com os Estados Unidos, principalmente após a revolução cubana na Ilha de Fidel Castro.

Todos esses argumentos encerram a Ilha de Fernando de Noronha na história da relação do Brasil com os Estados Unidos, como fatores para a construção de imperialismos, que ambos representavam na América da Sul e no mundo. E, assim, compactuando da ideia do historiador Tácito Rolim, a cessão da Ilha de Fernando de Noronha aos Estados Unidos se constituiu em um dos momentos mais interessante de nossa história, “em que tudo parecia possível e factível”²⁸ de acontecer.

²⁷ FARIA, Ricardo de Moura & MIRANDA, Mônica Liz. *Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial* – São Paulo: Contexto, 2003. pp. 62.

²⁸ ROLIM, Tácito Thadeu Leite. “*Giram os Sputniks nas Alturas, Ferve a Imaginação nas Planuras*”: a ciência e o bizarro no Ceará em fins da década de 1950. Dissertação de mestrado em História Social – Ceará: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2006. pp 164.

CAPÍTULO 1º – A ILHA DE FERNANDO DE NORONHA: ENTRE A SEGUNDA GUERRA E A GUERRA FRIA.

*War is peace –
that is exactly what the Cold War became.
Nuclear bomber crews were on wartime alert,
and bombers and tanks stood at readiness,
for decades.
Aggressive submarines roamed the sea lanes of the world
and generations of young men
prepared their guns and missiles
for the battle that could come at any moment.
For the intelligence collectors
the Cold War was virtually indistinguishable from the real thing.
To the combatants
on both sides the Cold War was a constant
– if usually bloodless – battle.
For these warriors-in-waiting
the Cold War meant that a state of war became a fact of life.
The Cold War did not only deform lives,
it deformed whole societies,
as well as costing a fortune.²⁹*

UMA ESMERALDA NO ATLÂNTICO:

O arquipélago de Fernando de Noronha sempre representou um ponto significativo à ocupação do Brasil. Primeiro, por sua característica de ancoradouro e estuário natural e por uma rica biodiversidade ecológica, que ofereceu aos navegadores que transitavam em sua rota, importante apoio para a sobrevivência. Segundo, por ter representado um ponto estratégico para os navios estrangeiros, com sua característica de porto natural a ancoragem, para a invasão das terras recém conquistadas pelos portugueses: a Terra de Santa Cruz.³⁰ Um exemplo disso é o período das “descobertas” portuguesas, cujos registros

²⁹ Guerra é paz. É exatamente isto o que a Guerra Fria se tornou. Bombas nucleares surgiam como alerta de guerra, e soldados e bombardeiros em prontidão, durante décadas. Agressivos submarinos vagavam pelas rotas marítimas do mundo e gerações de jovens preparavam suas armas e mísseis para a batalha que poderia acontecer a qualquer momento. Para os funcionários da inteligência de guerra, a Guerra Fria era virtualmente indistinguível do real. Para os combatentes de ambos os lados, a Guerra Fria foi, ainda que usualmente menos sangrenta, uma batalha. Para os guerreiros a postos, a Guerra Fria significava que o estado de guerra se tornou um fato da vida. A Guerra Fria não só deformou vidas, deformou sociedades, tanto quanto custou fortunas. Definição dada pelo coronel John Hughes-Wilson sobre a Guerra Fria, vista pelo olhar de quem esteve a frente do serviço de inteligência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). HUGHES-WILSON, John. *A Brief History of the Cold War: the hidden truth about how close we came to nuclear conflict*. Carrol & Graf Publishers, New York, 2006. pp. 02. (tradução nossa).

³⁰ Sobre a história da ilha de Fernando de Noronha entre os séculos XV e XIX ver: Beatriz de Lator Imbiriba *História de Fernando de Noronha*. Imprensa Industrial. Recife, 1951; Guilherme Auler *Os Fortes de Fernando de Noronha*. In: Revista do Arquivo Público. 2º semestre, Recife, 1946; Lísias Rodrigues *Fernando de Noronha*. In: Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco. Vol. XXXVIII. Pernambuco, 1943; Duarte Leite *Quem Descobriu a Ilha de Fernando de Noronha*. IN: Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco Vol. XL. Pernambuco, 1945; Mário Melo *O*

a retratam como uma “notável ilha no meio do mar”. Ali, se podiam “ancorar todos os navios” para se abastecerem com as “águas doces e correntes, infinitas árvores e inúmeras aves marítimas e terrestres”.³¹ Por conta da sua particular posição no Atlântico Sul, foi bastante disputada pelos holandeses e franceses, que chegaram para ali se estabelecerem nos séculos XVI e XVII.³² Esses últimos (os franceses) serviram de alerta à Capitania Pernambucana e à Coroa Portuguesa quanto ao potencial geoestratégico apresentado pela ilha. Resolveram, então, ocupá-la de tal forma que, a partir de 1737, era criado um dos mais significativos exemplares de defesa da história das fortificações portuguesas no Brasil – A VILA DOS REMÉDIOS.³³ Ainda é possível observar a estrutura montada para esse período em que datam a Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios, a Igreja dedicada a esta mesma Santa e o prédio da antiga Diretoria do Presídio, construções que faziam parte do sistema prisional que durou cerca de duzentos e um anos, tomados como estratégias para a ocupação do lugar e para a defesa da rota comercial entre o velho e o novo mundo. É neste contexto que se desenvolveu a trajetória histórica e os elementos do imaginário sobre o arquipélago de Fernando de Noronha, presentes em alguns estudos sobre a Ilha.



Ilustração 2 – Imagem projetada da Igreja dedicada a N. S. dos Remédios e do Palácio de São Miguel (prédio em cor vermelha) - antiga Sede da Diretoria do Presídio - vistos da Fortaleza N. S. dos Remédios, cujas edificações são a materialização de uma rigorosa estratégia a ocupação da Ilha no período das “descobertas” portuguesas. Acervo particular Grazielle Rodrigues, Janeiro de 2008.

Arquipélago de Fernando de Noronha. IN: Revista do Instituto Arqueológico, histórico e geográfico de Pernambuco Vol. XVIII. Imprensa Industrial. Pernambuco, 1919; Francisco Pereira da Costa *A ilha de Fernando de Noronha*. Pernambuco, 1887; Orlando Machado; Joaquim de Souza Leão; Campos de Aragão *Guardando o Céu nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, volume 147, 1950; Amorim Neto *Fernando de Noronha*. Editora A Noite. 2ª edição – Rio de Janeiro, 1946. Sem contar os relatórios militares que narram parte da história da Ilha de Fernando de Noronha.

³¹ COSTA, Francisco Pereira da. *A Ilha de Fernando de Noronha*. Pernambuco, 1887 – ao relatar a narrativa de Américo Vespúcio na 3ª viagem exploratória ao Brasil realizada em 1503. pp 19.

³² Relatório do Curso Superior de Guerra: *o papel de Fernando de Noronha no quadro da segurança nacional*, ESG (Escola Superior de Guerra), 1960. pp 01.

³³ COSTA, op cit. pp. 24.



Ilustração 3 – Imagem do conjunto arquitetônico que compunha parte do projeto urbanístico do Século XVIII, como o Pátio dos Remédios (à esquerda) e o Armazém de Cereais (à direita) e que agregam a Ilha de Fernando de Noronha o seu caráter militar. Acervo particular Grazielle Rodrigues, Janeiro de 2008.



Ilustração 4 – Imagem interna da Fortaleza N. S. dos Remédios (1734) considerada símbolo da hegemonia portuguesa a ocupação setecentista no Brasil, em que o Arquipélago de Fernando de Noronha era parte dos planos para a defesa das rotas comerciais do Oceano Atlântico. Acervo particular Grazielle Rodrigues, Janeiro de 2008.

Especialmente nesse trabalho, também como um desdobramento de sua história, destacaremos o objeto da pesquisa, que agrega à Ilha a partir de 1956: *o caráter militar*, bem como a ideia da utilização de Noronha, como unidade de operação e de manobras militares no meio do Oceano Atlântico, como ponto estratégico de defesa dos interesses do país, e também, reduto de defesa dos interesses de países aliados em águas internacionais e, em função disso, a insurgência de discursos, como forma de manifestação de grupos nacionalistas de direita, centro-direita e de esquerda em torno da salvaguarda da soberania nacional brasileira.

Alguns documentos do século XIX, que relatam o cotidiano prisional do arquipélago, já chamavam a atenção do governo sobre a importância em conservá-la como plano estratégico em pleno Oceano Atlântico, “porque não somente serve de correção aos

facinorosos, como que é a chave do norte do Brasil”³⁴ para no caso de uma invasão por nação inimiga. Perceber a posição geoestratégica que a Ilha de Fernando de Noronha possuía dentro de um plano de defesa do Atlântico para o período que iremos investigar - a Guerra Fria - engendra entender como discursos em torno da presença dos Estados Unidos no cotidiano do Arquipélago eram construídos entre os anos de 1956 e 1962. Esta presença estrangeira em solos insulares se articulava através de falas que garantiam ao hemisfério ocidental a “solidariedade continental contra a estratégia soviética de penetração”³⁵ e a “luta contra o comunismo e pela liberdade”³⁶, inserindo a ilha como um dos palcos da Guerra Fria.

Tida por alguns como “um pedaço de paraíso”³⁷, Fernando de Noronha comporia um ambiente de guerra, em que brasileiros e norte-americanos conviviam sob a garantia de que o hemisfério ocidental estaria livre de qualquer ameaça vinda por parte da URSS (no caso do comunismo) e, assim, viria a “preservar a paz, como base para o estabelecimento de um mundo melhor”.³⁸ Tal fato pode ser percebido na manutenção das relações entre os governos de Washington e o de Juscelino Kubitschek, já que no argumento do presidente brasileiro em relação aos Estados Unidos, proferido na Casa Branca, propagava-se a ideia de sermos “irmãos pela alma e amigos por tradição”³⁹, aspecto reforçado pelo vice-presidente norte-americano Nixon, que acentuava o vínculo entre os dois países: “a devoção pelos princípios americanos”.⁴⁰

Portanto, tomando os aspectos ora esboçados, o século XX destinou ao arquipélago a tarefa de servir em nome da defesa atlântica e, conseqüentemente, garantir a defesa de todo o hemisfério Ocidental, já na Segunda Guerra Mundial, a favor dos Aliados, traço que seria perpetuado no pós-guerra.

³⁴ APEJE-PE; Arquivos Permanentes; série FN; volume 02; fl. 352; 18 de agosto de 1838.

³⁵ APEJE-PE, Hemeroteca; Diário de Pernambuco; quinta-feira; 29 de março de 1956 – SOLIDARIEDADE CONTINENTAL.

³⁶ Diário de Pernambuco; sexta-feira; 02 de março de 1956 – ACIMA DA POLÍTICA, NO COMBATE DO COMUNISMO - DECLARAÇÃO DE EISENHOWER.

³⁷ “Pedaço de Paraíso” como aponta a pesquisadora Pedriane Dantas, ao trabalhar a Ilha de Fernando de Noronha no período colonial. Ela fragmenta o mito do paraíso perdido como um “território privilegiado onde as leis são abolidas e o tempo parece parar”. Algo desenhando por entre a ideia de paraíso e de penitência. DANTAS, Pedriane Barbosa de Souza. *Embates e Conflitos na Construção do Paraíso: Um estudo sobre o Arquipélago de Fernando de Noronha*. Mestrado em Dinâmica do Espaço Habitado. Universidade Federal de Alagoas, UFAL, 2005.

³⁸ Jornal do Comércio, 11 de março de 1950. Segundo o ministro Raul Fernandes em discurso proferido num jantar de recepção à comissão norte-americana reunidos no Rio de Janeiro para a 3ª Conferência de embaixadores da América.

³⁹ Conrad Wrzos. No livro Juscelino Kubitschek: Estados Unidos – Europa. Livraria José Olympio editora. Rio de Janeiro, 1960: pp. 24.

⁴⁰ Id. pp. 27.

Quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália) em 1942, a história de Fernando de Noronha direcionou-se em prol de um mundo livre dos regimes totalitários que atormentavam às democracias da época. Este momento é objeto da narrativa histórica aqui apresentada.

O INÍCIO DA GUERRA PARA O BRASIL:

Em longa e demorada exposição de motivos, o Ministro da Justiça brasileiro Vasco T. Leitão Cunha, em 23 de dezembro de 1941, propôs ao governo transformar o arquipélago de Fernando de Noronha em um Território Federal, por dois fatores: primeiro, pelo afastamento do arquipélago em relação à costa brasileira. Segundo, pela posição estratégica que a ilha oferecia, no caso de uma investida estrangeira, em utilizá-la nos planos de invasão e defesa dentro das rotas marítimas e aéreas do Atlântico.

A situação internacional da guerra vivida pela Europa (Segunda Guerra Mundial) demandava medidas rápidas para a segurança brasileira. O Conselho de Segurança Nacional, presidido pelo General Francisco José Pinto, reforçava ainda que “além do momento ser oportuno”, “o artigo 6º da Constituição de 10 de novembro permite a criação, no interesse da defesa nacional, de Territórios Federais”.⁴¹ Coube ao Ministério do Exército brasileiro a sua administração que durou até o ano de 1981. Naquele período de Segunda Guerra, o governo brasileiro instaurou um Destacamento Misto para ações de guerra em conjunto com as três forças militares: Exército, Marinha e Aeronáutica, possibilitando entender quão significativa era a ilha aos planos geoestratégicos para a segurança nacional e defesa durante o conflito. Em uma passagem do livro de Beatriz Imbiriba (1951), ela ressalta que a importância em instalar na ilha uma base naval ou aérea foi “uma imposição da nossa defesa e uma providência que os acontecimentos [no caso de garantia à territorialidade brasileira e à salvaguarda da soberania] estavam a exigir sem perda de tempo”. O governo federal não podia adiar tal fato. Era o caso de fazer dela “uma poderosa base da nossa defesa, antes que outros lá se estabelecessem”.⁴² Base militar e defesa foram tidas como dois dos ingredientes que marcariam a história da Ilha de Fernando de Noronha com o 1º momento de presença americana, em 1942. Especulava-se que, após o fim da Segunda Guerra, no ano de 1946, a Força Aérea Brasileira (FAB) continuaria a concentrar

⁴¹ IMBIRIBA, Beatriz de Lalor. *História de Fernando de Noronha*. Imprensa Industrial. Recife, 1951 pp 75.

⁴² Id. pp. 39.

as suas atividades na ilha para o controle de vôos e serviços meteorológicos, já que a funcionalidade dessa, apresentada durante o conflito, mostrava ser um lugar estratégico à sua necessidade de guarnecer-se constantemente, acentuando a ideia de que a ilha era considerada um “imperativo à defesa” a planos e estratégias no período pós-guerra, como também na geopolítica de Guerra Fria mais de uma década depois, em 1957, quando os americanos ali iriam se estabelecer pela segunda vez .

Com base nisto, qual seria, então, a importância do Arquipélago de Fernando de Noronha no ordenamento geopolítico internacional, tanto para o período da Segunda Guerra como do pós-guerra? A construção do cenário entre brasileiros e norte-americanos habitando Noronha se configurou com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial no exato momento em que o governo brasileiro percebeu a sua funcionalidade geoestratégica à defesa e segurança, não apenas para o território nacional, mas para todo o Atlântico, e resolveu fortalecê-la *antes que outros o fizessem*. Observamos pela cartografia estratégica de guerra que os portos e aeródromos de Belém, Natal, Recife, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá e Rio Grande do Sul, bem como as Ilhas de Fernando de Noronha e Trindade, assumiram importância central às operações militares e à garantia de que o tráfego marítimo costeiro das rotas oceânicas⁴³ se encontrava seguro das ameaças do Eixo. Neste sentido, a imagem reproduzida abaixo, de um mapa retirado de relatórios militares, nos permite observar a perspectiva geoestratégica desses lugares para o Oceano Atlântico e, em especial, para o Arquipélago de Fernando de Noronha.

⁴³ CARVALHO, Cel. Luiz Paulo Macedo. *Posição estratégica do Brasil*. In: Revista de assuntos militares e estudos de problemas brasileiros. A defesa nacional – ano LXX/nº 713, mai/ jun – 1984. Rio de Janeiro, pp 46.



Ilustração 5 – Mapa que trata a localização estratégica do Arquipélago de Fernando de Noronha cuja idéia de segurança para as rotas do Atlântico se encontrava disposta em relatórios militares a planos de defesa. Extraído do relatório do Major Mário Fernandes Imbiriba, governador do TFFN, em 29 de agosto de 1946. APEJE-PE/Setor de impressos/Relatórios Militares.

Mas qual era o papel da Ilha de Fernando de Noronha no cenário internacional, enquanto imperativo de defesa para essas rotas? Como a Segunda Guerra Mundial marcou o início da presença militar norte-americana no Arquipélago de Fernando de Noronha? Responderemos tais questões ao longo do capítulo.

A Segunda Guerra Mundial pode ser compreendida como um dos marcos iniciais para a história da instalação americana de 1956, na qual, em plena Guerra Fria, uma ilha a 540 km de distância da capital pernambucana foi um dos seus palcos. O dia 07 de

dezembro de 1941 insere na história de Fernando de Noronha uma relação de concessões, barganhas e acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, que asseguravam a ambos os países, o desenvolvimento e as hegemonias imperialistas na América Latina e no Mundo, respectivamente. Voltar ao ano de 1941 é dissertar a respeito da suposta fragilidade, argumento principal esboçado pelos Estados Unidos no que se refere à necessidade de “defesa”: garantir a segurança ao hemisfério ocidental (inclui-se Brasil e demais Aliados). O bombardeio patrocinado pelo Japão à maior base americana do Pacífico (Pearl Harbor) era uma resposta tanto à sanção econômica imposta pelos Estados Unidos, como uma demonstração de que, a qualquer momento este território poderia ser “invadido” e surpreendido. Após este fato, o mundo não mais seria o mesmo. Tão pouco o seria a Ilha de Fernando de Noronha, posta como um dos pontos importantes para que a ofensiva patrocinada pelos Aliados (no caso, pelo lado americano) tivesse o apoio geoestratégico do governo brasileiro.

Dados os fatos, quais elos uniriam uma história a outra? Onde a Ilha de Fernando de Noronha começou a figurar no ambiente internacional de Segunda Guerra? Segundo o historiador Frank McCann (1995), a ideia de que a “ponta nordeste do Brasil” fosse o ponto do continente mais vulnerável à ataques aéreos em larga escalas ou a invasões, tornava essa área indefesa e inacessível por terra às forças brasileiras concentradas no sul e, ainda mais preocupante, apresentava-se inalcançável pelas aeronaves americanas estacionadas no Caribe. Urgia, portanto, fazer-se defensável à aérea do continente, traçar ações que visassem à eliminação de linhas aéreas controladas pelo Eixo na América Latina (no caso com a CONDOR e a Linhas Aéreas Transcontinentais Italianas - LATI), conseguir bases estratégicas, como também estacionar tropas americanas no Nordeste brasileiro.⁴⁴ Em consequência, medidas preventivas foram tomadas para a segurança do espaço aéreo e marítimo do Atlântico, para dificultar e impedir a posse destes espaços no caso de uma invasão por parte do inimigo, como acontecera no dia 03 de dezembro de 1941.

Um dia após o acontecido em Pearl Harbor, o delegado do DOPS de Pernambuco, Fábio Correia, recebeu um telegrama originário da Ilha de Fernando de Noronha com a informação de que, naqueles 03 de dezembro, sobrevoavam o arquipélago, “a grande altura

⁴⁴ MACCANN, Frank D. *A Aliança Brasil Estados Unidos, 1937 -1945*. Trad. de Jayme Taddei e José Lívio Dantas. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. pp 175

aviões não identificados”.⁴⁵ E que ainda no dia 08 de dezembro “passou um avião caça levando rumo sudoeste também não identificado”.⁴⁶ Ou seja, quatro dias antes do ataque, aviões circulavam no espaço aéreo brasileiro, talvez com a missão de espionar bases americanas em território nacional, já que desde janeiro de 1941, Getúlio Vargas havia concedido, em caráter secreto, a construção de uma dessas instalações no estado do Rio Grande do Norte⁴⁷, e em contrapartida Roosevelt lhe assegurava, (em 27 de agosto de 1941) o crédito de 20 milhões de dólares para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.⁴⁸ Outra hipótese seria a de serem, tais aviões, de origem americana, buscando rastrear o território nacional para detectar ou colher informações precisas da geopolítica brasileira que provassem a ligação do Brasil com os países do Eixo e que pudessem ser usadas para pressionar o governo brasileiro a romper com esses países. Sendo assim, a invasão do território nacional estava sendo feita pelos americanos e a violação do território aéreo estava sendo feita também pelos Estados Unidos, que passaram a agir numa forte pressão ao Brasil. A estratégia era lançar uma ameaça velada de que sua tecnologia era superior. Portanto, o Brasil, caso desobedecesse, teria os Estados Unidos como inimigos.

Dadas as medidas mencionadas, fragmentou-se a ideia de que a Condor (alemã) e a Lati (italiana), que faziam o transporte aéreo no Brasil, pudessem ser empregadas como ferramentas em espionagem a favor do Eixo – como eram acusadas nos discursos americanos – e de favorecer com informações o posicionamento dos navios aliados ao torpedeamento no Atlântico Sul. Essas duas empresas estrangeiras mantinham contratos com o governo brasileiro, cuja própria ilha era um dos reflexos comerciais entre o Brasil e a Itália. Na ilha estava montada uma base de comunicação da Lati, empresa italiana responsável por parte da comunicação entre Fernando de Noronha e o Brasil, bem como o Brasil e a Europa.

Em consequência às considerações, surgem as seguintes perguntas: Que aviões eram esses? Qual era o alvo a ser atingido? As respostas são permeadas de sigilo, já que

⁴⁵ Telegrama do comando da ilha de Fernando de Noronha ao Comando do IV Exército, 7ª Região Militar datado em 10 de dezembro de 1941.

⁴⁶ Idem, 10 de dezembro de 1941.

⁴⁷ BETHELL, Leslie & ROXBOROUGH, Ian (organizadores). *Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. pp 65.

⁴⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – conflitos e integração na América do Sul (da tríplice aliança ao MERCOSUL 1870 - 2003)* – Rio de Janeiro: Renavan: 2ª ed, 2003 pp 202.

estamos tratando de informações ultra secretas à segurança internacional.⁴⁹ No entanto, imaginar o território brasileiro sendo “invadido” poderia, talvez, acarretar a imagem de que o lugar não era tão seguro aos seus filhos. Esse fato ficaria na contramão da ideia de segurança e defesa defendidas pelo Exército brasileiro, que se colocaria no papel de “repelir um ataque previsto, de imediato, estabelecendo à segurança integral contra qualquer tipo de ameaça”⁵⁰ que neste primeiro momento se relacionava ao espaço aéreo. Estávamos expostos ao perigo eminente que poderia vir do ar e do mar. O mesmo céu, que servia como cenário ao paraíso, cercado de belezas naturais, e o mar, que trazia águas mornas e tons diferentes de verde adjetivando Fernando de Noronha, enquanto uma esmeralda no Atlântico passaria a ser visto como território da insegurança.

Doze dias após o incidente na base americana de Pearl Harbor (19/12/1941), o comandante da 7ª Região Militar em Recife, General Mascarenhas de Moraes, solicitou informações, em forma de questionário, ao diretor do presídio de Fernando de Noronha – Coronel Nestor Veríssimo da Fonseca – como uma das estratégias para o planejamento e para a organização da ilha à defesa brasileira. Entre as informações obtidas pelo General Mascarenhas, a que mais chamou a atenção foi a ausência de estrutura para a defesa da ilha que, praticamente, encontrava-se abandonada em termos militares, só restando edificações ainda do tempo colonial e um pequeno destacamento policial militar que vigiava os detentos comuns e os presos políticos ali confinados. Daí compreende-se as preocupações do Ministro da Justiça Vasco Cunha e do Conselho de Segurança Nacional em torná-la Território Federal. Para acomodar uma tropa com duas mil a duas mil e quinhentas pessoas, precisariam reequipá-la e reestruturá-la para criar um cenário capaz de enfrentar a guerra⁵¹, fornecendo condições de fortificar a segurança do Oceano Atlântico, guarnecendo-a de tal forma que não seria necessário a ingerência de uma outra nação. Assim, o próprio Exército brasileiro estaria resguardando o direito e a soberania do Brasil

⁴⁹ Seguindo a necessidade do sigilo, são quatro os graus de sigilo: os Ultra-secretos, excepcional a segurança, já que tratam de planos e projetos de guerra ou científicos, negociações para Alianças Políticas e Militares. Os Secretos, devido o grau de Segurança em que só as pessoas ligadas ao estudo ou manuseio, podem tomar conhecimento, tais como os planos de Operações Militares, Planos de Operações Econômicos, etc. Os de grau Confidencial, por não requererem alto grau de segurança, mas seu conhecimento por pessoa não autorizada pode ser prejudicial a um indivíduo ou entidade, criando embaraço administrativo. E os documentos de grau reservado, que são assuntos que não devam ser do conhecimento do Público em geral. (CASTRO, 1998).

⁵⁰ TAVARES, gen. A. de Lyra. *Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Editora Biblioteca do Exército. Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, 1958. pp 18-19.

⁵¹ APEJE-PE; DOPS-PE; prontuário nº 4071 - a organização espacial e a burocratização do arquipélago de Fernando de Noronha refletiam a estrutura militar que ali existia. A ilha deixa de ser uma ilha-prisão para tornar-se uma ilha-quartel.

naquele espaço insular. Alojamentos, viveres, reservatórios e capacidade de abastecimento d'água, hospital, paiol, material para desembarque, lugar para ancoragem e para o desembarque de mantimentos e campo de aviação, entre outras coisas⁵², desenhavam a estrutura bélica que ali seria montada, caracterizando o arquipélago como um ponto importante na estratégia de defesa das rotas do Atlântico frente ao cenário internacional. A preocupação estadunidense se apresentava com as deficiências de aterrissagem dos aviões que saíam da base aérea de Parnamirim (no Rio Grande do Norte) e davam apoio às tropas de combate, compostas pelas forças britânicas e soviéticas, que lutavam na África do Norte contra as tropas Alemãs. Esse fato caracterizou a rota das comunicações aéreas entre a América e a Europa através da África (a 2.600Km), como “corredor Natal-Dakar”, que tinha por ponto de partida a base Potiguar. A Ilha de Fernando de Noronha, situada a poucas centenas de quilômetros diante da projeção extremo-oriental do território brasileiro, funcionava como importante ponto de apoio para a navegação aérea transatlântica e tinha uma invejável posição estratégica para a defesa das rotas marítimas entre a costa norte e sul do Brasil.⁵³ A metragem do campo de aviação de Fernando de Noronha, nesse momento de inspeção, era de 900m por 50m, com “dificuldades”⁵⁴ para tal atrativo, de acordo com o diretor do presídio, mas podendo ser “ampliada noutras direções”.⁵⁵ Os americanos assim o fizeram, indo para lá e inserindo a Ilha de Fernando de Noronha como um dos pontos vitais à defesa do Oceano Atlântico. Deu-se à ilha um caráter todo especial devido à posição geoestratégica que a configurava naquele momento.

Com a entrada dos americanos na guerra, em dezembro de 1941, a situação internacional se agravou. Tudo fazia prever que o Brasil seria também arrastado ao conflito. Diante do contexto militar, percebendo a importância do Brasil dentro dessa geopolítica de guerra, o governo brasileiro resolveu ocupar militarmente o arquipélago, já que a parte Nordeste era considerada uma das chaves de toda a comunicação e transporte por via aérea entre o Novo e o Velho mundo.⁵⁶ Reforçando a importância estratégica para defesa e segurança do Atlântico e, ainda mais, prevendo a funcionalidade da ilha para tal, o governo brasileiro se adiantou nas ações de ocupação militar na Ilha de Fernando de

⁵² APEJE-PE; DOPS-PE; prontuário nº 4071 - resposta a ordem de perguntas do tenente Laurenio ao Comandante da 7ª região; 19 de dezembro de 1941.

⁵³ De acordo com as informações obtidas no Relatório do Curso Superior de Guerra, ESG (Escola Superior de Guerra), 1960.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. pp 99

Noronha e baixou um decreto mandando que lá fosse instalada, a partir do mês de janeiro de 1942, a “primeira bateria independente de obuzes [Orbuzes] 105 Krupp”⁵⁷. No dia 25, em plenas festividades natalinas, essa notícia circulou no Diário de Pernambuco. A empresa Krupp, que trazia a marca no material bélico desta bateria, era uma indústria alemã que entrara em concorrência com a americana United States Steel Co. no plano de instalação da siderurgia no Brasil e cuja ajuda se fazia presente no país, desde o ano de 1939, na construção de parte do arsenal da Marinha instalado na Ilha de Cobras (Rio de Janeiro).⁵⁸ O rompimento das relações comerciais entre o governo brasileiro e a Krupp, por decisão militar a favor dos Aliados, forçava o Brasil a seguir uma orientação de defesa ao lado dos estadunidenses, cujo teor se baseava na seguridade da Democracia, como aponta Leslie Bethell (1996).

MaCcann (1995) e Moniz Bandeira (2007) concordam que os planos norte-americanos para a América Latina, no caso o Brasil, eram de suprimir os instrumentos alemães, pondo em negociação a instalação da siderurgia em território nacional. Na verdade, a intenção do governo americano era que tivesse sucesso a sua política de *desgermanização*, a qual ainda se mostrava lenta, devido à grande necessidade que apresentava o transporte aéreo brasileiro.⁵⁹ O desenvolvimento da guerra, em finais de 1941, reduzia as possibilidades de manobras políticas por parte do governo de Vargas, forçando-o a tomar uma definição diante da relação comercial que se tinha com os “nazi-fasci”. Uma das ações era o rompimento do contrato que o Brasil possuía com a empresa alemã Krupp.⁶⁰ Os Estados Unidos, assim, expulsava do continente os investimentos alemães. A atitude tomada pelo governo brasileiro ao implantar a bateria independente em Fernando de Noronha pode ser tomada como um posicionamento a esse respeito, na medida em que a defesa se fazia sob a alegação de estarmos em combate às atividades dos submarinos inimigos (do Eixo) no Atlântico Sul.

Alguns relatos sobre o momento dos torpedeamentos de navios brasileiros (destacando que boa parte eram navios mercantes, como podemos ver na Ilustração 06 que faz menção à parte dos navios atingidos) são retratados com “muita comoção”. O Major Campos do Aragão, que servia na Ilha de Fernando de Noronha como comandante do 1º Grupo do 2º Regimento de Artilharia Antiaérea (saído de São Paulo), relata-nos em seu

⁵⁷ Diário de Pernambuco, 25 de dezembro de 1941.

⁵⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp 377.

⁵⁹ MACCANN, pp 181.

⁶⁰ MONIZ BANDEIRA pp 398.

livro *Guardando o Céu dos Trópicos*, que essas notícias vinham “através da voz emocionada do speaker”⁶¹ que narrava a “inconcebível” (...) “covardia dos sanguinários comandantes de submersíveis”⁶² contra “baços fazendo navegação de cabotagem”.⁶³ Não era possível imaginar mais hediondo crime para o Major.⁶⁴ Já em outras comunidades litorâneas como Trancoso e Porto Seguro, ambos na Bahia, a invasão de submarinos era considerada “uma praga” que “espalhava pelas praias cadáveres de homens, mulheres e crianças”.⁶⁵ As áreas do Nordeste brasileiro acima mencionadas eram consideradas geoestratégicas para planos de invasão e de defesa.

NOME DO NAVIO	TORPEDOS TRIPUL. e PASSAG.	Salvos	Mortos	NOME DO COMANDANTE	DATA DO ATaque	LOCAL DO ATaque	OBSERVAÇÕES
ARQUE	5.150	34	1	João Joaquim de Moura	16/2/42	Antilhas	Fragata - Afundado
BRDA	4.000	40	-	Jacobs Senemont	18/4/42	Antilhas	Cargueiro - Afundado
ANDRIM	7.074	55	1	Antônio Alfredo Prado	8/5/42	Atl. Norte	Cargueiro - Afundado
YMA	5.150	56	59	José Moreira Paesano	10/5/42	Atl. Norte	Fragata - Afundado
BELOIA	6.750	-	75	João Valente de Oliveira	desaparecido		Cargueiro
MANITA	6.692	66	6	Francisco Dietrich	1/5/42	Norte. Trinidad	Cargueiro - Afundado
MAE. LYRA	5.095	50	2	Severino Botelho de Oliveira	10/5/42	(100 milhas ao N. de Fortaleza)	Cargueiro - Salvo
S. ALVES DIAS	4.996	49	6	José Gomes de Almeida	10/5/42	Antilhas	Cargueiro - Afundado
COMETE	5.970	64	-	Eurico Gomes de Sousa	1/6/42	Antilhas	Cargueiro - Afundado
GRANDAS	4.019	40	-	Emesto Mendes Vidal	26/6/42	S. de F. Rico	Cargueiro - Afundado
MARINHA	3.077	40	4	José Martins de Oliveira	26/7/42	12.º of Spain	Cargueiro - Afundado
BOACINA	2.904	56	6	Acácio Teixeira da Cunha	28/7/42	100 milhas L. de Barbados	Cargueiro - Afundado
EVONY	3.060			João Soares de Silva	15/8/42	Costa Rica	Fragata - Afundado
ALBAZARA	4.774			Lauro Teixeira de Freitas	15/8/42	"	"
REAL BREVOLA	904	197	605	Henrique Macanudo	15/8/42	"	"
ARAS	655			Comandante Garcia	16/8/42	"	Cargueiro - Afundado
ADARA	1.106			José Ricardo Lima	16/8/42	"	Fragata - Afundado
Tot. 705							

NOTA: Além dos 17 navios acima, pode ser incluído o navio-tanque **PIANG**, do "Linha Nacional", também torpedeado, mas de que se não conhecem data ou local.

Em 31 de agosto de 1942.

Ilustração 6 - Relação que consta parte dos navios brasileiros supostamente torpedeados por submarinos do Eixo (Alemães) na costa brasileira. SSP/DOPS-PE/ APEJE-PE; prontuário nº 29.444 Alemanha; 31 de agosto de 1942.

Alves (2002) destaca que o momento e localização dessas perdas sofridas pela Marinha mercante brasileira “têm enorme sincronicidade”⁶⁶ com o padrão geral de afundamentos ocorridos no hemisfério ocidental, o maior número de baixas acontecido nos

⁶¹ ARAGÃO, José de Campos. *Guardando o Céu nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, volume 147, 1950. pp. 64-65.

⁶² Idem.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ “trouxeram-nos a indignação e a exasperação do povo de todos os recantos do país” e que “o Governo e o povo do Brasil estariam, a partir daquele momento, incondicionalmente ao lado de sua causa: combater e extinguir da terra, regimes de vandalismo e terror”. Ibidem.

⁶⁵ MOUTINHO, Augusto César Machado. *O medo veio do mar*: In: Nossa História. Ano 1/nº 11, setembro de 2004. Editora Vera Cruz. pp. 38 e 39.

⁶⁶ ALVES, pp. 169

mares mais ao sul do Caribe e América Central. De acordo com dados obtidos nesta obra, as costas brasileiras responderam por mais de um terço das perdas hemisféricas no último trimestre de 1942, caso se destaque o caráter secundário da região em termos de fluxo naval. Alves também acrescenta que, durante todo o ano de 1942, nenhum submarino alemão ou italiano foi destruído ao largo do litoral brasileiro.⁶⁷

Diante do quadro de afundamentos de navios brasileiros patrocinados por submarinos, o governo americano pressionou um posicionamento do Brasil frente à ligação que se tinha com a Alemanha. O recrudescimento da ofensiva contra navios mercantes brasileiros acompanhou o rompimento das relações com os países do Eixo. Contudo, vale ressaltar que a Alemanha não possuía razões reais para atacar o Brasil, ou o Brasil romper laços com esse país. A relação comercial que se mantinha com o Eixo só incomodava aos dirigentes americanos, que queriam vê-los banido do território brasileiro e, quiçá da América Latina, qualquer possibilidade de elo entre o Brasil e seu inimigo (no caso, Alemanha) e concorrente comercial. Em outra obra de Moniz Bandeira (*Brasil, Argentina e Estados Unidos – conflitos e integração na América do Sul*, 2003), o autor aponta que não só por depender do mercado americano para escoar a produção cafeeira, principal sustentáculo da economia brasileira, mas também pela posição estratégica do Brasil dentro da geografia do Atlântico Sul, Getúlio Vargas não poderia deixar de acompanhar aos EUA.⁶⁸ O fato do afundamento de embarcações brasileiras era o argumento que faltava para que alguns militares brasileiros, de vertente nacionalista, acentuassem ainda mais os interesses norte-americanos para a tomada desta decisão e, em conjunto, brasileiros e americanos, pressionavam Getúlio Vargas a decidir com o rompimento da neutralidade brasileira frente ao conflito mundial. Leda Rivas (1988) aponta que o ataque à base de Pearl Harbor, no Havaí, e a subsequente solidariedade do Brasil à nação norte-americana fez cair por terra a relutância do governo de Vargas em ceder pontos-chaves de seu território para instalações militares de Washington.⁶⁹ Esse evento, somado à presença significativa de submarinos alemães rondando a costa nordestina, fazia com que as relações comerciais de Vargas com a Alemanha se tornassem mais difíceis de serem mantidas.

⁶⁷ Idem pp. 169.

⁶⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – conflitos e integração na América do Sul (da tríplice aliança ao MERCOSUL 1870 - 2003)* – Rio de Janeiro: Renavan: 2ª edição, 2003. pp 202.

⁶⁹ RIOS, Leda Maria Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial: o conflito visto por um jornal da província*. 1º volume. Dissertação de mestrado em história – Recife: UFPE, 1988. pp 232.

Por bons motivos, as autoridades brasileiras manobravam tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos, na expectativa de escolherem um curso de ação que as colocasse no lado certo, pouco importando quem ganhasse a guerra.⁷⁰ Vargas declarou, em 21 de agosto, o rompimento legal com a Alemanha, e em 02 de setembro de 1942, guerra aos países do Eixo. Assim, formalizou-se o trato que já existia muito antes de romper com a neutralidade brasileira diante da guerra.

MILITARES BRASILEIROS EM NORONHA:

Como consequência da instalação da 1ª Bateria Independente, do cenário de guerra em favor da defesa hemisférica, o governo brasileiro, pelo decreto nº 4.102, de 09 de fevereiro de 1942, transformou o Arquipélago de Fernando de Noronha em Território Federal (TFFN). A sua missão era com a segurança e a defesa tanto do país como do hemisfério ocidental, colocando Noronha como “ponto estratégico de real valor”⁷¹ e “sentinela avançada da segurança continental”.⁷² Como podemos observar na imagem abaixo foram removidos para o continente parte dos presos e do pessoal que trabalhavam no presídio, além de o General Comandante da 7ª Região Militar, João Batista Mascarenhas de Moraes, determinar o início da ocupação da ilha pelas tropas do Exército.

⁷⁰ MACCAN, op cit. pp 147.

⁷¹ IMBIRIBA, op cit pp. 50.

⁷² Jornal do Comércio, 09 de fevereiro de 1943.



Ilustração 7 – Imagem que revela parte do contingente prisional que havia na Ilha de Fernando de Noronha cumprindo sentença da Justiça Pernambucana. Removidos para Recife, parte foi destinado ao lugar de origem do delito cometido. Fundo SSP/DOPS/APEJE; prontuário nº 14.312.

Ao final de abril de 1942, partia do porto do Recife o primeiro comboio militar brasileiro. Chegavam no dia 16 de maio, o 1º Grupo Móvel de Artilharia de Costa e a 1ª Bateria Independente de Orbuzes, acompanhadas dos efetivos do 1º Grupo do 3º Regimento de Artilharia Antiaérea; da Secção de Sapatadores Mineiros e do Destacamento de Transmissão; elementos do serviço de intendência; órgãos do serviço de saúde e oficiais de engenharia, veterinária e auxiliares. Em 08 de julho, era a vez de desembarcar o 1º Grupo do 2º Regimento de Artilharia Antiaérea, vindo de São Paulo.



Ilustração 8 – Registro da instalação do 1º Grupo do 2º Regimento de Artilharia Antiaérea em Fernando de Noronha (1942), localizado no Alto da Quixaba, compondo, juntamente com o 30º e 31º Batalhão de Caçadores, o 1º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, o Grupo Independente de Artilharia e a 1ª Bateria Independente de Obuses, os Grupos de Ofensiva de Guerra. Acervo Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

A construção da base aérea, que mais tarde seria ocupada pelas forças americanas, começou no momento da chegada dessas primeiras tropas do Exército brasileiro. A Pan American Airlines (PANAIR) do Brasil, ligada ao Airport Development Program (ADP), foi a empresa responsável por esses trabalhos. Alguns historiadores, como Vagner Camilo Alves e Frank MaCcann, apontam que os trabalhos de construção dos aeroportos e bases realizados pela PANAIR já vinham sendo executados muito antes de ser lançada a autorização de Vargas para tal. MaCcann informa que seis meses antes do ataque dos japoneses à base norte-americana e catorze meses antes de o Brasil entrar na guerra, os aeroportos vinculados ao ADP eram parte do sistema de abastecimento dos Aliados e, até o final da guerra, as aeronaves os utilizariam como apoio, especialmente os de Belém e Natal.⁷³ Em Noronha, foi posta à disposição da PANAIR, em 13 de janeiro de 1943, uma perfuratriz e operários especializados, cedidos ao destacamento do Exército, pela Inspetoria Federal de Obras Contra Seca, a fim de abrir os poços na base e criar uma estrutura ao seu funcionamento.⁷⁴

⁷³ MACCANN, op cit. pp 192.

⁷⁴ IMBIRIBA, op cit. pp. 48.

Sr. Zé Martins⁷⁵, um ex-combatente da FEB, residente em Fernando de Noronha, registrou em seus relatos de memória alguns rastros da funcionalidade do arquipélago às estratégias de guerra e de segurança nacional, assim como hemisférica. Nos testemunhos trazidos por Sr. Zé Martins, os soldados que aportaram na Ilha e outros que foram enviados à Itália “serviam em nome da pátria”, e a Ilha de Fernando de Noronha também funcionava como uma espécie de “trampolim para a vitória” aliada.⁷⁶ Perceber a funcionalidade que a Ilha de Fernando de Noronha tinha na estratégia político-militar para o Brasil e para os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, criava um ambiente de tensão com os estadunidenses, pois com o rompimento da relação com a Alemanha, o Brasil ficava exposto tanto às determinações de segurança norte-americana, como às represálias vindas por parte do seu antigo aliado. Em Noronha, o que se sabia era que o Brasil estava enfrentando um inimigo alemão e que a Ilha era considerada área de segurança à defesa contra esse. Para tanto, a preocupação, ora expressada no telegrama enviado ao delegado do DOPS-PE, Fábio Correia, em dezembro de 1941, sobre o espaço aéreo, relatado no início deste capítulo, pode ser tomada como um desses rastros.

O comprometimento brasileiro com a causa Aliada era grande. Além do apoio e solidariedade política, o país comprometia-se, através de tratados e acordos, a fornecer produtos estrategicamente imprescindíveis à indústria e mobilização militar norte-americana. O Brasil, segundo Alves, “era um elo importante”.⁷⁷ Para termos uma ideia da presença de militares estadunidenses em bases e aeroportos do Norte-Nordeste do Brasil, doze meses antes do ataque de Pearl Harbor (janeiro de 1941), Vargas já havia autorizado secretamente a construção da base aérea norte-americana em Parnamirim (Rio Grande do

⁷⁵ Sr. José Martins, aos 04 anos de idade, chegou à ilha com seu pai, o Galo Branco, que a partir de 1921 ali deveria cumprir pena de justiça. O menino cresceu num cotidiano de regras e trabalho. Adulto, trabalhou com seu pai para a Companhia Francesa Aeropostale. Foi convocado a servir ao Exército na 2ª guerra mundial. Ao lado dos aliados, nunca chegou a ir a combate. Terminada a guerra, retorna a Noronha e no avião que o conduzia de Natal a Recife, conheceu Dona Dulce, por volta de 1949. Dona Dulce se dirigia à ilha a passeio: “estava indo a casa do padrinho Alencar que era sargento do Exército quando me deparei com o Zé”. Falar sobre este personagem noronhense é revisitar um tempo bélico e cheios de porquês, cuja reconstrução é percebida nos relatos de memória a favor da história. O Sr. Zé Martins faleceu em 06 de julho de 2008, aos 77 anos.

⁷⁶ Campos do Aragão, em seu livro *Guardando Céu nos Trópicos*, relata-nos a ida de soldados à ilha de Fernando de Noronha, para que fosse instalado o 2º batalhão antiaéreo. Esses, saídos da cidade de São Paulo se concentravam num depósito da São Paulo Railway, em fileiras e mais fileiras organizadas de gente: “e rumavam para a Estação da Luz, onde as altas autoridades prestigiaram com presença a despedida. Perfilados na plataforma principal, ouvíamos uma saudação do governo do estado... pouco depois, as composições ferroviárias desenvolviam velocidade. Das janelas das classes podíamos ver, no fundo da paisagem que se distanciava, as torres dos arranha-céus mergulhados nas nuvens que cobriam a cidade” (Aragão 1950: pp.10)

⁷⁷ ALVES, op. cit. pp. 170.

Norte), transformando-a em “trampolim da Vitória” a uma futura guerra contra a Alemanha, na África do Norte⁷⁸, quando da fase de rompimento com a Krupp. Antes mesmo do rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Eixo, os portos de Salvador e de Recife se encontravam à disposição do comandante da 4ª Frota dos Estados Unidos, o Contra-Almirante Jonas Ingram. Em fins de abril de 1942, o presidente Vargas deu ao comandante norte-americano, em caráter informal, o comando de forças aéreas e navais brasileiras, fazendo dele o responsável pela defesa marítima brasileira.⁷⁹ Leda Rivas (1988) acentua que antes de novembro de 1942, os norte-americanos já estavam circulando por toda a cidade do Recife, “imprimindo suas marcas em determinados comportamentos e transmitindo alguns de seus valores aos pernambucanos”.⁸⁰ À medida que as relações entre o governo brasileiro e o norte-americano eram estreitadas, acordos eram instituídos com fim único de “proteção ao Atlântico”, e a todo hemisfério. Desde esse tempo reuniões ocorriam com esse destino, como a 3ª Reunião de Consulta que deliberava sobre a defesa do continente (de acordo com a Resolução 39º), assim como a Conferência Interamericana do México sobre os problemas da guerra e da paz (e a assinatura da Ata de Chapultepec em fevereiro de 1945) e os Acordos Militares entre o Brasil e os Estados Unidos de 1942 e de 1944, que garantiam a livre utilização dos aeroportos e bases estratégicas americanas em território brasileiro, sendo esses reforçados décadas mais tarde no governo de Juscelino Kubitschek, para o ajuste de cessão à instalação da base de teleguiados, em 1956.

Caso possamos atentar ao cenário construído nesse período de conflito mundial (1942), a presença dos Estados Unidos no arquipélago de Fernando de Noronha era refletida por alguns como

*um auxílio valioso por parte do poder aeronaval americano. E [era] qualquer coisa que se impunha. A perda de Fernando de Noronha seria mal tremendo para a causa dos Aliados. Significaria um descalabro para todas as rotas de navegação do atlântico sul e central.*⁸¹

E era uma forma de garantir parte da segurança nas águas do Atlântico sul, garantindo a segurança do próprio continente americano contra uma possível investida inimiga por parte do Eixo. A Ilha de Fernando de Noronha foi fixada em um cenário que a destinava vigiar,

⁷⁸ BETHELL & ROXBOROUGH, op. cit. pp 65.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ RIOS, op. cit. pp 253.

⁸¹ ARAGÃO, op. cit. pp. 123.

defender e guardar o Atlântico Sul. Mas, como os americanos compunham esse ambiente insular?

MILITARES AMERICANOS EM NORONHA:

Em fevereiro de 1942, o governo dos Estados Unidos solicitou licença ao Brasil para elevar o número dos seus contingentes no Nordeste. Iriam 300 homens para Belém, 300 para Natal, 150 para Recife e 150 para a Ilha de Fernando de Noronha, todos completamente desarmados (pelo menos em tese). Esses *técnicos*, como Jefferson Caffery (embaixador dos Estados Unidos no Brasil) chamava, desempenhariam as tarefas de administração, comunicação, manutenção, fornecimento, cantina, meteorologia etc. O governo dos Estados Unidos também pediu permissão para construir alojamentos, depósitos subterrâneos (para um milhão de galões de gasolina em Belém e Natal, 500.000 no Amapá, Fortaleza, Recife e Fernando de Noronha), estender o comprimento da pista em Fernando de Noronha e ali estacionar 50 oficiais.⁸²



Ilustração 9 - Imagem das ruínas dos depósitos subterrâneos utilizados pelo Exército norte-americano que compunha as instalações EUA na Ilha de Fernando de Noronha, durante a Segunda Guerra Mundial. Estes espaços eram reservados para um milhão de galões de gasolina. Acervo particular Grazielle Rodrigues, Janeiro de 2008.

O efetivo militar dos Estados Unidos desembarcava no Arquipélago de Fernando de Noronha juntamente com o 30º Batalhão de Caçadores, no mês de junho de 1942 para iniciar as obras da pista de pouso. Instalavam a Base Aeronaval Norte-Americana numa área localizada entre a Baía do Sueste e a praia da Atalaia, na parte Sudeste da ilha.

⁸² MONIZ BANDEIRA, op. cit. pp 394.



Ilustração 10 – Croqui aerofotogramétrico da Ilha de Fernando de Noronha retirado do livro de Antônio Sá Barreto que serviu na Ilha, como Capitão, em janeiro de 1943, assumindo o comando da 2ª Bateria do 1º grupo do 2º Regimento de Artilharia Antiaérea, no lugar do Major Campos de Aragão. Apud LEMOS FILHO, Tem. Cel. Antônio Sá Barreto. *Fernando de Noronha Sem Retoques*. Rio de Janeiro, 1957.

Um ambiente que versava entre a fartura de uns e a privação de outros, mas com um objetivo em comum: a segurança das águas do Atlântico. Esse tipo de contraste entre estrangeiros e brasileiros também será visto quando do período de instauração da base de teleguiados em 1956.

No entanto, estes estrangeiros não estavam presentes à toa na ilha. Correspondiam a acordos e tratados estabelecidos e firmados entre os governos de Roosevelt e de Vargas. Como a 3ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, ocorrida em 11 de janeiro de 1942, na cidade do Rio de Janeiro. Foi neste encontro que os Estados Unidos conseguiram o rompimento dos países latino-americanos com o Eixo e em contrapartida garantiram a compra, quase que exclusiva, de materiais estratégicos para o desenvolvimento de equipamentos militares e o controle absoluto de sua distribuição no continente nos anos seguintes. O Brasil era um dos grandes fornecedores, sobretudo de borracha, de minérios de ferro, de diamantes industriais, do manganês, da bauxita e da areia monazítica (da qual se extraía o urânio e o tório) essenciais ao desenvolvimento da energia nuclear.⁸⁷

No acordo militar de maio de 1944 (Acordo Aéreo Militar Brasil - Estados Unidos) a posição brasileira como “aliado fiel” na parceria com os EUA se acentuava ainda mais, quando, em conjunto, era fixado um extenso sistema de segurança militar capaz de cobrir várias regiões do globo. A contrapartida brasileira se encontrava no estabelecimento de dez bases aéreas em território nacional, consideradas como estratégicas durante dez anos, tanto em época de paz como de guerra. Encontravam-se presentes no Brasil 10 mil soldados norte-americanos durante o conflito.⁸⁸ No ano seguinte, quando se assinava a Ata de Chapultepec (Conferência Interamericana do México - 1945), deliberava sobre Assistência Recíproca e Solidariedade Americana aos países latinos, inserindo o Brasil numa disputa entre “regionalistas” e “globalistas” para as questões de Segurança Internacional que correspondiam aos planos dos militares dos Estados Unidos para o pós-guerra (e aí, talvez, a uma futura luta contra a União Soviética e o comunismo internacional, na visão de Gerson Moura).⁸⁹

⁸⁷ Alves, MaCann e Leslie Bethell apontam que a posição brasileira no novo ordenamento geopolítico internacional era uma imposição da política de defesa norte-americana ao hemisfério. Os Estados Unidos, no entanto, forneciam equipamento militares decorrentes do programa *Lend-Lease* (empréstimo e arrendamento), como forma de salvaguardar e garantir essa sua influência nos limites do atlântico, no caso, da América Latina.

⁸⁸ RIVAS, op cit. pp 320.

⁸⁹ MOURA, Gerson. *O Alinhamento Sem Recompensa: a política externa do governo Dutra* – Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; 1990 – CPDOC/ FGV. pp 11.

Assinados os acordos e tratados para a defesa hemisférica e instalação do sistema defensivo para a Segunda Guerra, no dia 14 de abril de 1943, a Ilha de Fernando de Noronha recebia a visita de oficiais norte-americanos, cuja missão era inspecionar as instalações militares americanas e brasileiras que ali existiam, como um dos reflexos da missão militar norte-americana de 1941. Os Generais americanos Robert. L. Walsh (responsável pelo comando da Base Aérea de Natal que tinha como QG a cidade de Recife) e J.S. Bragdon, o Coronel A.G. Viney e os Tenentes Coronéis H.C. Gee e M. K. Moore, eram recebidos pelo comandante do TFFN, na época, o Coronel Ângelo Mendes de Moraes, que em um breve discurso, enaltecia a união que sempre ligou o Brasil aos Estados Unidos e que “era então mais viva nessa empreitada de guerra onde os dois países numa *união sagrada* defendiam a sua liberdade e a integridade de sua soberania”.⁹⁰ Novamente, víamos a segurança como argumento maior do discurso para a defesa hemisférica, constituindo Fernando de Noronha como “o ponto mais destacado” das atividades militares, “ponto vital da defesa do continente americano”.⁹¹

A criação do Território Federal de Fernando de Noronha nascia para reforçar a soberania brasileira “de um modo mais nobre, na efervescência da guerra (...), cujo valor militar só de futuro se poderá dizer. “Após a guerra seremos o ponto obrigatório para as rotas comerciais, marítimas e aéreas”⁹², afirmava o Capitão Nadir de Toledo Cabral, Secretário Geral do TFFN. Parecia que o Capitão previa o futuro da Ilha de Fernando de Noronha com o novo ordenamento geopolítico do pós-guerra: “um ponto estratégico para a segurança do Atlântico, repousado num triângulo cujos vértices assentavam em mais duas ilhas: a de Abrolhos e de Trindade”⁹³, “reforçando a defesa militar do Nordeste”⁹⁴, “especialmente (...) com os projéteis teleguiados”.⁹⁵ É claro que isso aconteceria anos mais tarde, redesenhando um outro ambiente bélico e reforçando a importância geoestratégica da ilha para assuntos e planos de defesa.

Os norte-americanos estacionados na Ilha de Fernando de Noronha estavam ligados às bases instaladas em Parnamirim-RN e em Recife. A “união sagrada” que ligava brasileiros e norte-americanos na defesa intercontinental era a garantia da integridade da

⁹⁰ IMBIRIBA op. cit. pp. 61

⁹¹ Diário de Pernambuco, 04 de maio de 1944.

⁹² Diário de Pernambuco, 04 de maio de 1944 - Capitão Nadir de Toledo Cabral, que na época ocupava o cargo de secretário geral do governo do território de Fernando de Noronha, em 1944, prevendo o futuro da Ilha nas esferas de um pós-guerra relatava a possível funcionalidade do dito espaço insular.

⁹³ Jornal do Comércio, 23 de junho de 1956.

⁹⁴ Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1957.

⁹⁵ Jornal do Comércio, 28 de dezembro de 1956.

soberania territorial tanto ao Brasil como aos Estados Unidos contra às ditaduras totalitárias européias, na visão norte-americana, e que eram capazes de ameaçar aos regimes democráticos (capitalista) como o defendido pelos próprios Estados Unidos. Os hábitos culturais trazidos pelos americanos alteraram de certo os costumes e o cotidiano nessas duas capitais nordestinas, mas, por outro lado, deixavam esquecida a própria ilha.

INSEGURANÇA NO CÉU E NO MAR DO BRASIL:

A expectativa de guerra causava uma sensação de alerta constante na sociedade. Em Fernando de Noronha ou fora de lá, a sensação era de que, a qualquer momento, o inimigo poderia surpreender a todos. O imaginário rondava não apenas o céu e o mar, mas pairava na sensação de insegurança de que um evento dessa natureza pudesse ocorrer. No entanto, as exposições em torno da segurança e defesa, patrocinadas pelos governos americano e brasileiro, não se alinhavam a essa realidade de guerra. E isto era tão significativo que, mesmo sofrendo bombardeio (ataque), a Ilha de Fernando de Noronha se encontrava distante do que acontecia em Recife, e isso se caracterizou pela ausência de notícias nos jornais remetendo-se ao fato. Esse ataque era relatado por e entre os militares, ficando ali, retido, que a ilha havia sofrido bombardeio de aviões inimigos. Essa informação era dada em caráter secreto e não causaria espanto caso a ideia do *American way of life* não tivesse tido tamanha repercussão e aceitação. O jogo estava sendo jogado e a regra era: defesa e ataque.

Parece que o inimigo orienta os seus meios para um ataque a frente S [lê-se sul] da Ilha.

Aviões inimigos sobrevoam a ilha e lançam bombas, visando de preferência as regiões da Vila Getúlio Vargas, porto de Santo Antônio, os ambulatório, a usina, oficinas e o quartel do 30º BC [lê-se Batalhão de Caçadores do Exército].⁹⁶

Relatou o Capitão Zenon da Silva (Comandante do Destacamento Independente de Sapadores e Pontoneiros). Essa informação, colhida de um comunicado interno entre o Comandante do Destacamento Misto, General Ângelo Mendes de Moraes e o comando da 7ª Região Militar, no dia 07 de maio de 1943, não chegou à capital pernambucana. Não constando comentário, notícia, reportagem, nota ou informativo algum sobre esse suposto ataque à “sentinela avançada”. Tão próxima ao litoral nordestino e a 540 km da cidade de

⁹⁶ APEJE-PE; DOPS-PE, prontuário nº 4071 - ordem de operações nº 1. 07 de maio de 1943.

Recife, levando-nos a questionar se fora real ou apenas um treinamento de guerra. Concentrava-se ali, no entanto, um teatro de operações de guerra.

Imaginar toda essa movimentação bem próxima ao nosso litoral transformava o dia-a-dia da cidade do Recife, bem como o desenvolvimento cultural a partir do contato com estes militares estrangeiros norte-americanos, como também a própria ilha que se militarizava sob a égide da defesa nacional e segurança. O entrar e sair constante de americanos na capital pernambucana era visto com certo cuidado por parte das autoridades policiais. Não era pelo fato de estarmos alinhados (juntos) contra o Eixo, que se daria o direito de estrangeiros transitarem livremente pelas ruas do Recife. O fato era, inclusive, contrário à ideia de que esses estrangeiros viviam numa eterna lua de mel com os brasileiros. Pelo menos não por parte dos investigadores do DOPS de Pernambuco. A soberania do Brasil tinha que ser salvaguardada a todo custo. Esse cuidado podia ser observado nas pequenas e cotidianas resistências patrocinadas por estes investigadores, quando, por exemplo, uma simples atividade fotográfica gerava inúmeros pedidos de autorização do consulado americano ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Etelvino Lins, já que, a atividade fotográfica ou os pedidos de autorização, podiam ser indicativos de atividades de espionagem. No entanto, mesmo com a atenção das autoridades da DOPS, estas atividades se encontravam próximas do nosso dia-a-dia, seja pelo Eixo, seja pelos norte-americanos. Como exemplos disto, tomamos a chegada de vinte náufragos do vapor americano James Robertson, torpedeado por submarinos do Eixo ao sair de Fortaleza (Ceará) para o Rio de Janeiro, na madrugada do dia 07 julho de 1943⁹⁷, e o desmonte de um aparato de espionagem a favor do Eixo, especificamente a serviço da Alemanha, pelo serviço secreto americano. No material apreendido encontrava-se o mapa (abaixo) detalhado de todo o Arquipélago de Fernando de Noronha com traçados dos planos das fortificações que existiam pela ilha, o efetivo de tropas, localização de baterias, estações de rádio, etc.⁹⁸

⁹⁷ APEJE-PE; DOPS-PE; Prontuário nº 27.708 - Consulado Americano; cópia do ofício nº 260. Recife, 14 de julho de 1943.

⁹⁸ APEJE-PE; DOPS-PE; Prontuário nº 8121 - Aços Marathon. 1943.



Ilustração 12 - Plano hidrográfico e topográfico do arquipélago de Fernando de Noronha elaborado por um germanófilo potiguar em 1942, por encomenda do cônsul alemão em Pernambuco, apreendido pelo DOPS-PE e encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores e Justiça para embasar o processo onde o epígrafado é acusado de traição à nação brasileira. Fundo: SSP/DOPS/PE prontuário nº. 14. 312.

Esses dois eventos permitem perceber que as democracias na América Latina não estavam livres da ameaça dos regimes totalitários que rondavam a Europa. Mostram também que, a fala importada pelos norte-americanos que garantiam a segurança do Atlântico se encontrava frágil diante da impossibilidade de proteger essas águas. Mesmo montando um cinturão de defesa Atlântica com bases espalhadas pelo litoral nordestino, a exemplo da base aérea de Parnamirim (RN) – um dos maiores e mais movimentados aeródromos militar do mundo – e da base na Ilha de Fernando de Noronha, visando à segurança do território brasileiro, as águas do Atlântico ainda não se encontravam devidamente protegidas.

Enquanto Recife e Natal se deixavam influenciar pela cultura dos Estados Unidos, esses três eventos (o ataque contra a ilha, o ataque contra o vapor americano e o espião Artur) podem ser tomados como espelhos de uma guerra que transformava sonhos em realidades, e causavam insegurança e muitas incertezas para o amanhã. O “inimigo” estava à solta e a qualquer minuto poderia nos surpreender pelo mar (com os submarinos), pelo ar (com ataques aéreos) e também por terra (com os esquemas de vigilância que a espionagem proporcionava). Era ilusão imaginar um cenário de guerra distante do

continente europeu, pois ela estava próxima de qualquer cidadão brasileiro. E o que restava ao Brasil fazer? Alinhar-se a quem lhe garantia o futuro? No caso em questão, era o solícito lado americano.

A GUERRA SE APROXIMA DO FINAL:

No mês de fevereiro de 1944, a base americana montada na Ilha de Fernando de Noronha já se encontrava apta ao uso. No dia 16 de fevereiro, especificamente, entrava em uso experimental, a nova rota aérea de Natal para a África (Dakar). Os C-47 do Exército, utilizados para essa missão, em vez de voarem para Roberts Field, na Libéria, via Ascensão, passariam a fazer a rota Natal - Fernando de Noronha, depois seguindo até Dakar. Os C-47 chegariam a Fernando de Noronha, para pernoite e reabastecerem. No dia seguinte, chegariam a Dakar com combustível ainda suficiente para mais três ou quatro horas de voo. A nova rota teve sucesso imediato com relação às condições de voo. No entanto, duas semanas após o seu início, era suspendida devido à dificuldade em manter uma estrutura no que se refere ao fornecimento de gasolina na ilha e, sendo assim, a nova rota não foi mais reiniciada durante o período da guerra.⁹⁹ A partir de outubro de 1944, os norte-americanos começavam a retirar-se das bases, entregando as responsabilidades da defesa do Atlântico Sul aos brasileiros.¹⁰⁰ No último dia de maio de 1945, o Atlântico Sul não era mais considerado como área de combate. No final de julho, o fechamento das instalações da marinha americana no Brasil estava praticamente completo. Durante as últimas semanas de julho muitos postos foram fechados e uma grande quantidade de equipamentos foi devolvida ao Exército americano que permaneceu na área após a partida dessas forças.¹⁰¹

Quando a guerra já sinalizava o seu final, especialmente com a vitória na batalha da Normandia, em 1944, as potências aliadas se mostravam apreensivas com o futuro da geopolítica internacional. Essa preocupação era acentuada quando em janeiro de 1945, Churchill, Roosevelt e Stalin se reuniram em Yalta. A ideia de como prevenir o mundo para que não houvesse um novo conflito desenhava um ambiente de encontros internacionais que discutiam, entre outras coisas, o gerenciamento de uma possível paz

⁹⁹ SMITH, Clyde. *Trampolim Para a Vitória*. Editora universitária UFRN. Natal – RN, 1993. pp 153

¹⁰⁰ RIOS, Leda Maria Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial: o conflito visto por um jornal da província*. 1º volume. Dissertação de mestrado em História – Recife: UFPE, 1988. pp 314.

¹⁰¹ Ibidem, pp 187.

para os anos que seguiriam ao pós-guerra. Muitos dos tratados assinados tinham como premissa acordos pré-existentes nos anos de conflito mundial. Os Estados Unidos viam a possibilidade de alcançarem um patamar de destaque na fase de reconstrução do mundo pós-guerra, principalmente por que, assim como a União Soviética, saiam considerados como uma das duas potências mais poderosas, com o término da guerra.

Para que essa nova geopolítica internacional tivesse o direcionamento estabelecido pelo governo de Washington DC, havia a necessidade de criar, como alicerces, tratados internacionais, cujo objetivo principal era a segurança do hemisfério ocidental (composto pelos EUA, Europa ocidental, Japão, Coréia do sul e América Latina). Para tanto, os acordos e convênios estabelecidos desde a Segunda Guerra Mundial davam base de sustentação ao discurso americano para a “paz emergente”.

Os Estados Unidos articulavam duas ações capazes de atender à nova conjuntura do pós-Segunda Guerra: uma no plano econômico e outra que visava uma estratégia política na ordem mundial de então. Na primeira, a recuperação do poder de compra dos países europeus era imprescindível à sobrevivência do sistema econômico norte-americano. As compras de alimento, matéria-prima e equipamentos tinham como fornecedores principais os industriais e agricultores do país e, sob os moldes da política *americana*, a recuperação europeia se acelerava. O historiador Fernando Ayerbe (2002), especialista no estudo acerca da história da América Latina e da construção da hegemonia norte-americana na América Latina do século XX, aponta que, num espaço de três anos, a Alemanha e a França superavam os níveis de produção de antes da guerra. Em segundo plano, a estratégia norte-americana cumpria aos tratados assinados entre os países alinhados com os Estados Unidos, permitindo que a presença militar estadunidense nessas regiões fosse considerada vital à segurança do *mundo livre*.¹⁰²

Carlos Martins Pereira e Souza, embaixador brasileiro em Washington DC, resumia em uma de suas cartas-telegramas enviadas ao Ministério das Relações Exteriores, que uma das intenções da política dos Estados Unidos para a América Latina era conseguir consolidar uma frente anti-russa, capaz de eliminar os centros de propaganda anti-americano, e organizar politicamente a defesa do hemisfério.¹⁰³ Tal tarefa caberia, não

¹⁰² AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: editora UNESP, 2002. pp 69

¹⁰³ MOURA. pp. 46.

apenas às Forças Armadas dos Estados Unidos¹⁰⁴, mas a todos os meios que servissem enquanto expoentes da *American Way of Life* adotada como uma das estratégias à aproximação dos países da América do Sul para a sua política de boa vizinhança, especialmente com o Brasil.¹⁰⁵ Dificilmente algum país da América Latina iria conseguir se manter neutro frente à tumultuada relação entre Estados Unidos e União Soviética. E o Brasil não fugiria a regra. Mas, qual o interesse do governo de Washington com o Brasil, já que a esse era destinada a alcinha de ser “fiel escudeiro” à política norte-americana para com a América Latina? Primeiro, a posição privilegiada ao controle do Atlântico Sul, principalmente nas suas ilhas oceânicas e o seu litoral nordestino. Depois, o seu extenso território, que fazia fronteira com a maioria dos países sul-americanos. Por último, a sua abundância em recursos naturais, principalmente os minerais, imprescindíveis ao desenvolvimento da produção nuclear. Interessava, também, sua população local, que representava um mercado de consumo potencialmente capaz de movimentar bilhões de dólares.¹⁰⁶ O Brasil era ou não um aliado em potencial às pretensões americanas na América Latina? Essa condição o inseria numa posição de país primário-exportador para reforçar as economias latino-americanas, assegurar a estabilidade social e política a fim de proteger o modelo econômico aos moldes dos Estados Unidos e também adquirir apoio militar e político no continente ou fora dele. Dessa forma, os Estados Unidos, manipulando a retórica do anticomunismo, mantiveram os países latino-americanos na esfera da influência ocidental por meio de invasões, orquestrações de golpes, obstáculos à reforma social e apoio técnico e político a regimes militares repressivos. Sean Purdy (2008) destaca que, então, marca-se o início da Guerra Fria na América Latina. Principalmente, quando nos fins dos anos de 1940, movimentos favoráveis a mudanças políticas e econômicas surgiam em muitos países do continente e acabavam sendo refreados ou esmagados pelas elites locais com a ajuda norte-americana.¹⁰⁷

¹⁰⁴ Com a nova agenda de segurança, a redefinição do papel dos Estados Unidos na política internacional do pós-guerra levava o Governo de Truman a repensar a política externa ‘americana’ com a nova ordem internacional. Em 1947, com a lei de segurança nacional, as Forças Armadas se unificam num estado maior conjunto subordinado a secretaria de defesa. As Forças Armadas e os serviços de inteligência adquirem uma capacidade operativa que os transformam em instrumentos privilegiados da ação dos estados nos assuntos internacionais. (idem pp. 80)

¹⁰⁵ FARIA, Ricardo de mouro & MIRANDA, Mônica Liz. *Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial* – São Paulo: Contexto, 2003. pp. 62.

¹⁰⁶ Idem pp. 61

¹⁰⁷ PURDY, Sean. *O século Americano*. In: KARNAL, Leandro. *Historia dos Estados Unidos: das origens ao século XX/* - Leandro Karnal ... [et al.]. 2.ed., 1ª impressão. – São Paulo: contexto, 2008. pp. 229.

Para que os planos mencionados surtisserem efeito, mais de 10 acordos e convênios de cooperação foram firmados entre os governos brasileiro e estadunidense, tendo respaldo nas deliberações acertadas com o fim da Segunda Guerra. Entender toda essa trajetória da diplomacia brasileira articulada ao governo dos Estados Unidos é uma tentativa de compreender um ambiente com forte presença militar e o temor de um terceiro conflito mundial, que fazia com que brasileiros e estrangeiros se voltassem para a prevenção de seus territórios, garantindo a segurança, soberania e poder, tomados como um dos vieses para que guerras fossem deflagradas.¹⁰⁸

O FIM DA GUERRA:

Terminada a guerra, ficava clara a importância geoestratégica do Brasil, especificamente do Nordeste brasileiro, na manutenção de um sistema de defesa para o Atlântico. Segundo alguns estrategistas militares (como o Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho e o General Antônio de Souza Júnior) o “saliente do Nordeste” era visto como a “ponta do Atlântico” para a segurança marítima das rotas de navegação do Atlântico ao Pacífico (pelo sul das Américas) e do Atlântico ao Índico (passando pelo sul africano). Neste sentido, e também fazendo parte deste sistema defensivo, Fernando de Noronha se inseria na qualidade de porto. Conservava a sua função histórica de ser um lugar estratégico à invasão e à defesa continentais. Um ponto militar juntamente como as bases de Belém, Natal e Recife, conjugadas as de Dakar, Acra e Lagos na África Ocidental.¹⁰⁹ Contudo, o temor de que ocorresse um novo conflito era um dos fatores de preocupação à garantia de segurança e de manutenção da paz para os anos vindouros. Urgia desenvolver planos para que dentro de uma nova ordem mundial de pós-guerra, a paz fosse possível. E aí, vale destacar que, os Estados Unidos, mostrando serem um dos mais interessados nessa segurança, procuravam, a partir de acordos e tratados, tornar o seu pensamento e a sua estratégia de defesa como única: hegemônica.

¹⁰⁸ TELO, Antônio José. *Do Tratado de Tordesilhas à Guerra Fria: reflexões sobre o sistema mundial*. Blumenau: Ed da FURB, 1996. pp. 112 - Desde o período das grandes navegações observamos as guerras desenvolverem o surgimento e desenvolvimentos de grandes nações que teriam uma participação especial no cotidiano de Fernando de Noronha. Desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas, a ilha não seria mais a mesma. Fazendo parte das rotas comerciais, o novo mundo estava imbricado nas decisões européias. E as guerras seriam evitadas e desencadeadas sob a ótica do poder. E que a mera existência de armas atômicas alterava a maneira de pensar a guerra.

¹⁰⁹ SOUZA JÚNIOR, Gen. Antônio de. *O Brasil e a Terceira Guerra Mundial*. Biblioteca do exercito, Rio de Janeiro, 1959. pp 114.

Diante do quadro de defesa que, ao longo deste capítulo, apresenta-se como um dos fios que teciam os discursos em torno da salvaguarda da Democracia, observamos a liberdade do hemisfério ocidental contra as “ditaduras totalitárias”, sendo utilizada como um recheio a mais nos discursos estadunidenses em longas e demoradas reuniões, conferências e visitas entre as chancelarias de Washington DC nos países da América Latina, como também, e mais especialmente, entre os países da Europa ocidental, invertendo a ordem de debates, de interesses e de poder que caracterizavam o período.

A primeira característica nota-se ser ressignificada a ideia de ditadura em nome desta democracia. Ao segundo, a permanente submissão de alguns países latinos a economia norte-americana (como no caso do Brasil, observado durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra¹¹⁰ e Café Filho), e a terceira em transformar a ideologia soviética como uma “praga” para a humanidade, em que apenas a nação norte-americana seria capaz de garantir a defesa e a segurança do chamado “mundo livre”.¹¹¹

Seguindo uma ordem cronológica para os eventos pós-Segunda Guerra, notamos uma linha tênue, mas que levava o Brasil a mais de dez anos de pactos, tratados e acordos de não agressão, de defesa e compromissos militares com os Estados Unidos. A troca de interesse se subordinava à oportunidade de o Brasil alçar ganhos no seu desenvolvimento econômico, principalmente com as siderurgias. As tentativas de democratizar e nacionalizar o Brasil foram seguidas de insucessos, frustrações e comprometimentos. Tomando esse último ponto, observamos a defesa e a segurança continuarem a construir discursos em que o arquipélago de Fernando de Noronha tinha papel fundamental para que a utilização da rota do Atlântico seguisse a agenda de segurança proposta pelos Estados Unidos. Para entendermos qual a real posição de Noronha antes da Guerra Fria e como a ilha compõe a política internacional adotada pelo governo brasileiro e norte-americano sobre a defesa hemisférica, é necessário voltar ao tempo em que o arquipélago de Fernando de Noronha era um Território Federal (1942), em uma tentativa de revisitar discursos defensores da “salvaguarda da soberania nacional”.¹¹²

¹¹⁰ VIZZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente*. In: *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*/ organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil Republicano; v3). pp 198.

¹¹¹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp 459.

¹¹² Diário de Pernambuco, 04 de agosto de 1943.

O período que marca a entrada brasileira na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados pode ser tomado como um dos marcos iniciais para os norte-americanos expandirem a sua política de contenção às ideias *germanófilas*. Nessa assertiva, o Brasil que já havia destinado, desde antes o declarar de guerra ao Eixo, parte da sua região Norte e Nordeste à instalação de bases americanas (a exemplo das bases no Ceará, Parnamirim-Rio Grande do Norte e Ilha de Fernando de Noronha), se encontrava em posição de importância significativa aos planos de contenção a esses regimes nessa época. Com o fim do conflito, acordos eram assinados no México (Ata de Chapultepec -1945), no Rio de Janeiro (Tratado Interamericano, ou Tratado do Rio - 1947) e no Chile (Tratado de Bogotá - 1948) que encrudesciam a assistência e a proteção desses Estados do continente americano, mas que tomavam uma outra direção: a contenção do comunismo e do expansionismo da União Soviética, principalmente com a questão da Alemanha dividida.

Nesse cotidiano de guerra vivido “fora do mundo”¹¹³ de Noronha, no caso no Brasil, desenrolava-se uma política externa, gerenciada ainda pelo governo Vargas. Uma política que na visão de Gerson Moura, era de uma “equidistância pragmática” em relação às grandes potências européias, mas de um alinhamento progressivo com os Estados Unidos.¹¹⁴ O presidente Vargas procurava extrair benefícios econômicos, políticos e militares com este alinhamento, resultando em financiamentos à instalação da usina siderúrgica de Volta Redonda; à equipagem e à infra-estrutura para transportes e ao reestruturamento das Forças Armadas.¹¹⁵

Para entendermos a Ilha de Fernando de Noronha no período que antecede a guerra fria, faz-se mister mergulharmos em um ambiente de reuniões de consulta, acordos diplomáticos e a eleição no Brasil de 1945, em que sairia vitorioso o candidato Eurico Gaspar Dutra. Era em um ambiente internacional como esse que víamos a Ilha de Fernando

¹¹³ O Capitão Rube Canabarro Lucas tentando ter uma idéia do isolamento que se sente na Ilha de Fernando de Noronha, percebia que os habitantes se referiam ao continente como “o mundo”. Em todas as conversas que teve sempre surgia esta expressão no meio de uma frase: “lá no mundo é assim; aqui não”, ou “quando voltar ao mundo” (Imbiriba; op. cit. pp. 37). Janirza Cavalcante define em sua tese duas categorias sociais: “os de fora” e o “homem insular fernandino”, na análise que se faz em torno dos espaços continental e insular. Segundo ela, para “os de fora” (os continentais), o arquipélago ainda é um espaço à margem, proscrito, distanciado e imaginariamente transgressor. (DA ROCHA LIMA, op. cit. pp. 57 - 59). Clarice Peixoto se refere aos termos “aqui dentro” em contraposição ao “lá fora”. Segundo ela, esses termos datam dos tempos do presídio, quando a expressão mais utilizada para tratar o continente era “o mundo”. (PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Fernando de Noronha: ilha de sonho e de assombração*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social – Rio de Janeiro, 1983. pp. 44).

¹¹⁴ MOURA, Gerson. *O Alinhamento sem Recompensa: a política externa do governo Dutra* – Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; 1990 – CPDOC/FGV. pp. 12.

¹¹⁵ Idem.

de Noronha, novamente, inserida nas discussões em torno da proteção das águas do Atlântico, compondo a política internacional tratada pelos governos brasileiros e norte-americano sobre a defesa hemisférica.

Desde Julho de 1944, os Estados Unidos articulavam seu desenvolvimento econômico, no intuito de conquistar novos mercados e expandir oportunidades por meio de investimentos estrangeiros sem restrições ao fluxo de capital e bens. A intenção era manejar a economia internacional sob o estabelecimento de uma nova ordem econômica, que insistisse na necessidade de recompor o comércio internacional mediante a quebra de barreiras alfandegárias e à regulamentação do livre comércio.¹¹⁶ Essa ideia foi defendida e legitimada na Conferência de Bretton Woods, que ainda incentivou a criação de duas instituições, capazes de fomentar essas determinações internacionais (atrelada aos interesses norte-americanos), contribuindo, assim, na expansão do comércio e na liquidez dos países mais desenvolvidos no plano das relações econômicas internacionais¹¹⁷: o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento). Os componentes do Conselho de Segurança e a Assembleia Geral da ONU decidiam os rumos que estes organismos tomariam.

Em fevereiro de 1945, na Conferência de Yalta, Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética, garantia-se o direito de vetar ou não as decisões pertinentes à segurança mundial e, a partir daí, redefinir os rumos para uma disputa que descartasse o conflito militar direto.¹¹⁸ No entanto, é possível de ser observado que os primeiros focos para a consolidação e a expansão de ideologias hegemônicas iriam ser divididos em e por dois blocos. Leslie Bethel (1996) e Gerson Moura (1990) destacam que a visita feita pelo Secretário de Estado americano Edward Stettinius Jr. (logo que terminada a Conferência) ao presidente Vargas, servia como meio de pressionar o Brasil a assinar um contrato de cinco a dez anos para o fornecimento de areias monazíticas aos Estados Unidos, matéria-prima da qual se extraía o tório importante ao desenvolvimento da energia nuclear e à consequente fabricação de bombas atômicas.¹¹⁹ A ideia era articular o sistema

¹¹⁶ PURDY, op. cit. pp. 227.

¹¹⁷ MOURA, op. cit. pp. 05.

¹¹⁸ AYERBE, op. cit pp. 65.

¹¹⁹ Os lançamentos das bombas atômicas em Hiroxima e Nagasaki não foram tanto o último ato militar da Segunda Guerra Mundial quanto a primeira operação da Guerra Fria diplomática com a Rússia. Qualquer que seja a interpretação mais persuasiva, o uso de armas atômicas introduziria um novo elemento perigoso nas relações internacionais do pós-guerra. Evidenciando que o poderio bélico que girava em torno do desenvolvimento e uso da energia nuclear poderia resultar em uma nova forma de guerra, incentivando o medo constante de quem iria primeiro apertar o botão. (Sean Purdy op. cit. pp. 220).

interamericano dentro das novas diretrizes internacionais, tanto no que dizia à segurança como ao desenvolvimento da região. Esses acertos trariam ao Brasil, em 1956, sérios problemas para Barbosa da Silva, ex-Ministro do Exterior no período da gestão de Café Filho, e ao ex-presidente do Conselho Nacional de pesquisas, o diplomata Almirante Álvaro Alberto, no que diz respeito à exportação de materiais atômicos.¹²⁰ A quase impossível conciliação entre o desenvolvimento econômico e o protecionismo de Estado estimulava a coexistência de uma política de *portas abertas* atendendo aos anseios da delegação americana no México.¹²¹ A conferência pode ser vista como um primeiro ato da Guerra Fria, na medida em que os fundamentos a uma futura luta contra a União Soviética e ao comunismo internacional estavam sendo consolidadas.¹²² E neste sentido, o posicionamento dos países latino-americanos diante dessa ordem internacional foi um dos ingredientes fundamentais, que coincidiam com as eleições presidenciais na América do Sul.

A nova geopolítica do pós-guerra imbricava com a política interna brasileira quando a incerteza nas candidaturas para presidente se mostrava como uma inquietação popular. As dúvidas quanto à permanência ou não de Getúlio Vargas na presidência, a sua candidatura a reeleição, ou não, marcavam um novo compasso nas relações do Brasil com os Estados Unidos. Mesmo com toda a movimentação e levantes promovidos pelos membros que compunham o queremismo (constituente com Getúlio), as eleições foram marcadas e realizadas no dia 02 de dezembro de 1945: O PSD, com o General Eurico Gaspar Dutra como candidato; A UDN, com Eduardo Gomes e o Partido Comunista (recém saído da ilegalidade), com o engenheiro Yedo Fiuza.

Esse cenário era construído frente a uma posição enigmática adotada por Vargas, com respeito a sua verdadeira atitude diante das eleições. Os grupos envolvidos nessa ocasião cogitavam a ideia de que o ditador estava planejando um novo golpe aos moldes de 1937, ou, então, que estaria estudando uma nova era política baseada no apoio do operariado militante.¹²³ Por outro lado, essas suspeitas ficaram mais graves depois que Getúlio Vargas, por meio de decreto, antecipou as eleições estaduais e municipais para o mesmo dia da presidencial. A crise era potencializada com a substituição da chefia da

¹²⁰ Diário de Pernambuco, 19 de abril de 1956 – **APREENSIVA AS FORÇAS ARMADAS, EM FACE DA VENDA DE MINÉRIOS ATÔMICOS.**

¹²¹ MOURA, op cit. pp 11.

¹²² Idem.

¹²³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. pp. 76.

polícia do Distrito Federal, a qual era ocupada por João Alberto e passou para Benjamin Vargas, irmão de Vargas. Muito próximo do Ministro general Góis Monteiro, João Alberto comunicou-lhe a decisão do presidente. Diante do fato, o ministro partia para a mobilização de oficiais em prol do apoio a um golpe para depor Vargas. Era a primeira tentativa militar de assumir a gerência brasileira. Dutra foi ao palácio, na tarde de 29 de outubro para que Getúlio retirasse a nomeação de seu irmão ao cargo ou enfrentasse a deposição pelo Exército. Vargas, subestimando Góis Monteiro, acabou sendo deposto do cargo “não pelo poder da oposição civil, mas por decisão do Alto Comando do Exército”.¹²⁴

A derrubada de Vargas fechava não apenas o fim de um regime autoritário, mas também abria caminhos a uma aproximação ideológica sem precedentes entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil. Para Faria & Miranda (2003), o novo pacto oligárquico que assumia o controle das agências governamentais não reconhecia a legitimidade das demandas sociais populares, classificando as reivindicações sindicais e os programas nacionalistas como uma ação comunista¹²⁵, e o combate da expansão dessas ações comunistas era tomado como um dos fatores para que a segurança do hemisfério ocidental fosse assegurada.

José Linhares (presidente do Supremo Tribunal Federal) assumia interinamente a Presidência da República, suspendendo interventores e prefeitos até o encerrar das eleições. Dutra obteve 55% dos votos. Eduardo Gomes 35%, Yedo Fiuza, candidato do PCB, 10%.

O primeiro ano do governo Dutra foi de “uma plena lua-de-mel”, no dizer de Skidmore (1975). Essa tranquilidade política duraria até a conclusão do texto final da constituição e com ele, o cenário político ficaria bem diferente.¹²⁶ À frente da presidência, Dutra preconizava uma política de tendência liberal-econômica, em que se rejeitava uma economia pelo controle estatal. Abria-se para a importação de bens manufaturados do exterior, mesmo considerada como algo “perigoso” à política de expansão da capacidade

¹²⁴ Idem, pp. 78.

¹²⁵ FARIA, Ricardo de mouro & MIRANDA, Mônica Liz. *Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial* – São Paulo: Contexto, 2003. pp. 64 – 65.

¹²⁶ No entanto, como aponta Moniz Bandeira, as leis repressivas do Estado Novo, como a lei de segurança nacional, a lei de greve e a lei de imprensa não foram revogadas. As liberdades políticas conquistadas em 1945 foram duramente restringidas dentro do ambiente democrático-representativo, com dura repressão contra a classe trabalhadora sob pecha de combater o comunismo. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – conflitos e integração na América do Sul (da tríplice aliança ao MERCOSUL 1870 - 2003)* – Rio de Janeiro: Renavan: 2ª edição, 2003. pp. 227.

industrial brasileira, pois estimulava uma desvalorização do câmbio brasileiro para que a capacidade de importação aumentasse. Dentro dessa *estratégia cambista*, os EUA aboliram ao máximo o preço do café, resultando numa grande saída de capitais sem entradas significativas. Entre os anos de 1946 e 1952 houve uma verdadeira “hemorragia de divisas”, com saída líquida de 500 milhões de dólares. As reservas internacionais acumuladas pelo Brasil durante a Segunda Guerra não permitiam, dentro das regras do sistema monetário e comercial mundial, financiar os déficits na área de moedas conversíveis, especialmente dólares. O problema era grave, porque a liberalização das importações pelo Governo deixava um saldo negativo, obrigando-o a recorrer ao controle de importados em 1948.¹²⁷

Nas relações traçadas com os Estados Unidos o governo do General Dutra só obteve concessões minúsculas, muito mais voltados para uma retribuição ao alinhamento brasileiro com a ideologia norte-americana, que para com a própria sobrevivência brasileira frente à nova ordem mundial. Para Moura (1990) e Vizentini (2003), esse alinhamento se configurava como um destino que, de resto, pouco recebeu em contrapartida, alimentado na ideia de “lealdade [como] um dos melhores traços característicos do povo brasileiro e do próprio Brasil, como nação”¹²⁸, e que a solução para o problema do desenvolvimento da América Latina “se reside (...) na “cristalização” de um plano de empréstimos”.¹²⁹

A frustração em adquirir vantagens e ajuda do governo norte-americano para o desenvolvimento brasileiro durante o governo Dutra marcava os porquês do retorno de Vargas à presidência em 1952.

PACTOS CONTRA O COMUNISMO E PELA LIBERDADE: O TRATADO DE 1947 E O ACORDO MILITAR DE 1952.

As relações estabelecidas entre Washington e o Brasil de 1947 a 1952, partia da ideia de assegurar as rotas aéreas e marítimas às nações consideradas livres da ameaça comunista, inserindo a Ilha de Fernando de Noronha como um dos pontos estratégicos

¹²⁷ VIZENTINI, pp.200.

¹²⁸ Jornal do Comércio, 11 de março de 1950 - o embaixador norte-americano Edward G. Miller, em discurso feito na conferência de embaixadores interamericanos, realizada no Rio de Janeiro em 1950.

¹²⁹ Idem.

nessa configuração espacial para a América do sul. Mesmo a ilha estando “guarnecida por um simples pelotão de infantaria do Exército, com um oficial comandante, alguns sargentos e cabos e uns trinta soldados”¹³⁰, era inegável a importância estratégica do país e, sobretudo, da região Nordeste. O saliente nordestino do Brasil, formando uma das paredes do corredor atlântico entre a América e a África, representava, pois, uma área militar e econômica, significativa à segurança comum dos Estados americanos, sobretudo na orla atlântica.¹³¹

Os termos os quais tratavam o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) e o Acordo Militar de 1952¹³² foram importantíssimos aos ajustes de segurança propostos pelos estados membros da América, uma vez que a contribuição que prestaram à defesa do continente a partir de bases estabelecidas em áreas estratégicas da região nordestina brasileira possibilita-nos entender que seria impossível organizar um sistema continental de segurança sem ter em conta a utilização não apenas dessa região, como outras áreas vitais para os Estados Americanos. Inclusive porque as vulnerabilidades do território reclamavam medidas de segurança que interessavam ao todo continental.¹³³ E esta compreensão de segurança coletiva tinha respaldo no Art. 51 da Carta da ONU, quando:

*Nada (...) prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais.*¹³⁴

Neste sentido, o Artigo 51 da Carta da ONU tinha como direcionamento os povos americanos e não os governos signatários, como de costume se via. Em síntese, o TIAR expressava o sentimento comum de inviolabilidade do patrimônio continental e objetivava, sobretudo, a defesa mútua ante-agressão externa e atos de agressão interna ou de Estado

¹³⁰ IMBIRIBA, Beatriz de Lalor. *História de Fernando de Noronha*. Imprensa Industrial. Recife, 1951.

¹³¹ TAVARES, Genral A. de Lyra. *Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Editora Biblioteca do Exército. Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, 1958. pp 158.

¹³² Que se baseavam nos princípios da Carta das Nações Unidas de garantir a paz e a segurança continentais; promover e consolidar a democracia; organizar a ação solidária em caso de agressão e promover, por meio da ação cooperativa, o desenvolvimento econômico, social e cultural dos Estados membros, que no caso americano, encontravam-se de comum acordo com os Estados Unidos.

¹³³ Idem.

¹³⁴ CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS; CAPÍTULO VII - AÇÃO RELATIVA A AMEAÇAS À PAZ, RUPTURA DA PAZ E ATOS DE AGRESSÃO; ARTIGO 51. Cidade de São Francisco (EUA), 26 de junho de 1945.

não-americano¹³⁵, “animado pelo desejo de consolidar e fortalecer as relações de amizade e boa vizinhança”.¹³⁶

De acordo com o texto final do TIAR, as partes contratantes reiteravam a vontade de permanecerem unidas dentro de um sistema compatível aos propósitos estabelecidos pelas Nações Unidas, em que reafirmava a existência de uma ferramenta e mecanismos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais, como também renovando a adesão aos princípios de solidariedade e cooperação interamericana, especialmente aos declarados na Ata do México em 1945.¹³⁷ Versava entre “a obrigação de auxílio mútuo e de defesa comum das Repúblicas Americanas” e “a vontade permanente de cooperação para realizar os princípios e propósitos de uma política de paz”. Essa paz se fundamentava “na justiça e na ordem moral”, no reconhecimento e na proteção internacionais “dos direitos e liberdades da pessoa humana”, na “efetividade da democracia” e na realização internacional da “justiça e da segurança”¹³⁸, criando uma zona de segurança que abrangia uma extensão territorial do Pólo Norte (entre os pontos a 74 graus de latitude norte e 10 graus de longitude oeste) até o Pólo Sul (entre os pontos a 30 graus de latitude sul e 90 graus de longitude oeste), disposto no mapa mundi, a seguir, para zona de Segurança do TIAR.

¹³⁵CARVALHO, Coronel Luís Paulo Macedo. *TIAR: nascimento, vida e morte*. In: Revista A Defesa Nacional, n 788, set-dez/2000.

¹³⁶ Texto do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), feito na cidade do Rio de Janeiro, em quatro textos, respectivamente nas línguas portuguesa, espanhola, francesa e inglesa, 02 de setembro de 1947. pp 01.

¹³⁷ Idem, pp. 01.

¹³⁸ Ibidem, pp. 01.



Ilustração 13 - Mapa da defesa nacional, cujos limites determinavam os territórios para a segurança do Hemisfério Ocidental, disposto no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Apud Revista A Defesa Nacional – ano LXX/nº 713, mai/ jun – 1984, Rio de Janeiro.

É fato que tanto o TIAR como o Acordo de 1952, visavam fortalecer a solidariedade continental de todo um conjunto americano. No entanto, a liderança norte-americana dentro do conjunto de todo um sistema como esse, levava os Estados Unidos a declararem o comunismo como assunto de segurança, desde à Conferência do México, em 1945. A partir daí, tomava como pontos vitais a manutenção da “paz mundial” à instalação e permanência de “numa cadeia de bases aero-navais norteamericanas com quatro elos fundamentais: bases no Nordeste brasileiro, nas Ilhas Galápagos, no estreito de Magalhães e na zona de Maldonado e laguna de Sauce”.¹³⁹ Encerrando a América do Sul nas estratégias de contenção ao poderio soviético e por outro lado sendo um dos motivos de o

¹³⁹ APEJE-PE; DOPS-PE; prontuário nº 4314; Acordo Militar - Análise do Acordo Militar Brasil – Estados Unidos, pelo Deputado Federal Fernando Luiz Lobo Carneiro, Rio de Janeiro, 1952. pp.16

Congresso Brasileiro debater numa constante essa segurança e o andar da relação entre os governos brasileiro e estadunidense.

Técnica e financeiramente, o Acordo Militar entre Brasil e Estados Unidos tinha como “objetivo aumentar a produção de materiais básicos e estratégicos e de fornecer uns aos outros materiais, produtos e serviços necessários à sua defesa comum”.¹⁴⁰ Era uma estratégia que obrigava o Brasil a “entregar aos Estados Unidos os materiais nobres, os minerais estratégicos que tanto fazem falta ao parque americano”, como pontuava Luis Lobo, Deputado Federal pelo Partido Republicano Trabalhista (PRT-RJ) e que, segundo o relator do acordo na Comissão de Segurança Nacional da Câmara, General Lima Figueiredo, era um ponto “altamente lesivo aos interesses nacionais”.¹⁴¹ Pelo tratado em debate, o governo brasileiro comprometia-se a fornecer aos Estados Unidos produtos de várias naturezas, sobretudo o tório, a shelita, o manganês e o ferro, que constituíam a base da indústria de guerra.¹⁴² Precisamos, contudo, lembrar que os Estados Unidos entravam em concorrência com a União Soviética na tecnologia e desenvolvimento de experimentos de longo alcance¹⁴³ e, portanto, o acordo legitimava o fornecimento “em termos pacíficos” a este desenvolvimento.

A questão de matéria prima para fins nuclear fazia com que um grupo de oficiais do Exército entendessem a assinatura do Acordo como “um grave perigo para a nossa pátria”¹⁴⁴, ou como o Deputado Federal pelo PSD, Osvaldo Orico se referia: “uma mutilação da Soberania Nacional”. Criou-se, então, a Comissão Nacional Contra o Acordo Militar, que tinha como objetivo esclarecer o conteúdo que os artigos e dispositivos traziam com o intuito de “formar uma opinião pública capaz de impedir a sua ratificação pelo Congresso Nacional”, já que “o acordo em questão é elo diplomático pelo qual pretendem os belicistas arrastar o Brasil à participação na Guerra da Coreia, ou num terceiro conflito mundial”.¹⁴⁵ Em 31 de janeiro de 1953, o General Felicíssimo Cardoso reforçava a campanha pela rejeição do Acordo Militar convocando todos e “quaisquer

¹⁴⁰ APEJE-PE; DOPS-PE; prontuário nº 4314 - Análise do Acordo Militar Brasil – Estados Unidos, pelo Deputado Federal Fernando Luiz Lobo Carneiro, Rio de Janeiro, 1952. pp 30.

¹⁴¹ Idem pp 18.

¹⁴² APEJE-PE; DOPS-PE; prontuário nº 4314 - Documentos parlamentares. pp 10.

¹⁴³ SHELTON, William Roy. *Largada para o Infinito*: história do Cabo Canaveral. São Paulo: Fundo de Cultura S.A., 1963. pp 41.

¹⁴⁴ APEJE-PE; DOPS-PE; prontuário nº 4314 – carta expedida pelo presidente da Comissão Nacional contra o Acordo Militar, General Edgar Buxbaum, no Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1952.

¹⁴⁵ Idem - boletim nº 19 do Movimento dos Partidários da Paz. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1952.

cidadãos honestos e patriotas a ingressar na campanha”, capaz de fazer prevalecer “os sagrados interesses da pátria”.¹⁴⁶

Com base nisso, a construção de um discurso em torno de resguardar a soberania brasileira se atrelava à construção de um cidadão “honesto e patriota” e que dava um cunho de “sagrado” à territorialidade brasileira, sem se dar conta que o poder se exercia por entre as teias sociais, não sendo um privilégio adquirido ou conservado pela classe dominante ou instituições governamentais. Essas relações sociais e de poder aprofundavam-se dentro dessa teia como uma via de mão dupla, em que a ordem ia sendo gradativamente limitada e estabelecida pela possibilidade de financiamentos e investimentos do capital estrangeiro no país e, ao mesmo tempo, o Brasil seria ponto estratégico na complexa engenharia da geopolítica do período de Guerra Fria, importante artifício para a observação da ordem, da segurança continental e da defesa interna e externa do país, configurada na explicação do contexto da Segunda Guerra e da Guerra Fria.

O texto do acordo foi o resultado de dois meses e meio de negociações realizadas em “ambiente de cordialidade e compreensão”, segundo o Embaixador João Neves. Com assessoria de conselheiros civis e militares, entre eles o General Góis Monteiro e o Almirante Paulo Penedo, a cooperação disposta entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos não deveria se esgotar inteiramente no campo das Forças Armadas, mas sim, estender-se por entre o campo econômico, uma vez que “a guerra moderna repousava sobre a industrialização de materiais estratégicos”.¹⁴⁷ Assim, não constituía um novo acordo, mas era um desenvolvimento de princípios estabelecidos em diversas reuniões e atos interamericanos, como o TIAR, em 1947, e as resoluções da Conferência de Bogotá (1948) e da IV Reunião de Consulta em Washington DC (1951).

A história mostra que tanto o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca quanto o Acordo Militar de 1952 faziam parte das contrapartidas brasileiras na relação que se tinha com os Estados Unidos para a defesa hemisférica e o combate ao comunismo. Ambos eram fundamentais na legitimação de discursos de segurança e salvaguarda dos regimes democráticos pelo mundo.

VARGAS, NA PRESIDÊNCIA, ESCREVE SEU TESTAMENTO:

¹⁴⁶ APEJE-PE; DOPS-PE; prontuário nº 7865 - Liga de Emancipação Nacional.

¹⁴⁷ APEJE-PE; DOPS-PE; prontuário nº 4314 – exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores João Neves de Fontoura.

Passadas as eleições de 1952, Getúlio Vargas novamente se via na presidência do Brasil. Ao assumi-la, encontrava um país bastante diferente daquele que ele deixara em 1945. Uma sociedade com uma estrutura de classes bastante definida e um duplo processo de desenvolvimento industrial e urbano. Qual seria a estratégia adotada para desenvolver o Brasil e avançar em bens de capital e em investimentos de infra-estrutura? Estes eram alguns dos problemas que o afligiam, de modo a não perder o controle sobre o seu desenvolvimento e não assustar as classes dirigentes.¹⁴⁸

Com tendência a uma política econômica nacional desenvolvimentista, Vargas voltava a criar uma boa relação com os Estados Unidos, que se mostrava com certa ‘boa-vontade’ a oferecer assistência técnica e empréstimos a longo prazo para o desenvolvimento da economia brasileira. A exemplo do que aconteceu no ano de 1948, cuja liberalização das importações pelo governo brasileiro deixava um saldo negativo, obrigando-o a recorrer ao controle de importados, em dezembro de 1950, os dois países encenavam um novo acordo para a organização da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, cuja a meta era o desenvolvimento econômico brasileiro. Iniciados os trabalhos em 1951, um dos primeiros resultados obtidos dessa relação assistencialista foi a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A comissão estabelecia como objetivos do programa, investimentos capazes de aquecer o desenvolvimento das áreas de transportes e energia e, para tal, recorria o Brasil aos recursos liberados pelo EXIMBANK¹⁴⁹ e o BIRD (Bank for International Reconstruction and Development), concebidos como suas principais fontes de investimentos privados para o país, como também de parâmetros às políticas econômicas adotadas pelos investidores estrangeiros.

Getúlio Vargas se via na contingência de retomar o projeto de desenvolvimento industrial através da substituição de importações, incrementando a indústria de base. Nesse sentido, a obtenção de capitais e tecnologia só poderia ocorrer a partir da cooperação econômica com o mundo capitalista, em especial com os Estados Unidos. Vargas procurava “uma barganha nacionalista”, apoiando o governo americano no plano político-

¹⁴⁸ MONIZ BANDEIRA, op. cit. pp 258.

¹⁴⁹ O Eximbank (Export-Import Bank) foi criado em 1934, no Governo de Franklin D. Roosevelt, num período marcadamente de mudanças para com a América Latina. Com um direcionamento político de ‘boa vizinhança’, os Estados Unidos se mostravam menos impositivos nas decisões com seus vizinhos. A idéia dessa instituição financeira era conceder empréstimos aos países da América Latina. Com o início da segunda guerra, exerceram uma grande pressão política e econômica para que os países latino-americanos apoiassem os aliados, seja rompendo relações diplomáticas com o Eixo, seja contribuindo com a ajuda econômica ao fornecimento de produtos de alimento com preços controlados. (Ayerbe 2002: pp. 64)

estratégico da Guerra Fria em troca de ajuda ao desenvolvimento econômico brasileiro. Esta política, ao mesmo tempo, fortaleceria a posição interna do governo, garantindo o apoio de diferentes forças.¹⁵⁰

Se, por um lado, tais medidas tomadas por Getúlio modificavam positivamente as relações do Brasil com as instituições financeiras internacionais, por outro lado, tal cooperação aparentava uma submissão para os nacionalistas, principalmente, os de tendência radical. O resultado era um conflito entre esses e os ‘entreguistas’, acusados por submeter o território brasileiro ao capital estrangeiro, impressão acentuada quando o Brasil assinou com o governo norte-americano o Acordo Militar de 1952. E, em linhas gerais, o acordo permitia o uso do território brasileiro para fins bélicos, como o Arquipélago de Fernando de Noronha, por exemplo, que era “dado de mão beijada, alienado, sem prévia audiência do povo e do Congresso Nacional”¹⁵¹ aos estrangeiros *yankees*, na opinião de grupos de tendência comunistas, e ainda acentuava que esses estrangeiros eram os “mais interessados em conhecer os segredos de nossa segurança nacional”¹⁵², através das Comissões Mistas, sustentadas no monopólio do petróleo e nos acordos ao fornecimento de minérios e materiais radioativos (urânio e tório) utilizados nas pesquisas nucleares, seguindo a Resolução XIII da Conferência de Washington (1951) e o Artigo VIII do Acordo Militar de 1952.¹⁵³

O Brasil, além de se comprometer com uma militarização intensiva e a arcar com as despesas de manutenção dos militares e funcionários norte-americanos, teria que orientar toda a sua economia em função dos planos de guerra elaborados pelos estrategistas ‘yankees’. “Maiores verbas para os gastos militares, menores dotações para atender aos problemas nacionais e as necessidades do povo”¹⁵⁴, eram o resultado das verbas destinadas aos gastos militares para o deputado federal Fernando Luiz.

Como justificativa para o estreitamento entre o desenvolvimento brasileiro e os investimentos estrangeiros, Thomas Skidmore (1975) aponta que o governo de Vargas

¹⁵⁰ VIZZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Do Nacional-Desenvolvimentismo à Política Externa Independente*. In: *O tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil Republicano; v3) pp. 203.

¹⁵¹ Folha do Povo, 23 de abril de 1957.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ APEJE-PE-; DOPS-PE; prontuário 4314 - Análise do Acordo Militar Brasil – Estados Unidos, pelo Deputado Federal Fernando Luiz Lobo Carneiro, Rio de Janeiro, 1952. pp 13-18 - Segundo informações obtidas no relatório elaborado pelo deputado Fernando Luiz.

¹⁵⁴ APEJE-PE-; DOPS-PE; prontuário 4314 - Análise do Acordo Militar Brasil – Estados Unidos, pelo Deputado Federal Fernando Luiz Lobo Carneiro, Rio de Janeiro, 1952. pp. 17.

“sucumbiu algumas vezes à tentação de rotular os estrangeiros como os vilões que haviam obrigado o Brasil às medidas que, de ato, qualquer governo responsável teria que adotar”¹⁵⁵, criando uma relação dúbia entre esses investidores e os líderes governistas, que advogavam a uma orientação socialista e definitivamente nacionalista, opondo-se às políticas que os EUA tentavam propagar no campo do comércio internacional, como aponta Moniz Bandeira (2007).¹⁵⁶

As contradições internas eram cada vez mais acentuadas e os resultados obtidos com essa nova relação entre Brasil e Estados Unidos “atingiram um ponto grave a partir de 1953, com a eleição do republicano Eisenhower”.¹⁵⁷ Na tentativa de criar soluções para o desenvolvimento brasileiro, Vargas acabava estimulando a um nacionalismo econômico de cunho mais agressivo, em que as empresas de caráter público eram tomadas como base ao desenvolvimento de uma política de investimentos. Surgem a Petrobrás e a Eletrobrás, então, para compor esse cenário. De 1951 a 1953, as medidas tomadas por ele estavam sendo contrabalançadas por medidas nacionalistas¹⁵⁸ que visavam regulamentar os investimentos estrangeiros, proteger e expandir o setor da indústria nacional, bem como o monopólio estatal do petróleo e da produção de energia elétrica.¹⁵⁹

Em dezembro de 1953, a crise no Governo de Getúlio Vargas se acentuava, bem como a sua posição nacionalista frente à relação com os Estados Unidos. Em um discurso ocorrido em Curitiba, além de denunciar as remessas de lucros excessivos pelas firmas estrangeiras, Vargas atribuiu as dificuldades que o Brasil passava à “má fé dos estrangeiros”¹⁶⁰, tática tomada por ele para reaver a sua popularidade frente às dificuldades que os picos inflacionários testemunhavam contra o desequilíbrio interno da economia. Com a crise provocada pelos preços exorbitantes para a exportação do café, o que acontecia entre brasileiros e americanos era uma acentuada troca de farpas. Além do que, Vargas precisava disponibilizar tempo e energia para contornar a instabilidade política imposta entre ele e os antigetulistas, que se encontravam nas forças armadas, e na UDN de Carlos Lacerda. Jorge Ferreira (2003) relata que os ataques vinham tanto da UDN quanto

¹⁵⁵ SKIDMORE, PP. 127.

¹⁵⁶ Moniz Bandeira também aponta, que o próprio embaixador da Grã Bretanha, Neville Butler, percebia que o Brasil, com Vargas, não seria um ‘dócil adepto’ dos planos econômicos e militares dos Estados Unidos para a América Latina. (op. cit pp. 251.)

¹⁵⁷ VIZZENTINE pp 203.

¹⁵⁸ SKIDMORE op. cit. pp. 132.

¹⁵⁹ MONIZ BANDEIRA op cit. pp 262.

¹⁶⁰ SKIDMORE pp 157.

do PCB. Por mais que Getúlio procurasse acordos e pactos com os udenistas, estes, à exceção de sua ala fisiológica, negavam-se a qualquer possibilidade de compromisso.

Os opositores vigiavam cada passo dado pelo governo de Getúlio com a pretensão de encontrar argumentos suficientes a sua deposição. O alvo João Goulart caía imerso nas acusações de atentar contra a segurança brasileira em prol de ideias ‘vermelhas’ instituídas dentro do próprio governo, quando propôs o aumento do salário mínimo. Na tentativa de contar com o apoio da classe trabalhadora, a estratégia tomada por Vargas se sustentava em bases muito precárias e representava uma débil vantagem frente a uma oposição cada vez mais fortalecida. O desenlace da crise política de agosto de 1954 foi o seu suicídio, que desarmou os antigetulistas e privou-os de uma nítida vitória.

Todo esse panorama político, traçado a partir da necessidade de assegurar o território brasileiro à manutenção da política econômica norte-americana de “portas-abertas”, via de regra, esbarrava na necessidade de desenvolver os setores considerados mais precários para a América Latina. No Brasil, especificamente, o subdesenvolvimento que destacava o nordeste como uma “área pobre e castigada”, encontrava-se como um dos alvos às pretensões comunistas (vindas por parte da União Soviética) em firmar acordos comerciais e se fazerem presentes também no continente americano. Em passagem pelo Brasil, o primeiro vice-presidente da União Soviética Anastas Mikoyan, considerado “o vendedor número um da Rússia”¹⁶¹, deixava em alerta o Secretário de Estado americano John Foster Dulles e o Primeiro Ministro Britânico Anthony Eden.

A diferença percebida entre o primeiro e o segundo momento dos americanos na ilha, está na forma com que capitalistas ocidentais e comunistas construía suas hegemonias na nova ordem internacional orientada pelo advento da energia nuclear e da tecnologia balística. Pelo menos para a história do arquipélago, parece que o destino de Fernando de Noronha se encerraria na história militar de defesa e de segurança. No entanto, articulava-se com tentativas de democratização brasileira, sendo essa de tendência nacionalista e que tomava corpo e nome com Juscelino Kubitschek.

O que tentaremos dissertar no capítulo seguinte visa ao desenvolvimento estabelecido por um plano de metas e um punhado de obras com a promessa de realizar, em cinco anos, esse desenvolvimento que supunha-se levar cinquenta. A Ilha de Fernando de Noronha iria configurar esse ambiente no auge das ameaças da guerra fria, cujo desenvolvimento da tecnologia dos mísseis intercontinentais, tanto por parte dos norte-

¹⁶¹ Diário de Pernambuco, 19 de abril de 1956.

americanos como dos russos, apimentava, agora em outras bases, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, dando um movimento diferente às negociações, então caracterizadas e continuadas como *barganha nacionalista*. A cessão da ilha à marinha norte-americana é apenas o mote para o ajuste desenvolvimentista do governo de Kubitschek.

CAPÍTULO 2º - UM ARQUIPÉLAGO TELEGUIADO: a relação Brasil e Estados Unidos no governo de Juscelino Kubitschek.

*A defesa do que é nosso
só compete a nós mesmos.
Abrir mão de nossa soberania
sobre qualquer pedaço do território brasileiro,
seria relegarmos aquilo que os nossos antepassados,
com tanto sacrifício, nos legaram.¹⁶²*

Com a morte de Getúlio Vargas, as relações entre os governos do Brasil e de Washington encaminharam-se a um realinhamento à política americana no breve período em que Café Filho assumiria a vaga de presidente da República. Passadas as eleições e o ceticismo à política de assistência americana do governo juscelinista, a velha barganha nacionalista retornaria ao cerne das discussões para o desenvolvimento, não apenas brasileiro, mas de toda a América Latina. Considerada, neste momento, como uma área com grandes problemas sociais e de desenvolvimento econômico, a América Latina e, em especial, o Brasil, eram vistos como uma outra ilha distante das possibilidades que a Europa oferecia ao capital norte-americano. A morte de Getúlio era considerada como uma reação à *campanha subterrânea*, encabeçada por alguns grupos internacionais (como a Standard Oil, a Royal Dutch Shell e a Atlas-Dresser¹⁶³), aliados a outros nacionais (dentro das Forças Armadas e às classes tradicionais ligadas ao comércio de exportação e importação) revoltados contra a proibição de remessas de lucros para o exterior, bem como o monopólio estatal sobre o petróleo.¹⁶⁴ Com Getúlio morto, o vice-presidente João Café Filho assumia a presidência da República. De acordo com os preceitos legais, regidos pela Constituição de 1946, ele cumpriria a sua função até que fosse declarada nova eleição. Dentro de um cenário perturbador provocado pelo suicídio de Vargas, a UDN procurava aproveitar a quase inexpressiva participação do partido político (PSP – Partido Social Progressista) do novo presidente para expandir consideravelmente a influência udenista na

¹⁶² Brigadeiro Rube Canabarro Lucas, que fora comandante das bases de Parnamirim-Natal e Fernando de Noronha nos anos de 1945 a 1947, em entrevista a RádioPress em Porto Alegre (02.02.1957), a respeito da concessão do Arquipélago de Fernando de Noronha à instalação da base americana em 1957.

¹⁶³ Que ao contrário do que acontecia na Argentina cujas facilidades aos investimentos estrangeiros, as remessas de lucros para o exterior e os contratos para a exploração do petróleo argentino, Vargas regulamentava esses investimentos estrangeiros a fim de coibir as excessivas remessas de lucros para o exterior. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Brasil, Argentina e Estados Unidos – conflitos e integração na América do Sul (da tríplice aliança ao MERCOSUL 1870 - 2003) – Rio de Janeiro: Renavan: 2ª edição, 2003. pp. 262.

¹⁶⁴ Idem, pp. 262.

área política. Juscelino relata em suas memórias que, Café Filho, “confundindo os militares udenistas com as Forças Armadas, deu apoio irrestrito a essa minoria. Acreditava-se que, assim agindo, estaria assentando em bases sólidas o seu governo”.¹⁶⁵

A gestão Café Filho era caracterizada pela abertura econômica absoluta ao capitalismo internacional e pelo retorno ao alinhamento automático em relação à diplomacia americana, como víamos acontecer em 1946, com o governo de Eurico Gaspar Dutra, quando o Brasil tendia a agir “quase como um servo enquanto o seu senhor discute com o adversário”¹⁶⁶ (Mesmo não recebendo um centavo dos Estados Unidos durante os cinco anos em que governara o Brasil). Na gestão Café Filho, o discurso em torno de conseguir algo para o desenvolvimento econômico brasileiro nas relações com os Estados Unidos era (re)significado em nome de ser, o Brasil, um país de tendência econômica liberal e que adotaria a agenda de segurança e o desenvolvimento proposta a todo hemisfério que, no nosso caso, seguia os passos do governo de Washington (A ‘barganha’ nacionalista do tempo de Getúlio, desaparecia em nome de um liberalismo econômico extremado). Nessa perspectiva, a ideia de segurança nacional, associada à noção de desenvolvimento recebeu sua forma acabada na Escola Superior de Guerra (ESG), tendo como linhas gerais um desenvolvimento alcançado através da afirmação da segurança, devido ao posicionamento do mundo livre liderado pelos Estados Unidos¹⁶⁷, como também ao papel de formar “uma elite capaz de elevar os níveis de representação política e administrativa do país”, cuja “principal finalidade [era] estudar objetivamente os problemas de Segurança Nacional”.¹⁶⁸

Os historiadores Thomas Skidmore (1975) e Silva & Carneiro (1983) compreendem o suicídio de Vargas e a posse de JK como um período em que as altas patentes militares, embora desconfiadas do novo estilo populista adotado por Juscelino Kubitschek, não estavam preparadas para dar o poder novamente aos getulistas, uma vez que, para aqueles, Juscelino apresentava, em sua essência política, ser um seguidor do *jeito de ser populista* de Getúlio, reforçando assim, o significado desse retorno para a UDN (liderada pelo jornalista Calos Lacerda) como a permanência daquela *Era*. Por isso, esses dois grupos

¹⁶⁵ SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Juscelino Kubitschek: 19º presidente do Brasil (1956 – 1961)*. Rio de Janeiro: Grupo de comunicação Três, 1983 (Coleção os Presidentes). pp. 47.

¹⁶⁶ MONIZ BANDEIRA. pp. 433

¹⁶⁷ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. In: o Brasil Republicano. Org. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 205.

¹⁶⁸ Diário de Pernambuco, 24 de maio de 1956 - Para tanto, a ESG reunia militares e civis capazes de proteger a soberania brasileira e, portanto, “o Brasil pode confiar com segurança” (professor Soares de Mello em entrevista para o Diário).

políticos (militares e udenistas) estavam empenhados na necessidade de o candidato por eles proposto à presidência da República obter a maioria absoluta dos votos do eleitorado no país¹⁶⁹, nem que para isso fosse necessário um caminho extralegal.

Acalmado o período de conspirações e contragolpes presenciados durante o mês de novembro de 1955 (período posterior às eleições), Kubitschek e Goulart se esforçavam por assegurar posições centristas e demonstrar que o temor de seus inimigos por um retorno ou permanência do populismo da Era Vargas era sem fundamento:

*Cada vez mais os agentes da desarmonia social, os inimigos da paz entre brasileiros [iam] sendo reduzidos... Os elementos que só respiram e se realizam nos ambientes crispados das agitações estão sendo isolados cada vez mais pela reação do bom senso e pela índole cristã.*¹⁷⁰

Goulart, por outro lado, tratou de negar quaisquer ligações com os comunistas, pecado de que sempre o acusavam. “E que estas inverdades contra o governo de JK, de ser um governo aliado dos comunistas, era uma forma de desmoralizar a sua administração”.¹⁷¹ Preocupação esta também explícita pelo presidente Eisenhower, já que esse não queria ver-se aliado a uma gestão de ideologia contrária à do mundo livre. A “melhor resposta a ditadura e a tirania soviética”¹⁷², na visão de Nixon, estava

*na verdadeira democracia de um povo, trabalhando paulatinamente, porém, com segurança pela consecução do aumento do poder aquisitivo de todos, salários mais altos, uma economia sadia e cada vez mais perfeita.*¹⁷³

E para se opor ao desejo que a União Soviética tinha de “estabelecer relações comerciais com o Brasil”¹⁷⁴ era “preciso (...) não [se deixar] iludir pelas falsas promessas soviéticas”¹⁷⁵, ainda completava o Secretário de Estado norte-americano, mês depois, a respeito do mundo livre promover uma ofensiva contra as táticas de penetração Russa, principalmente, na América Latina. Diante dessas declarações, Juscelino tratou logo de ponderar esses problemas, alegando que os planos e projetos propostos por ele e por seu

¹⁶⁹ SILVA & CARNEIRO, op. cit. pp. 59.

¹⁷⁰ Diário de Pernambuco, domingo, 18 de março de 1956 – JUSCELINO: o povo brasileiro anseia por um ambiente de paz e harmonia.

¹⁷¹ Diário de Pernambuco, 05 DE JUNHO DE 1956.

¹⁷² Diário de Pernambuco, sexta-feira, 03 de fevereiro de 1956 - Nixon em discurso proferido numa visita feita ao Brasil quando se deu a Conferência Nacional dos Trabalhadores da Indústria.

¹⁷³ Idem – Contribui o trabalhismo no Brasil para uma sólida economia nacional.

¹⁷⁴ Diário de Pernambuco, quinta-feira, 29 de março de 1956 – OFENSIVAS CONTRA AS TÁTICAS DE PENETRAÇÃO RUSSA.

¹⁷⁵ Idem – SOLIDARIEDADE CONTINENTAL.

vice estavam diretamente ligados aos baixos níveis de vida da população, e que “inverdades”¹⁷⁶ levantadas sobre o seu governo ser comunista “não era, pois uma questão policial, de repressão. Suas raízes eram mais graves”.¹⁷⁷ Estavam alocadas na necessidade “generalizada de banir a miséria do (...) país”.¹⁷⁸

Neste sentido, a ideia de vincular os comunistas a Kubitschek servia como um recurso para acentuar a insegurança e desconfiança dos eleitores, principalmente entre a classe média, contra a sua candidatura. Entretanto, pode-se perceber algum apoio, haja visto que o vice-presidente eleito, João Goulart, construía a sua postura para tal. Membro do PTB e com uma boa relação com os sindicatos brasileiros, esse perfil do comunismo presente na presidência brasileira era divulgado e tomado como algo diabólico.¹⁷⁹ Contudo, havia pressa em fazer com que a imagem de uma administração pautada no nacional-desenvolvimentismo não fosse classificada como negativa, principalmente entre grupos das Forças Armadas, “guardião da integridade e soberania da democracia brasileira”.¹⁸⁰ Isso, se pensarmos na inviabilidade de comunistas serem considerados patrióticos e nacionalistas, para os grupos políticos brasileiros mais conservadores, que os construía como traidores da pátria e da constituição.¹⁸¹ O PTB reafirmava sua natureza democrática e repudiava a sugestão de que o endossamento da chapa Kubitschek-Goulart pelo PCB envolvesse qualquer barganha política. Os poderes do estado de sítio foram exercidos discretamente, com intermitente censura à imprensa, continuando até a posse deles em 31 de janeiro de 1956 e sendo abolido em 15 de fevereiro.¹⁸²

O resultado eleitoral indicava que quem quer que fosse eleito presidente em outubro de 1955, enfrentaria um Congresso com a mesma complexidade política substancial

¹⁷⁶ SILVA & CARNEIRO, op. cit. pp. 79.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Diário de Pernambuco, 10 de janeiro de 1956 – COMBATE A INFLAÇÃO E CRESCIMENTO ACELERADO DA RIQUEZA NACIONAL.

¹⁷⁹ NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. *Segurança Nacional e Guerra Fria na mídia impressa pernambucana, no final dos anos de 1950*. In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: ANPUH/UNISINOS, 2007. pp 02.

¹⁸⁰ Diário de Pernambuco, quinta-feira, 24 de maio de 1956 – A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.

¹⁸¹ Marieta de Moraes Ferreira em seu livro, João Goulart: entre a memória e a história, tenta desconstruir e indagar uma memória, construída de “forma depreciativa”, em torno da imagem que se fez de João Goulart. Ela põe em discussão a falta de pesquisas que acabam favorecendo essa idéia e reforçando uma outra memória vista como positiva e de sucesso que se fez em torno da personagem de JK, até então tido como “um líder maior da história brasileira” e símbolo de uma era definida como “anos dourados”. Estas imagens em torno de João Goulart reforçam o pouco interesse em pesquisá-lo, o que nos faz cair na armadilha de vê-lo apenas como uma figura importante para a esquerda brasileira, não ressaltando a sua participação nas decisões que levaram o Brasil a embarcar na órbita das relações internacionais, principalmente com os EUA.

¹⁸² Diário de Pernambuco, quinta-feira, 15 de fevereiro de 1956.

daquele que Vargas havia enfrentado.¹⁸³ Quando a campanha começou, especulava-se em torno das possibilidades que teria JK de unir os dois elementos da sua aliança: os chefes políticos de bases rurais do PSD e os eleitores urbanos do PTB. Juscelino não poderia apelar para os sentimentos nacionalistas do eleitorado urbano sem correr o risco de provocar os militares antigetulistas, pois havia grande diferença entre a campanha imposta por ele, com base na “aceleração da industrialização do Brasil”.¹⁸⁴

Kubitschek foi eleito pela maioria com uma percentagem total de votos em torno de 36%. No entanto, era significativamente menor do que a representatividade de Vargas, em 1950 (49%), ou a de Dutra, em 1945 (55%). Agora a questão girava em torno da legalidade ou não desses eleitos assumirem ao cargo de presidente e vice. Carlos Lacerda apelava ao golpe no intuito de que os novos presidente e vice não concretizassem a sua vitória eleitoral, e incitava para quem tivesse “a força capaz de fazer algo em prol do patriotismo e contra os comunistas”.¹⁸⁵ Mas nada adiantou: Logo terminadas as eleições, o novo presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, saía em comitiva pelo mundo, dando início à sua política desenvolvimentista.

JUSCELINO NA PRESIDÊNCIA:

Em 1956, o Diário de Pernambuco trazia em suas manchetes a posse de um novo presidente brasileiro e a retomada da “cooperação amigável”¹⁸⁶ que existia entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil. Construída na realidade da Guerra Fria, a nova ordem mundial era vista como um dos indicativos para que se estabelecessem áreas de influências econômicas na divisão feita pelos chamados “mundo livre e mundo soviético”¹⁸⁷, dentro da América Latina, como se a América Latina fosse um grande bolo a ser retalhado. Mais a frente, outras manchetes (como uma segunda notícia de escala internacional) tinham como tema o comunismo, os seus efeitos pelo mundo e as medidas tomadas pelos capitalistas para combatê-lo. Isso incomodava ao governo soviético que

¹⁸³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. pp. 183.

¹⁸⁴ Idem pp. 185.

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ Diário de Pernambuco, 02 de fevereiro de 1956.

¹⁸⁷ Diário de Pernambuco, sexta-feira; 03 de fevereiro de 1956 - Expressões utilizadas pelo DP ao noticiar as influências estadunidense e russa no mundo.

respondia acusando o governo de Washington de promover “as tensões mundiais”.¹⁸⁸ Estas informações da Guerra Fria circulavam na sociedade pernambucana em confluência a um clima de esperança para o desenvolvimento do Brasil com Juscelino Kubitschek na presidência.

A tentativa de vincular a presença comunista com a figura do novo presidente eleito ainda rondava os discursos udenistas e de alguns grupos dentro das Forças Armadas. Numa entrevista concedida ao Diário de Pernambuco, em 08 de janeiro de 1956, Kubitschek havia falado que “pessoalmente não tinha compromisso algum com os comunistas e não tinha feito qualquer pacto com eles [durante] a campanha eleitoral”.¹⁸⁹ “O partido comunista tinha já pouca força antes de ser posto fora da lei e que esta força [está] declinando à medida que se desenvolve a economia do país”.¹⁹⁰

JK buscava tornar o governo limpo dessa influência como forma de garantir segurança ao capital estadunidense nas relações econômicas com o governo brasileiro, já que havia o receio, por parte dos Estados Unidos, em viver sob o risco de uma aliança soviética com o Brasil. Para JK, a relação partidária com os comunistas (no caso o PCB brasileiro) poderia prejudicar os seus planos em escalas internacionais. Ele havia sinalizado intenções (quando saiu em comitiva pela Europa e EUA) de abertura ao capital estrangeiro, percebendo a possibilidade de adquirir investimentos para o Brasil, a partir do interesse americano em “ocupar militarmente” a Ilha de Fernando de Noronha, tornando-a moeda às barganhas possíveis ao Brasil numa negociação como esta (mesmo JK argumentando o contrário).

A inquietação em torno das possibilidades postas ou pensadas para o Brasil – seja interna (acelerar o desenvolvimento econômico, implantando novas indústrias e siderurgias e integrar a nacionalidade, construindo estradas e uma nova capital para o Brasil) ou externa (com a Operação Pan-Americana (OPA) que visava à multilateralização das relações interamericanas) era analisada não apenas pelos líderes mundiais, mas também pelas forças políticas brasileiras, que se dividiam e se exprimiam por entre grupos das Forças Armadas mais conservadoras, uma extrema esquerda, os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros e os liberais. Vivíamos entre o limite do comunismo e o do capitalismo liberal, seguindo as diretrizes dadas por uma política que resultava da relação

¹⁸⁸ Idem – ACUSAÇÕES AOS ESTADOS UNIDOS/ NOVA CARTA DE BULGANIN AO PRESIDENTE EISENHOWER.

¹⁸⁹ Diário de Pernambuco, domingo; 08 de janeiro de 1956 – OS COMUNISTAS E O GOVERNO.

¹⁹⁰ Idem.

conflitante entre russos e americanos. O mundo, até então na ordem da Guerra Fria¹⁹¹, experimentava a geopolítica sinalizada na IV Reunião de Consulta (conferência de Washington DC, 1951), em que algumas decisões visavam aos rumos políticos assistencialista da latino-América para o seu desenvolvimento (como o programa do Ponto IV) e o desenvolvimento, nos países aliados, de políticas de contenção ao comunismo.

O Ponto IV era “um programa de assistência técnica com escopo de auxiliar o Brasil a ajudar-se a si mesmo”.¹⁹² Era “um órgão permanente do departamento de Estado norte-americano que [agia] em cada país que a ele [recorria] sob o título de United States Operation Mission”.¹⁹³ E entender “o ajudar o Brasil a se ajudar”¹⁹⁴, dada como explicativa pelo professor e economista Vila Alvarez ao novo programa assistencialista, partia da ideia da abertura de linhas de investimentos ao capital estrangeiro; cobertura cambial externa para importar maquinarias nas indústrias que fossem montadas, e isenção fiscal a esses investidores estrangeiros.¹⁹⁵

A ideia de o Brasil ser um “aliado fiel” ao governo de Washington estava fundada na convicção de que “o fortalecimento econômico sob a liberdade pode ser conseguida muito melhor quando as nações livres trabalham juntas visando ao benefício mútuo dos seus povos”¹⁹⁶ em favor da segurança do hemisfério. Para o coordenador do programa, John B. Hollister, fortalecer economicamente as nações livres podia ser entendido como uma estratégia que garantia a liberdade dessas nações *livres* do comunismo. Nada mais conveniente, então, que arregimentar a defesa em contrapartida a largos investimentos ao Brasil.

Quando se dá o início do governo de Juscelino (1956) também é sinalizado o retorno da “velha barganha nacionalista” através da OPA (Operação Pan-Americana). A diplomacia brasileira voltava a ganhar ‘cores nacionalistas’ e o desenvolvimento brasileiro voltava a readquirir sua importância estratégica, empolgando e mobilizando parte da sociedade brasileira. A OPA objetivava atrair a atenção dos Estados Unidos para a América Latina e obter maiores créditos nos marcos do sistema interamericano. Pretendia

¹⁹¹ Que era uma guerra também de caráter psicológico e que deixava o mundo em um alerta constante a deflagração de um 3º conflito mundial.

¹⁹² Diário de Pernambuco, 26 de maio de 1956 – SERIA INSTALADO NO RECIFE O ESCRITÓRIO DO PONTO IV.

¹⁹³ Idem – MAIOR ASSISTÊNCIA A ÁREA SUBDESENVOLVIDA DO PAÍS.

¹⁹⁴ Ibidem - No dizer do economista Fernando Villa Alvarez.

¹⁹⁵ NASCIMENTO, pp 03.

¹⁹⁶ Diário de Pernambuco, quinta-feira, 02 de fevereiro de 1956 – Foi o que declarou no Rio de Janeiro o Sr. John Hollister, Diretor do Ponto IV.

incrementar os investimentos nas regiões economicamente atrasadas do continente, compensando a escassez de capital e promovendo a assistência técnica necessárias à produtividade.¹⁹⁷ Juscelino imaginava um espetacular programa de desenvolvimento econômico que minimizaria os problemas críticos da miséria humana, responsáveis pelo fomento da inquietação política na América Latina. O governo Eisenhower pouco se mostrou interessado pelo assunto.¹⁹⁸ Em discurso à nação e aos representantes diplomáticos dos Estados americanos no Rio de Janeiro, em 1958, JK falava que a posição brasileira quanto à Operação Pan-Americana era:

*apenas colaborar, na medida de suas forças, para um entendimento geral e efetivo entre os países irmãos do continente. Nada pleiteia para si, isoladamente, nem haverá, nas gestões específicas da Operação iniciada, cabimento para conversações bilaterais. Não há, nesta comunidade de nações livres, pretensão a liderança que logre resultados fecundos e duradouros.*¹⁹⁹

E de um modo geral, a possibilidade de o governo brasileiro combater os problemas sociais mediante projetos de desenvolvimento econômico era uma tentativa de “eliminar a sua grande chaga: o subdesenvolvimento”.²⁰⁰ E “não se poderá prestar maior serviço ao ideal pan-americano do que o de tentar”²⁰¹, mesmo com recursos norte-americanos. Dentro de todo esse panorama desenvolvimentista ora esboçado, a Ilha de Fernando de Noronha se prestava a ser um instrumento para barganhar algo do lado americano. Como ela seria agraciada pelas colaborações existentes entre brasileiros e norte-americanos? E a que destino se prestava? São alguns dos questionamentos que rondam a funcionalidade e a participação do arquipélago neste início de governo juscelinista.

Concretamente, não podemos dizer se houve ou não algum plano ao desenvolvimento insular. A funcionalidade de Noronha era vista com base na defesa e posse territoriais, que se direcionavam às rotas de defesa ao comércio marítimo do atlântico, bem como à contenção da expansão comunista, e assim, garantir que as águas que banhavam os litorais *de lá* (EUA) e *de cá* (Brasil) podiam ainda conceber tranquilidade, encontrando-se longe da influência russa. Nesse ambiente internacional, a política interna brasileira, que tinha como escopo o desenvolvimento industrial, criava um

¹⁹⁷ VIZENTINI, pp. 205

¹⁹⁸ PARKER, Phyllis R. 1964: *o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março de 1964*. trad. Carlos Nayfeld. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1977. pp 16

¹⁹⁹ Discursos – 1958: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro, 1959 - RJ, 20 de junho de 1958. pp. 243.

²⁰⁰ Idem. pp. 243.

²⁰¹ Ibidem.

ambiente favorável à capitalização de recursos do estrangeiro, especialmente vindo dos Estados Unidos. Em nome da segurança hemisférica e a salvaguarda das democracias, Brasil e Estados Unidos se lançavam numa nova ordem das relações internacionais, em que os nacionalismos de ambas as nações se tornavam uma constante. Para Ayerbe (2002), as posturas nacionalistas adotadas por alguns governos e movimentos era uma das preocupações que o governo de Washington tinha quando se referia à América Latina, no início da Guerra Fria. Esses acabavam adotando uma perspectiva “equidistante” da influência dos EUA, já que tomavam como base uma política de afirmação nacional. Em caso de uma guerra com a União Soviética, poderiam sofrer um boicote por parte desses governos, sindicatos e demais movimentos, em que a infiltração de ideias antiamericanas poderia ser decisiva²⁰², mas no caso do Brasil podia ser diferente. O posicionamento adotado por Juscelino era demonstrado na cessão de Noronha aos americanos, que se prestava ao argumento de “proteger o mundo livre contra ditaduras autoritárias que visam à escravização da democracia”²⁰³, numa pretensão, talvez, de barganhar o desenvolvimento do restante do país e a execução do programa de plano de metas prometidas durante a campanha eleitoral.

JUSCELINO E O SEU NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO:

Terminada a Segunda Guerra, em agosto de 1945, o cenário político entre os anos de 1946 a 1956 é marcado por dois projetos distintos: um liderado pelo grupo considerado “nacionalistas” e outro pelos “entreguistas”. Estas adjetivações utilizadas por alguns estudiosos caricaturavam os últimos sob a alegação de entregar partes do território brasileiro ao capital estrangeiro. Para Vizentini (2003), por exemplo, esses dois grupos marcavam um momento das políticas externa e interna do Brasil com disputas permeadas de avanços e recuos sob o eixo da relação com os Estados Unidos. Ao primeiro grupo, o ponto de interesse era a autonomia do país frente aos Estados Unidos, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento industrial, calcado na perspectiva de reformas sociais, inspirados na CEPAL (comissão econômica para a América Latina da ONU) e na ISEB (instituto superior de estudos brasileiros); e o segundo grupo, apoiado na filosofia e

²⁰²AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: editora UNESP, 2002. pp. 81.

²⁰³ Diário de Pernambuco, 29 de março de 1956 – A RÚSSIA ENCORAJA O SURGIMENTO DOS DITADORES.

ideologia da Escola Superior de Guerra (ESG), bem como no liberalismo econômico que seguia alinhado com a agenda de segurança defendida pelos norte-americanos.²⁰⁴

Ao contrário do que víamos acontecer no tempo de Dutra, como no pouco período de Café Filho, em que o desenvolvimento do Brasil seguia um “alinhamento irrestrito” à política norte-americana, com Juscelino Kubitschek, o desenvolvimento do Brasil se vestia de um nacionalismo “que tende a colocá-lo entre os demais países do mundo em condições de falar de igual para igual, sem nenhuma subserviência, sem nenhum receio, sem nenhum sentimento de inferioridade”²⁰⁵, cujos planos e metas ao posicionamento do presidente, frente às relações com os Estados Unidos e com a própria América Latina, era em sentido multilateral.

Depois de passados os primeiros momentos de seu mandato (logo quando assumiu a presidência) e acalmados os nervos de “Wall Street”, Juscelino garantia milhões de dólares para o desenvolvimento brasileiro, como os “35 milhões fornecidos pelo EXIMBANK”²⁰⁶ na visita de Richard Nixon, ao Brasil em fevereiro de 1956.

*E tome de inaugurar a usina de Januária, em Minas, em outubro, e o açude de Araras, no Ceará, em novembro; tocar a Belém-Brasília e abençoar o DKW-Vemag, o primeiro carro a sair de nossas fábricas com 50% de peças nacionais. Precisava tocar o plano de metas e não podia perder tempo. Que viesse o capital não importava de onde.*²⁰⁷

Em troca, precisava o presidente fazer algumas concessões ao governo de Washington, como a revisão do acordo dos minerais radioativos e a Ilha de Fernando de Noronha para experimentos balísticos. É desse tempo que aquela terra brasileira no Oceano Atlântico voltava a ser um dos temas de discussão na política internacional. Há uma retomada dos pontos considerados geoestratégico para o combate do comunismo. Fernando de Noronha entra como um dos palcos da Guerra Fria, quando os Estados Unidos, em concorrência com a União Soviética pela tecnologia de mísseis teleguiados pleiteia a ilha aos planos militares de experiências com mísseis de alcance intercontinental (os chamados teleguiados), desenhando um dos momentos mais críticos, tensos e conturbados da assim

²⁰⁴ VIZENTINI, op cit. pp. 197.

²⁰⁵ Discursos - 1958: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro, 1959 - no Rio de Janeiro, comemorações do dia do trabalho, 1º de maio de 1957. pp. 104.

²⁰⁶ Diário de Pernambuco, 04 de fevereiro de 1956 – Necessidade de Capitais Estrangeiros sem o caráter de Usura ou Filantropia.

²⁰⁷ SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 2ª edição – Rio de Janeiro. Record, 1998. pp 27.

chamada Guerra Fria, produto de negociações que tiveram como resultado liberação de empréstimos, de material bélico, etc.²⁰⁸

Contudo, precisamos lembrar que o Nordeste do Brasil era a área que mais carecia de investimentos. Visto como uma zona esquecida, a necessidade de uma política social de combate ao subdesenvolvimento fazia dos movimentos políticos e sociais focos de subversão aos olhos do governo de Washington. Mesmo criando programas assistencialistas, como o Ponto IV em 1950 e a Aliança para o Progresso em 1961, o problema estava na intensificação do desenvolvimento da região e não na “mendicância”. A OPA de JK representava, precisamente, um protesto contra a desigualdade de condições econômicas na latino América, uma advertência pública e solene no tocante aos perigos latentes no atual estado de subdesenvolvimento da América Latina. Se os Estados Unidos não alterassem sua política, a América Latina poderia se aproximar dos países comunistas. O nacionalismo desenvolvido no governo de Kubitschek tinha uma forte tendência ao desenvolvimento, que não se encerrava numa “paixão fanática, grosseira, deformadora, imoderada”²⁰⁹, mas num “nobre amor” ao país, “que inspira o desejo de defendê-lo, servi-lo e honrá-lo”.²¹⁰

O nacionalismo que convém ao Brasil é o que tende a colocá-lo entre os demais países do mundo em condições de falar de igual para igual, sem nenhuma subserviência, sem nenhum receio, sem nenhum sentimento de inferioridade. Não é nacionalismo o que nos conduz a estender a mão e implorar ajuda. O Brasil não precisa mendigar. Se solicita apoio e colaboração de fora, tem também o que oferecer.

*O nacionalismo não é arma política, mas um estado de alma elevado, um sentimento igual ao que os filhos devem dedicar aos que lhes transmitiram a vida.*²¹¹

Por isso, não necessitava “ir à cortina de ferro”²¹², pois preferia “o lado de cá”²¹³ para o desenvolvimento, se referindo aos acordos de cooperação firmados com os Estados Unidos.

²⁰⁸ ROLIM, Tácito Thadeu Leite. “*Giram os Sputniks nas Alturas, Ferve a Imaginação nas Planuras*”: a ciência e o bizarro no Ceará em fins da década de 1950. Dissertação de mestrado em História Social – Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2006. pp 86 e 163.

²⁰⁹ Discursos - 1958: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro, 1959 - sobre a situação política e social do Brasil. pp. 104.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Ibidem.

²¹² Diário de Pernambuco, sexta-feira, 06 de janeiro de 1956.

²¹³ Idem.

A TÁTICA DE COMBATE AO COMUNISMO:

Os pactos contra o comunismo e pela liberdade nos termos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) de 1947 e no Acordo Militar Brasil - Estados Unidos de 1952 já garantiam o combate a essas ideias, bem como a expansão da ofensiva russa na latino América. “Lançado o anticomunismo como arma de propaganda”²¹⁴, jornais, revistas, noticiários, etc., serviam como ferramentas legitimadoras de discursos *pró e contra* a essas idéias.

Em 12 de janeiro de 1956, o Diário de Pernambuco trazia a seguinte manchete: **“TRAÇA-SE FORTE COMPETIÇÃO ENTRE OS OCIDENTAIS E OS BOLCHEVISTAS”**.²¹⁵ O assunto girava em torno da competição econômica entre URSS e Estados Unidos em assistir os países considerados “economicamente atrasados”.²¹⁶ Diante do fato trazido pelo jornal, também constava uma carta enviada à Assembleia Geral das Nações Unidas, enaltecendo e classificando as nações que compunham com os Estados Unidos, o bloco do mundo livre, como *Estados da União*. “E a derrota na competição contra a URSS poderia ser tão desastrosa como a derrota na carreira armamentista”²¹⁷, concluía o jornal.

*Os EUA [podiam] triunfar oferecendo mais ajuda do que os comunistas e convencendo ao mesmo tempo aos países atrasados de que não devem se afastar da comunidade das nações livres (...) os EUA não pensam competir com a URSS oferecendo sempre mais ajuda do que ela, mas obtendo créditos no Congresso para assistir os países pouco desenvolvidos.*²¹⁸

E tornar o Brasil um membro pertencente aos *Estados da União* fazia com que estadunidenses e brasileiros ocupassem um discurso homogêneo e que seguissem a política de contenção às idéias de teor comunista para o mundo. Para tanto, era necessário fazer crer que essas idéias deveriam ser postas em dúvida, fazendo com que o cidadão, dito de bem, não encontrasse um lugar comum dentro dessa concepção política. Assim, tornaram-na estranha socialmente e ideologicamente, a ponto de construir uma verdade com base no modelo capitalista liberal de tendência norte-americana. Era importante, no combate à

²¹⁴ Diário de Pernambuco, sexta-feira, 11 de maio de 1956.

²¹⁵ Diário de Pernambuco, quinta-feira, 12 de janeiro de 1956 – MAIOR AJUDA NORTEAMERICANA AOS PAÍSES ECONOMICAMENTE ATRASADOS.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Diário de Pernambuco, quinta-feira, 12 de janeiro de 1956 – DECLARAÇÃO ENVIADA PELOS ESTADOS À ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.

²¹⁸ Idem.

expansão dessas ideias, chamarem de *mundo livre* todo aquele território de democracia e liberdade protegidas pelos Estados Unidos, e de “inimigos potenciais sem restrição moral”²¹⁹ aos que se enquadravam à ordem soviética, como alertado por Nixon em matéria publicada em fevereiro de 1956, sobre a União Soviética:

*É potencialmente tão perigosa e sob certos aspectos ainda mais perigosa do que um ataque militar contra o mundo livre (...) a coisa se resume atualmente no fato do maior perigo com que o mundo se defronta não ser a derrota numa guerra militar, mas a derrota numa Guerra Fria. Uma Guerra Fria na qual inimigos potenciais sem restrição moral usam táticas políticas, econômicas e psicológica... um país que se torna um satélite econômico da Rússia se tornará inevitavelmente também um satélite político e militar.*²²⁰

Indo na contramão do discurso soviético em “estabelecer relações comerciais com o Brasil”.²²¹ Quase um mês depois, o mesmo jornal exibia outra matéria em que a narrativa trazia o anúncio do desejo que a URSS tinha em firmar comércio, não apenas com o Brasil, mas com os países latinos que se mostrassem interessados em tal ato. A visita do primeiro vice-presidente do conselho de ministros da União Soviética, Mikoyan, considerado “o vendedor número um” da Rússia, anunciava “um vasto programa de desenvolvimento das trocas econômicas entre a união soviética e os diferentes países latino-americanos”.²²² O plano em oferecer aos países da América Latina “equipamento de empresas inteiras com material soviético e o fornecimento de auxílio técnico sob a forma de especialistas e de técnicos, ao passo que as nações interessadas se comprometeriam com a troca das suas experiências mútuas”²²³, punha em alerta as autoridades norte-americanas e britânicas, “redobrando seus esforços para deter o imperialismo russo”.²²⁴

Neste sentido, podemos perceber que o Diário de Pernambuco cumpria com a função de contra-propaganda aos russos e a favor dos norte-americanos. Não sabemos se intencional ou não, essa postura do periódico fazia com que a Folha da Manhã e a Folha do Povo os acusassem de “pasquim verde” a favor dos interesses estadunidenses chegando até a chamá-lo de “boletim do consulado americano”²²⁵, pondo em xeque a idoneidade da

²¹⁹ Diário de Pernambuco, 22 de fevereiro de 1956 - NIXON EXPÕE O PERIGO DA OFENSIVA ECONÔMICA SOVIÉTICA.

²²⁰ Diário de Pernambuco, 22 de fevereiro de 1956.

²²¹ Diário de Pernambuco, 02 de fevereiro de 1956.

²²² Diário de Pernambuco, 02 de fevereiro de 1956 - OFENSIVA SOVIÉTICA SOBRE OS MERCADOS LATINOS-AMERICANOS

²²³ Diário de Pernambuco, 02 de fevereiro de 1956.

²²⁴ Diário de Pernambuco, quinta-feira, 02 de fevereiro de 1956 – GRAVE DENUNCIA SOBRE A UNIÃO SOVIÉTICA

²²⁵ Folha do Povo, 08 de março de 1956 – BOICOTEMOS O BOLETIM DO CONSULADO AMERICANO.

informação. A imagem dos Estados que compunham o suposto *mundo livre* era construída sob as bandeiras de integridade e liberdade democrática, essenciais à manutenção da ideia de soberania nacional. As entrelinhas dos discursos, porém, versam pela segurança do hemisfério contra a pecha comunista como se houvesse limite entre ser livre e ser moral.

Desde o ano de 1948, os países americanos articulavam a criação de um organismo permanente que desse conta das relações políticas estabelecidas entre os países de todo o continente americano. As vésperas da IX Conferência Internacional dos Estados Americanos, a hostilidade norte-americana ao comunismo na América Latina tornou-se explícita, inclusive, na confecção da ata final da conferência.²²⁶ A simples existência de partidos políticos comunistas representava uma ameaça à segurança do hemisfério ocidental. O Brasil, numa demonstração de fidelidade aos princípios norte-americanos de defesa e, baseado no que já havia sido estabelecido no Acordo militar de 1944 e no TIAR sobre segurança, não teve nenhuma dificuldade em apoiar as resoluções contra o comunismo internacional.²²⁷ Ao estabelecerem a OEA (Organização dos Estados Americanos), alguns governos latino-americanos imaginavam que este órgão conseguiria criar um ambiente de diálogo mais fácil com os Estados Unidos, como também um lugar possível de conferir maior poder de decisões aos latinos. Na realidade, o sistema interamericano instituído em Bogotá constituía apenas um pedaço de um sistema de poder mais vasto, que seguia o grande sistema de hegemonia americana. A obsessão com a *ameaça comunista* levou a conferência a considerá-la um fator de agressão ao sistema interamericano como um todo.²²⁸ Tida a OEA por Vizentini (2003), como um desdobramento do TIAR, ambos eram constituídos por elementos decisivos à compreensão das relações dos Estados Unidos com a América Latina. Como organização regional, a OEA institucionalizava a versão pan-americanista desenvolvida pela doutrina Monroe (da América para os americanos)²²⁹ e constituía um elemento valioso para a diplomacia americana de manter sob controle a política do continente. De acordo com o professor Demetrio Boersner, estudioso das relações internacionais, o TIAR e a OEA se baseavam em quatro princípios jurídicos fundamentais: a não intervenção; a igualdade jurídica dos

²²⁶ BETHELL, Leslie & ROXBOROUGH, Ian (organizadores). *Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. pp 49.

²²⁷ Idem, pp 102.

²²⁸ MOURA, Gerson. *EUA e América Latina* – São Paulo: Contexto, 1990 – (Coleção Repensando a História). pp.45.

²²⁹ A Doutrina Monroe foi enunciada pelo presidente dos Estados Unidos em dezembro de 1823. Afirmava na época, a posição dos Estados Unidos contra o colonialismo europeu e desenvolvia o pensamento de Thomas Jefferson, segundo o qual "a América é para os americanos".

Estados; o arranjo pacífico das diferenças e a defesa coletiva contra agressões.²³⁰ Nos dois primeiros, a defesa da soberania dos Estados é equação *sine qua non* aos planos de segurança nacional; os outros dois enfatizavam a cooperação entre eles, administrados dentro do sistema, pela potência hegemônica americana.

Em 1952, a ofensiva contra o comunismo se acentua. E em plena Guerra Fria, o governo de Washington reforçava a cooperação brasileira contra a URSS na assinatura do Acordo Militar de 1952. O tópico 1º dos artigos Iº e Xº correspondiam às questões para essa defesa, lançando o país no bloco capitalista, sintonizado com a agenda de segurança da ONU, bem como, americana. A luta comum do Brasil e dos Estados Unidos era “a luta em favor da liberdade do mundo”²³¹ e que toma a democracia como “a grande arma de luta”.²³²

Com os acertos ocorridos internacionalmente contra a expansão comunista, a cessão da Ilha de Fernando de Noronha era apenas um questão de tempo. Institucionalizada a ocupação de Noronha pelo Exército norte-americano desde 1952 (no Acordo Militar assinado entre o Brasil e os Estados Unidos), as missões militares promovidas pelo governo dos Estados Unidos eram autorizadas com objetivo de ocupar um vazio de guerra que o Exército brasileiro não teria condições de sanar. A alta tecnologia bélica utilizada pelos norte-americanos e russos, caso uma guerra fosse declarada, era um imperativo para que as missões relevantes de defesa do hemisfério fossem concretizadas²³³ e o combate ao comunismo “se manteve acima da política em sua luta pela liberdade”.²³⁴

JK NO HALL DO EXTERIOR:

Terminadas as eleições, em janeiro de 1956, Juscelino, partia em comitiva para viagem entre os Estados Unidos e a Europa. O objetivo desta, segundo ele próprio relatava em suas memórias, “era entrar em entendimento com os poderosos grupos financeiros, de

²³⁰ BOERSNER, Demetrio. In: *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. AYERBE, Luis Fernando. São Paulo: editora UNESP, 2002. pp. 82.

²³¹ Diário de Pernambuco, 04 de fevereiro de 1956 – LUTA COMUM DO BRASIL E EEUU.

²³² Idem – PRECONIZA JUSCELINO UMA NOVA FASE DE ENTENDIMENTO ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS

²³³ APEJE-PE; DOPS-PE; prontuário nº 4.314 – Análise do Acordo Militar Brasil – Estados Unidos, pelo deputado federal Fernando Luiz Lobo Carneiro, Rio de Janeiro, 1952. - De acordo com análise realizada pelo deputado Fernando Luiz Lobo Carneiro. pp 15 – 16.

²³⁴ Diário de Pernambuco, sexta-feira, 02 de março de 1956 - ACIMA DA POLITICA, NO COMBATE AO COMUNISMO.

forma a interessá-los em cooperar no plano de industrialização que pretendia executar no Brasil”.²³⁵

Atrair a atenção do mundo inteiro sobre o Brasil, em especial, a atenção do mundo econômico (...)

*Espero estabelecer bases de colaboração com os governos das Nações amigas, objetivo principal de minha administração.*²³⁶

Os planos de desenvolvimento econômico traçados para o Brasil por Juscelino Kubitschek não foram motivo de euforia e interesses nos círculos financeiros e comerciais dos Estados Unidos, que estavam mais preocupados em obter resultados com o Plano Marshall²³⁷ para recuperar a Europa pós-guerra. Silva & Carneiro (1983) destacam que JK ao retornar ao Brasil, já empossado presidente da República, ficara sabendo, através dos técnicos do Conselho do Desenvolvimento, que inúmeros projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil- Estados Unidos haviam sido engavetados pelas autoridades norte-americanas²³⁸, provocando, no presidente, certo ressentimento pelo fato de os americanos não terem desejado montar fábricas de automóveis no Brasil, como a General Motors e a Ford e “alegaram não ter mercado para a indústria automobilística”.²³⁹ Fato diferente ocorria com as firmas européias, como a Volkswagen, que viam nas vantagens que JK estava oferecendo “um ar provocativo”.²⁴⁰ O país queria que os Estados Unidos desse o mesmo “carinho monetário” que enviara à Europa e se isso não acontecesse, outra medida seria procurar outros parceiros. “Sei lá, até os russos”.²⁴¹

No encontro dos presidentes em comemoração ao 130^o aniversário do Congresso do Panamá, em 1956, o mal-estar havia se instalado entre Juscelino e o governo de Washington. Quando JK foi convocado para o encontro, relutou em aceitar comparecer. Além do descrédito nos americanos, havia que considerar problemas internos no país, em que a formação do ministério levava a um jogo de disputas partidárias entre o PTB e PSD

²³⁵ SILVA & CARNEIRO, op. cit. pp. 81.

²³⁶ WRZOS, Conrad. *Juscelino Kubitschek: Estados Unidos – Europa*. Livraria José Olympio editora. Rio de Janeiro, 1960. pp. 17 e 18.

²³⁷ DIAS JÚNIOR, José Augusto & ROUBICEK, Rafael. *Guerra Fria, A Era do medo*. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1999. pp 16 - O plano Marshall tem as suas origens na Doutrina Truman e a idéia era fortalecer os países da Europa Ocidental, cuja economia estava abalada pela guerra, para que tivessem condições de resistir a eventuais avanços soviéticos. Além disso, foi organizada em 1949 uma aliança militar com o objetivo específico de proteger a Europa ocidental da ameaça comunistas, através da OTAN.

²³⁸ SILVA & CARNEIRO, pp. 106.

²³⁹ MONIZ BANDEIRA. op. cit. pp 515.

²⁴⁰ SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Juscelino Kubitschek: 19º presidente do Brasil (1956 – 1961)*. Coleção os Presidentes. Grupo de comunicação Três. Rio de Janeiro, 1983. pp. 81.

²⁴¹ SANTOS, op. cit. pp 25.

por cargos a serem ocupados²⁴² e, por conta desses fatos, sua posição ainda não estava bem segura após os primeiros seis meses de governo. Silva & Carneiro (1983) ainda destacam que a relutância de JK em aceitar o convite para ir ao Panamá produziu, de imediato, a liberação de um empréstimo de US\$ 152 milhões, atendendo a três projetos da comissão Mista Brasil – Estados Unidos: “a barragem de Três Marias, o reequipamento das ferrovias, e a dragagem e reaparelhamento dos portos brasileiros”.²⁴³

O estranhamento entre JK e o governo dos Estados Unidos fora resolvido quando em discurso percebia-se a primeira vitória juscelinista na *barganha* com os norte-americanos. Pronunciava que o governo do presidente Eisenhower “não faltou a nenhuma das combinações feitas” e que as conversas em Key West e Panamá resultaram “em coisas positivas ao governo”.²⁴⁴

*O ano passado entraram para o Brasil mais do que em qualquer ocasião, em financiamentos, cerca de 355 milhões de dólares, quantia ainda não superada em época alguma. Além disso, os investimentos realizados no Brasil por capitais norte-americanos sobem a 323 milhões de dólares, que, somados com os financiamentos, vão a quase 600 milhões de dólares, entrados no Brasil no ano passado. Seria inútil negar a evidência – os norte-americanos são os nossos melhores clientes - e este porto de Santos envia mar afora para os portos dos Estados Unidos da América produtos que se transforma em divisas indispensáveis à nossa existência de país cheio de necessidades para seu desenvolvimento.*²⁴⁵

As afirmações são verdadeiras. O historiador Tácito Rolim (2006), em sua dissertação de mestrado, ainda acentua que nunca houve tanto investimento nos finais da década de 50 no Brasil como no governo de JK. Não foi apenas dinheiro que os norte-americanos enviaram ao Brasil. Material bélico (por exemplo, navios, submarinos e aviões) era fartamente cedido às Forças Armadas brasileiras.²⁴⁶ Talvez isso também fosse resultado da cessão e/ou interesse americano pelo arquipélago de Fernando de Noronha, dando um caráter geoestratégico na relação entre as duas nações. O governo dos Estados Unidos via essa possibilidade como forma de conseguir deslanchar o desenvolvimento tecnológico dos experimentos balísticos de longo alcance, mesmo porque, como aponta Tácito Rolim

²⁴² Diário de Pernambuco, quarta feira, 11 de janeiro, 1956 – FORMAÇÃO DO MINISTÉRIO.

²⁴³ SILVA & CARNEIRO. pp. 106.

²⁴⁴ Discursos – 1957: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro, 1958, pp 31.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ ROLIM, Tácito Thadeu Leite. “*Giram os Sputniks nas Alturas, Ferve a Imaginação nas Planuras*”: a ciência e o bizarro no Ceará em fins da década de 1950. Dissertação de mestrado em História Social – Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2006. pp 94

*o ocidente estava ciente de que se os russos conseguiram colocar aquele objeto enorme lá no alto, muito certamente poderiam substituir o satélite por uma bomba de hidrogênio e despachá-la (no mesmo foguete que lançou o satélite) para qualquer cidade americana.*²⁴⁷

E neste sentido, Kubitschek não só pretendia preservar a parceria entre o governo dos Estados Unidos e o brasileiro, mas ainda fortalecê-las.

*Primeiro porque a opinião pública brasileira exige dos governos democráticos em meu país (...) a velha e sábia tradição, mantida desde a nossa independência, de considerar-se o nosso destino solidário com o destino das Américas, cuja liderança, há mais de um século, tem cabido a esta grande potência. Em segundo lugar, impõe-se reforçar as nossas relações, culturais e econômicas por motivos inspirados em nossa própria **segurança**, pois **somos parte do mundo livre** permanentemente **ameaçado pela expansão das forças totalitárias**.*²⁴⁸

A segurança é, ainda, argumento decisivo para a relação entre brasileiros e estadunidenses, evocada através de termos e tratados diplomáticos, cujo teor se erigia na luta contra o comunismo soviético. Numa demonstração de que o Brasil estava alinhado com a política norte-americana no combate ao comunismo, era celebrado o *ajuste-decreto* da Ilha de Fernando de Noronha aos Estados Unidos, confirmando que “a grande resposta” ao estado das relações do Brasil com os Estados Unidos.²⁴⁹

*melhor do que qualquer discurso [era] a assinatura do acordo para o estabelecimento da estação de teleguiados em Fernando de Noronha; não há palavras, aliás, que signifiquem mais do que um ato como esse, (...), que traduz essa convicção.*²⁵⁰

JK discursava certo de que a “convicção”, bem como a “consciência de que estamos identificados numa mesma causa, que é a de defender a paz no mundo e a integridade dos povos que desejam continuar livres”²⁵¹, estava atrelada no estreitamento das relações com os Estados Unidos.

Assim, essa nova geopolítica da Guerra Fria tornava a Ilha de Fernando de Noronha alvo dos interesses estadunidense para a América do Sul. A base de teleguiados em questão

²⁴⁷ Idem. pp. 87.

²⁴⁸ WRZOS, PP. 48 – **Grifos meus**.

²⁴⁹ Discursos - 1957: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro, 1958 - na associação comercial de Santos sobre café, relações internacionais, investimentos estrangeiros e outras questões de desenvolvimento nacional. pp. 30.

²⁵⁰ Discursos - 1957: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro, 1958 - na associação comercial de Santos sobre café, relações internacionais, investimentos estrangeiros e outras questões de desenvolvimento nacional. pp. 30.

²⁵¹ Idem, pp. 31.

era apenas o espelho das articulações e movimentações sócio-políticas empreendidas pela política externa brasileira e norte-americana, que tinha como fatores: tratados internacionais com escopo a paz mundial e a segurança hemisférica; uma política internacional a serviço do desenvolvimento brasileiro, e outra política interna, a serviço de um nacionalismo disfarçado como balcão de negócios ao desenvolvimento econômico e industrial, que elegiam o arquipélago de Fernando de Noronha como um dos palcos para a Guerra Fria.

O AJUSTE DE CESSÃO:

Inserida a Ilha de Fernando de Noronha em um cenário político, no qual a relação do Brasil com os Estados Unidos se entrelaçava com a tentativa de democratização brasileira, bem como o esforço do governo por elevá-lo ao quadro de país em desenvolvimento, tanto dentro como fora do eixo América Latina, a abertura incondicional ao capital estrangeiro, em parceria aos investimentos norte-americanos, criava laços de dependências entre Brasil e Estados Unidos ao longo do processo econômico, adicionado, entretanto, com políticas que visavam à contenção do comunismo, para que tais políticas não se espalhassem pelo restante do hemisfério, especialmente depois que Cuba faz a sua Revolução em 1959.

Nesse sentido, de acordo com o que coloca SILVA (2007), o governo brasileiro recebe incentivos econômicos e políticos do governo americano, que visava o combate às ideias consideradas “perigosas”, especialmente as de cunho comunista. É dessa época a grande iniciativa do órgão policial do Rio de Janeiro, o DESP – Departamento Especial de Segurança Pública, na criação de uma campanha de combate ao comunismo em todo território nacional,

*A Campanha foi batizada de Bandeira Nacional de Combate ao Comunismo e sua produção deveria ser encaminhada para todas as delegacias do país que estivessem necessitando de reforço no combate às idéias e ao avanço do comunismo. Os cartazes eram acompanhados de normas para a sua distribuição, a ser efetuada pelas delegacias, às quais caberia repassá-los para as organizações de direita, os segmentos mais conservadores da Igreja.*²⁵²

²⁵² SILVA, Marcília Gama da. Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). – Recife: 2007. 264 folhas. Tese de doutorado em História – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História.



Ilustração 14 - Imagem do Diretor da SSP do Rio de Janeiro, Amaury Kruel, discutindo os termos dos acordos entre as polícias, os recursos e a linguagem que deviam ser utilizados pela polícia para promover a contrapropaganda do comunismo em todo o território nacional. Apud SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. – Recife: 2007. 264 folhas. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História.

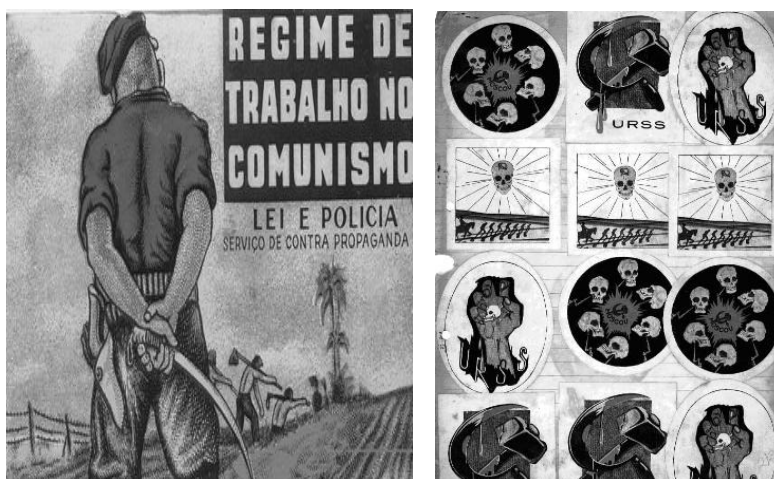


Ilustração 15 - Modelos de cartazes contendo forte propaganda contra- comunista. Fundo: SSP/DOPS/APEJE N°. 27.472 –B. Apud SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. – Recife: 2007. 264 folhas. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História.

A presença da Ilha de Fernando de Noronha nas negociações econômicas, nessa época, pode ser vista como um capítulo a parte entre as diplomacias dos dois países ora citados, quando a ideia de a ilha ser tomada como um ponto geoestratégico no Oceano Atlântico vem sendo construída ao longo deste trabalho. A condição histórica de Fernando de Noronha, desde o período colonial do Brasil até a fase de presídio no século XIX, já alertava sobre a região nordeste do Brasil (conjuntamente com a ilha) fazer parte de planos para a invasão e a defesa destes territórios. Para a Guerra Fria do final da década de 1950,

o entendimento pode ser claramente percebido como ferramenta para o monitoramento e a contenção do comunismo e, além disso, como uma via para garantir-lhes as áreas de influências e consequente hegemonia no Brasil e entre os países da América do Sul, ponto de interesse maior dos Estados Unidos, frente à disputa com a União Soviética.

Noronha, *aos olhos* americanos, era tomada como um dos modelos visíveis ao poderio militar, cujo desenvolvimento dos mísseis teleguiados servia como resposta a sua concorrente Rússia, de que essa tecnologia também se encontrava como ponta de lança aos planos militares estadunidenses. Em uma troca de notas entre o governo dos Estados Unidos e o do Brasil concernente à construção de um posto de observação dos projéteis teleguiado²⁵³, encerravam-se as ilha de Fernando de Noronha, Júpiter, Grande Bahama, Eleutera, São Salvador, Mayaguana, Grande Turco, República Dominicana, Mayaguez, Antigua, Santa Lúcia e Ascensão, num cinturão de segurança “que se [estendia] quase em linha reta através das Bahamas até as pequenas Antilhas”,²⁵⁴ parte setentrional do Oceano Atlântico.

²⁵³ Folha da Manhã, 20 de dezembro de 1956.

²⁵⁴ SHELTON, William Roy. *Largada para o Infinito: história do Cabo Canaveral*. São Paulo: Fundo de Cultura S.A., 1963. PP 31.

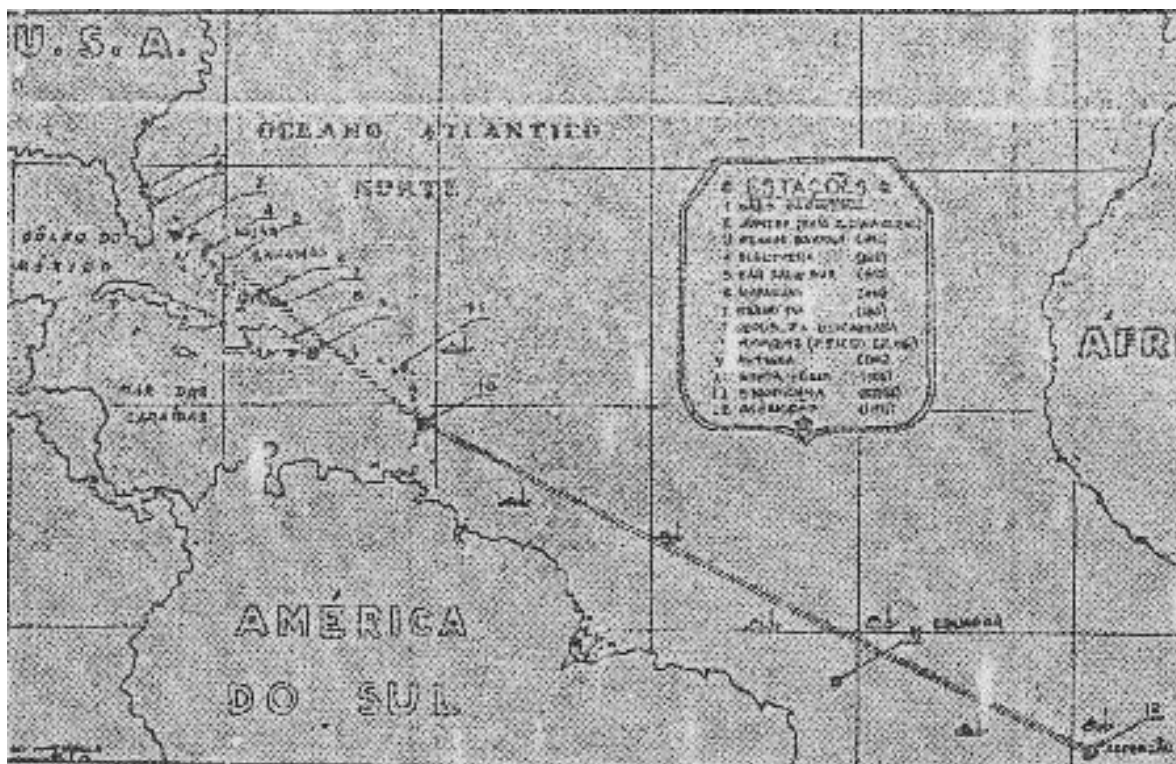


Ilustração16 - Mapa localizador das 12 bases que tinham como função acompanhar os mísseis teleguiados do Cabo Canaveral a Ascensão, passando pelas ilhas de Júpiter, Grande Bahama, Eleutera, São Salvador, Mayaguana, Grande Turco, República Dominicana, Mayaguez, Antigua, Santa Lúcia (no Caribe) e Fernando de Noronha no Oceano Atlântico. Podemos observar a trajetória dos mísseis teleguiados, alta tecnologia de guerra para o período de Guerra Fria. Fundo SSP/DOPS/APEJE-PE; prontuário nº 4.071; Diário de Pernambuco, 31 de maio de 1959.

Era uma demonstração de que as águas do Atlântico se encontravam sob a suposta soberania e controle do mundo livre, pelo menos em termos de propaganda.

*Aquela fortaleza de rochas perdidas na imensidão do Atlântico, deixa sua apatia de ilha do terror. Esqueceu seu passado de prisões e mortes e ingressa, a passos largos na era dos foguetes e das armas nucleares como a presença mais viva do Brasil na harmonia mundial dos povos livres.*²⁵⁵

Neste sentido, e diante da conjuntura em que fora assinado o ajuste para a instalação da base de teletipos, em um recorte de jornal do ano de 1957, esclarecia-se sobre os objetivos da presença de norte-americanos na Ilha de Fernando de Noronha e as obrigações que havia tanto para brasileiros como estrangeiros. O embaixador brasileiro Macedo de Soares acentuava que o ajuste para a cessão de Fernando de Noronha aos Estados Unidos seguia atos diplomáticos acertados no tempo da Segunda Guerra (como o acordo militar de 1944) como também cumpriam outros já assinados, especialmente o

²⁵⁵ Diário de Pernambuco, 30 de janeiro de 1957 – FERNANDO DE NORONHA: exemplo das boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e o Acordo Militar de 1952. Com o ajuste, o “país estava se preparando para a eventualidade muito provável de um novo conflito mundial, no qual o nordeste brasileiro apareceria como primeiro palco de luta”. Considerando que “somos uma nação aliada (...) só nos resta este caminho (...) prepararmos para a Guerra”²⁵⁶, talvez, isto engendrasse o destino manifesto da sociedade brasileira em proteger o hemisfério ocidental, caso essa guerra acontecesse, além de justificar o porquê de não ser levado ao Congresso Nacional brasileiro para apreciação.

Contudo, a possibilidade de o Brasil tirar alguma vantagem para o seu desenvolvimento ia à contramão do discurso nacionalista, vez que grupos contrários à presença estadunidense na economia brasileira (como observado no periódico comunista Folha do Povo) acusavam o Ministro Macedo Soares de *entreguista*, adjetivando-o, inclusive, de ser um “ministro teleguiado”²⁵⁷, já que ao Brasil iriam ser auferidas compensações defendidas pelo ministro apenas como a necessidade de aparelhar o Brasil.

*A compensação que o Brasil está pedindo aos Estados Unidos, no plano econômico e militar (...) não se [tratava] de barganha conforme os comunistas procuram insinuar. Apenas o governo americano reconhece que há necessidade de aparelhar o Brasil para a guerra e notadamente o nordeste (...) Diante dessa possibilidade, as autoridades brasileiras não podem ficar de braços cruzados.*²⁵⁸

Mesmo contestado pelo Deputado Federal pelo PSD Dagoberto Sales, o argumento utilizado tanto pelo embaixador brasileiro como pelas partes contratantes americanas estava calcado em um discurso de defesa hemisférica e na necessidade de “reforçar a defesa militar do nordeste”.²⁵⁹ A ideia ou o temor de uma guerra se encaixava em Noronha quando ela era considerada como ponto estratégico na geopolítica internacional, específica para a América do Sul, e para tanto, era preciso guarnece-la contra possíveis ameaças que a movimentação comunista pudesse provocar. A instalação de um posto de observação de teleguiados era um reconhecimento originário dos próprios americanos, que [reconheciam] “a importância adquirida, no plano internacional, pelo nordeste brasileiro”²⁶⁰ e era tanta a certeza que tinham os Estados Unidos de serem atendidos que, antes mesmo de ser assinado o ajuste, havia estado na ilha um vaso de guerra e técnicos norte-americanos, cujo objetivo era estudar e delimitar o local que seria escolhido para a instalação da base, de

²⁵⁶ Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1957 – declaração do ministro Macedo Soares - esclarecimentos.

²⁵⁷ Folha do Povo, 1º de março de 1957.

²⁵⁸ Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1957 – declaração do ministro Macedo Soares - compensações.

²⁵⁹ Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1957.

²⁶⁰ Revista do Nordeste, 07 de setembro de 1958.

segundo notícia publicada na edição do dia 10 de fevereiro de 1957, pelo Jornal vespertino Folha da Manhã, no mês de fevereiro de 1957.²⁶¹

Ainda, de acordo com a matéria, o Jornal afirmava que “a verdade”²⁶² em torno da cessão da ilha aos americanos estava provada numa fotografia publicada pela Revista Manchete e que era uma afronta à soberania brasileira. O fato grave, afirmava o vespertino pernambucano: “estavam desafiando o Itamarati a desmentir o documento fotográfico”.²⁶³ Sete dias antes, a Folha do Povo publicava o discurso do presidente do Movimento Partidário da Paz, Abel Chermont, que afirmava ser um “ato condenável sob todos os aspectos”²⁶⁴ à cessão. Para o movimento, o Brasil acabava comprando uma “briga desnecessária”.²⁶⁵ Acabava entrando em problemas que não lhes pertenciam, como os conflitos que estavam ocorrendo no Oriente Próximo e Médio, “onde os imperialistas ianques pretendem substituir os ingleses expulsos pelos árabes”²⁶⁶, atendendo a Doutrina Eisenhower²⁶⁷ de segurança norte-americana, uma aplicação da Doutrina Truman²⁶⁸, definindo “o suposto direito de intervenção dos Estados Unidos na vida dos países árabes, a pretexto de livrá-los da agressão comunista”²⁶⁹ e a própria disputa entre Estados Unidos e União Soviética, vez que “o acordo assinado [fazia] da extensa região de nosso país, zona potencialmente beligerante e vincula quase que totalmente nossas atividades internacionais à política externa de uma grande potência”²⁷⁰ (no caso estadunidense), na opinião do jornal. O argumento levantado por Macedo Soares sobre a iminência de um novo conflito mundial era “falsa”, bem como de “o nordeste brasileiro [ser] o seu principal teatro de

²⁶¹ Folha da Manhã, 10 de fevereiro de 1957.

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ Folha do Povo, 03 de fevereiro de 1957.

²⁶⁵ Folha do Povo, 03 de fevereiro de 1957.

²⁶⁶ Segundo o jornal A VOZ OPERÁRIA; Nº 401; Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 1957, pp 01.

²⁶⁷ Elaborada em resposta à possibilidade de uma guerra generalizada, o presidente dos Estados Unidos anunciava ao congresso norte-americano, em janeiro de 1957, novas medidas de contenção a ameaça da União Soviética. A Doutrina Eisenhower garantia o uso das Forças Armadas, mediante pedido, em resposta à agressão efetiva ou iminente aos Estados Unidos, principalmente após presenciar o conflito de Suez. Os países que tomavam posições opostas ao comunismo receberiam ajuda, sob diversas formas. A ação militar da Doutrina foi aplicada na crise do Líbano no ano seguinte, quando os Estados Unidos intervieram em resposta a um pedido apresentado por estes.

²⁶⁸ DIAS JÚNIOR, op. cit. pp 14-16 - Em 1947, o presidente dos Estados Unidos Harry Truman pronunciava ao congresso nacional um conjunto de práticas em escala mundial, cujo objetivo era a contenção do expansionismo comunista. À época, na chamada Guerra Fria, assumia o compromisso de "defender o mundo capitalista contra a ameaça socialista". Estava lançada a Doutrina Truman e que propagou para todo o mundo o forte antagonismo entre os blocos capitalista e socialista e servindo de base para o surgimento do plano Marshall.

²⁶⁹ Jornal A VOZ OPERÁRIA; Nº 401; Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 1957. pp 02

²⁷⁰ Folha do Povo, 03 de fevereiro de 1957.

operações”. “Os fatos internacionais (...) desmentem-na”²⁷¹, concluía a matéria. Sugería, ainda, que em resposta ao “infamante acordo de cessão”²⁷², “todos os patriotas democratas e nacionalistas”²⁷³ deveriam redobrar de “agora por diante [...] enormemente luta contra semelhante ultraje aos nossos foros de nação soberana”.²⁷⁴

Dentro desse cenário político em que as acusações “*pró e contra os teleguiados*”²⁷⁵ se mostravam “estranhamente antagônicas”²⁷⁶ eram iniciadas as negociações em torno da Ilha de Fernando de Noronha, baseando-se no artigo 1º, inciso 1º do Acordo de Assistência Militar de 15 de março de 1952. O Ministro das Relações Exteriores brasileiro José Carlos de Macedo Soares e o Embaixador norte-americano Ellis O. Briggs trocavam notas para o ajuste da ilha, a 20 de janeiro de 1957.²⁷⁷ No dia 13 de março, a fim de dar execução ao ajuste, era assinado pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek, sendo referendado pelos três ministros militares (da marinha Antônio Álvares Câmara jr, da guerra Henrique Teixeira Lott e da aeronáutica Henrique Fleiuss), em forma de decreto (nº 41.142) a cessão da Ilha de Fernando de Noronha. Vista pelo Deputado Federal Dagoberto Sales (PSD) não como um “posto avançado por excelência da nossa defesa [no caso do Brasil]”²⁷⁸, como declarava o Deputado Federal Pontes Vieira, mas objeto para “defesa do território estadunidense”.²⁷⁹

Não sendo recepcionado pelo Congresso Nacional, os termos que regiam o decreto deixava a cargo do Exército, provisoriamente, os estudos, planos e providências decorrentes do ajuste, cabendo ao Estado Maior do Exército as relações com as autoridades nacionais e norte-americanas. Criou-se, para tanto, uma comissão, a COPRONE (Comissão do Projeto Nordeste), que tinha como função a fiscalização e o monitoramento da base por parte do governo brasileiro.²⁸⁰ Era o exemplo que o governo de Kubitschek andava de “boas relações”²⁸¹ com os Estados Unidos.

²⁷¹ Folha do Povo, 03 de fevereiro de 1957.

²⁷² Folha do Povo, 1º de março de 1957.

²⁷³ Folha do Povo, 1º de março de 1957.

²⁷⁴ Folha do Povo, 1º de março de 1957.

²⁷⁵ Jornal do Comércio, 12 de fevereiro de 1957 – TELEGUIADOS: PRÓ E CONTRA.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Ofício do dia 14 de janeiro de 1964, E.M-1-D-2.

²⁷⁸ VIEIRA, Pontes. *Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado de Fernando de Noronha*. – departamento administrativo do serviço público e instituto brasileiro de ciências administrativas. – serviço de documentação do DASP (Seção de Publicações). Departamento de imprensa nacional, RJ, 1958. pp. 12

²⁷⁹ Jornal do Comércio, 12 de fevereiro de 1957 – LANÇAMENTO E INTERCEPTAÇÃO.

²⁸⁰ Ofício do dia 07 de agosto de 1963, enviado ao comando do IV Exército em Recife, pelo secretário de planejamento e cooperação Major Gustavo de Moraes.

²⁸¹ Diário de Pernambuco, 30 de janeiro de 1957.

A guerra percebida em Noronha fazia com que desenvolvimento, tecnologia, ‘teleguiados’, segurança e combate ao comunismo, configurassem características de um cenário imbricado em relações de poder capazes de dar movimento ao estreitamento entre brasileiros e norte-americanos em Guerra Fria. A salvaguarda da soberania do território brasileiro era um imperativo de segurança, é certo, mas também era uma ferramenta preciosa para o governo juscelinista conseguir executar os *planos de metas* para o prometido plano de desenvolvimento *50 anos em 05*. Para isso, a *velha barganha nacionalista*, presenciada durante o pouco tempo que Getúlio ocupara pela 2ª vez a presidência, era reativada com o escopo de desenvolver o país, já que a “defesa do capitalismo brasileiro era matéria de segurança nacional”.²⁸²

A BARGANHA BRASILEIRA NO AJUSTE DE CESSÃO:

A barganha nacionalista era o cerne das negociações de Juscelino Kubitschek para o desenvolvimento brasileiro, cuja representatividade da burguesia cosmopolita do Brasil seguia os princípios da “industrialização a qualquer preço”.²⁸³ Para JK, a ligação partidária com os comunistas poderia prejudicar esses interesses, como também os planos para atrair capital estrangeiro, principalmente estadunidense. A concessão da Ilha de Fernando de Noronha foi, então, interpretada como forma de o governo ‘barganhar’ algo ao desenvolvimento. Foi a única vez que o presidente dedicou parte de suas atenções à Ilha de Fernando de Noronha, apesar de ele pronunciar que tinha “um velho desejo de conhecer aquele recanto para que todos soubessem da existência de um governo que tinha os olhos voltados para o país sem discriminações territoriais, nem políticas”.²⁸⁴

Brasileiros e estadunidenses divergiam sobre as contrapartidas exigidas: desenvolvimento e segurança. Enquanto o primeiro queria que os Estados Unidos aprovassem sensacional política e se comprometessem em levar adiante gigantesco programa de assistência a longo prazo aos países da América latina, o segundo desejava apenas discutir projetos específicos, cooperação técnica e a forma de ampliar a corrente de

²⁸² MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os Anos de JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*. In: *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*/ organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil Republicano; v3). pp 164.

²⁸³ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 537.

²⁸⁴ Diário de Pernambuco, 27 de junho de 1957 – VISITA DE JK À BASE DE TELEGUIADOS.

investimentos privados para as zonas menos desenvolvidas, sem, contudo, estimular a proposta da Operação Pan-Americana (OPA).²⁸⁵

As tensas negociações entre Brasil e Estados Unidos, faziam surgir acusações por parte de alguns grupos, considerados nacionalistas, de que o acordo de cessão da Ilha de Fernando de Noronha aos militares dos EEUU “era uma barganha do governo brasileiro para conseguir empréstimos do governo americano, através do Eximbank”²⁸⁶, e “todos os projetos que lá se encontravam em estudo foram resolvidos e o que é melhor, satisfatoriamente”²⁸⁷, pronunciava o embaixador brasileiro, Almirante Amaral Peixoto, com endosso do Ministro Macedo Soares de “que o Brasil nunca pensou em fazer barganha, tendo, os entendimentos mantidos com o Eximbank, sido iniciados antes que se cogitasse da instalação do posto”.²⁸⁸

A Folha do Povo, jornal de tendência comunista, destacava como **“FALSOS ARGUMENTOS”** a justificativa que vinha sendo dada pelo governo sobre o assunto da cessão da ilha, posto que o ajuste “comprometia aos destinos do nosso povo e golpeia os anseios generalizados dos brasileiros”.²⁸⁹

Contudo, não podemos simplificar a ideia de que a Ilha de Fernando de Noronha se tornava um dos palcos da Guerra Fria para se prestar apenas ao combate do comunismo. Os interesses norte-americanos iam além dessas fronteiras. Os focos de preocupação estadunidense encontravam eco na garantia por adquirir matéria-prima estratégica para o desenvolvimento nuclear e, até, o aprimoramento das indústrias de consumo básicos nos Estados Unidos, como o Petróleo.

“Por sua posição geográfica, o arquipélago de Fernando de Noronha [encontrava-se] a 500 km a oeste da rota dos teleguiados norte-americanos, que, do Cabo Canaveral, demanda o Atlântico Sul”.²⁹⁰ “O planejamento da política de segurança de um país em termos de seus fatores geográficos”²⁹¹ inseria a ilha na *corrida espacial* no desenvolvimento da tecnologia de guerra com o lançamento dos mísseis intercontinentais,

²⁸⁵ Ibidem pp. 529.

²⁸⁶ Folha do Povo, 29 de maio de 1957 – NÃO PERMITAMOS QUE O SOLO NACIONAL SE TORNE NUMA BASE MILITAR NORTEAMERICANA.

²⁸⁷ Jornal do Comércio, 12 de fevereiro de 1957 – O ALMIRANTE AMARAL PEIXOTO REVELA NOVAS MINÚNCIAS DO ACORDO SOBRE FERNANDO DE NORONHA.

²⁸⁸ Serviço de Informação do Ministério das Relações Exteriores -- declaração do Ministro Brasileiro José de Macedo Soares, em 20 de janeiro de 1957.

²⁸⁹ Folha do Povo, 03 de fevereiro de 1957 – O BRASIL NÃO PRECISA SER CAUDATÁRIO DE NINGUÉM.

²⁹⁰ Diário de Pernambuco, 31 de maio de 1959.

²⁹¹ SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981 pp 165.

alcançando longas distâncias e quebrando, assim, com a barreira do tempo e do espaço em termos de conquistas bélicas, proporcionando, uma segurança maior para o hemisfério. Noronha passava a fazer parte de uma outra rota do atlântico: a rota dos teleguiados americanos.

A cessão representava uma “brutal violação da soberania nacional e grave ameaça para o povo brasileiro”²⁹², constituindo-se, portanto, em um “monopólio ianque que quer apoderar-se de nosso petróleo, acelerar a pilhagem de nossas riquezas e tornar ainda maior a dependência econômica e política do Brasil”²⁹³, declarava o vespertino comunista, uma vez que “promessas de empréstimos para a realização de planos elaborados com a participação de especialistas brasileiros, atuou simultânea e sincronizadamente com as negociações secretas para o acordo militar. De fato, empréstimos vultuosos (notadamente norte-americanos) começaram a afluir em nossa direção²⁹⁴, e não foi apenas dinheiro que os norte-americanos enviaram ao Brasil: Material bélico (por exemplo, armas, equipamentos, tanques, navios, submarinos e aviões) era fartamente cedido às Forças Armadas brasileiras, pois cabia ao Brasil representar o papel de escudeiro americano no Atlântico Sul, o que demandou um “aumento das verbas para a remessa de armas e equipamentos norte – americanos para o Brasil, em vista das maiores obrigações de defesa assumidas”. Obras de modernização da infra-estrutura do estado (e do Nordeste) têm início com o afluxo de capitais devido, aparentemente, à cessão da ilha aos norte-americanos, apesar do Itamarati negar a relação entre um e outro.²⁹⁵

Sem sombra de dúvidas, o sucesso e o pioneirismo no desenvolvimento da tecnologia de experimentos balísticos (os mísseis teleguiados) pela União Soviética, era um dos motivos pelo qual os Estados Unidos reivindicam a Ilha de Fernando de Noronha como medida de proteção e segurança intercontinental. Contudo, o ajuste para que a cessão fosse concretizada seguia leis internacionais assinadas com o término da Segunda Guerra Mundial, como o TIAR e o Acordo Militar de 1952. Tal legislação esta que assegurava a “paz e a harmonia” no mundo. Seu teor versava entre a assistência e a defesa mútua dos países que compunham o hemisfério ocidental, considerados regimes democráticos e, portanto, teoricamente livres dos ideais comunistas.

²⁹² Folha do Povo, 12 de fevereiro de 1957.

²⁹³ Folha do Povo, 12 de fevereiro de 1957.

²⁹⁴ ROLIM, op cit. pp. 92.

²⁹⁵ Idem.

JUSCELINO NA ROTA DOS TELEGUIADOS:

Em 1957, o presidente Juscelino Kubitschek desembarcava na Ilha de Fernando de Noronha com a missão de vistoriar o andamento das instalações norte-americanas para a base de teletipos. Em declarações, no palácio São Miguel, sede da administração do governo militar (TFFN) da ilha, enaltecia a colaboração existente entre o Brasil e os Estados Unidos para defesa do continente e destacava que, “com a construção do posto de observação dos teleguiados (...) sentiu-se feliz em comprovar que jamais existiu, nem existiria, nenhuma quebra na soberania da pátria pelos norte-americanos na Ilha”.²⁹⁶ Resposta dada àqueles grupos, conhecidamente como nacionalistas que o denunciavam em não seguir “a política de defesa e manutenção da paz baseada no entendimento e cooperação com todos os povos, sem quaisquer discriminações de ordem ideológica”²⁹⁷, como havia prometido em época de campanha eleitoral para a presidência. A cessão da Ilha de Fernando de Noronha, na opinião do jornal operariado, atendia ao plano “de concessões à política de guerra e colonialismo dos círculos dirigentes dos Estados Unidos”.²⁹⁸

Juscelino tinha a sua ida a Fernando de Noronha, não como um simples passeio de presidente da República, mas como argumento de que o governo “tinha os olhos voltados para o país”²⁹⁹, independente da parte que o cabia em territórios. Por outro lado, a Ilha de Fernando de Noronha se encontrava distante dos grandes investimentos que o programa de Juscelino tinha para o desenvolvimento do Brasil, cabendo aos militares que a governavam essa preocupação, mesmo com os poucos recursos que lhes eram destinados. Araújo Cavalcanti, um estrategista econômico, trazia que o Território de Fernando de Noronha, por representar “um ponto estratégico de fundamental importância para a federação brasileira”, sem falar nas possibilidades quanto “à pesca e o turismo”, encontrava-se na contramão do desenvolvimento do restante do país.³⁰⁰

Noronha só veio à tona, nas exposições do presidente JK, quando o ajustamento da base norte-americana significou a possibilidade de barganha. Enquanto as promessas de

²⁹⁶ Jornal do Comércio, 27 de junho de 1957.

²⁹⁷ Jornal A VOZ OPERÁRIA; Nº401; Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 1957. pp 04.

²⁹⁸ Jornal A VOZ OPERÁRIA; Nº401; Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 1957. pp 03.

²⁹⁹ Jornal do Comércio, 27 de junho de 1957.

³⁰⁰ CAVALCANTI, Araújo. In. *Reorganização Administrativa e Desenvolvimento Planificado de Fernando de Noronha*. – Departamento Administrativo do Serviço Público e Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. – serviço de documentação do DASP (seção de publicações. Departamento de imprensa nacional, RJ, 1958. pp. 10.

Juscelino, no continente, giravam em torno do “binômio estrada-energia”, e “das grandes obras e projetos”³⁰¹, Noronha continuava funcionando a óleo diesel.



Ilustração 17 – Imagem do Coronel Francisco da Costa, governador do TFFN (a esquerda), o Ministro da Guerra General Henrique Teixeira Lott (no centro) e o presidente Juscelino Kubitschek (a direita), tirada no momento em que o Coronel governador de Fernando de Noronha apresentava os projeto à instalação americana e a assinatura do ajuste-decreto pelo presidente brasileiro JK. Fundo SSP/DOPS/APEJE-PE; prontuário nº 4.071; Recorte do Jornal do Comércio, 27 de junho de 1957.

Juscelino, Lott e Fleiuss desembarcaram em Fernando de Noronha, no dia 26 de junho de 1957 em visita rápida de inspeção para a instalação da base norte-americana e a assinatura do ajuste que, no caso, tinha caráter de decreto presidencial.³⁰² Observavam detalhadamente as realizações norte-americanas para a construção da base. Assinado o *ajuste-decreto*, em 13 de março de 1957, as obras realizadas pela empresa americana Johnes-Tompkins, sob a fiscalização da marinha dos Estados Unidos, só foram concluídas em dezembro de 1958. Nelas, trabalharam cerca de 150 norte-americanos e 250 brasileiros. Após a sua conclusão, o posto foi entregue à orientação da Força Aérea Norte-americana (USAIF), subordinada ao comando Centro de provas de teleguiados, com Quartel General

³⁰¹ Discursos – 1957: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro, 1958. pp. 102 e 103.

³⁰² Seguindo o que determinava a constituição brasileira de 1946, no artigo 87: “*Compete privativamente ao Presidente da República: sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução*”. CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL; Capítulo III; do Poder Executivo; SEÇÃO II - Das Atribuições do Presidente da República. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946; 125º da Independência e 58º da República.

em Patrick Fiel, na Flórida. A operação do posto ficou a cargo de técnicos da Pan-American e da Radio Corporation of America (RCA). A construção foi supervisionada por um alto oficial da marinha norte-americana, tendo, ainda, como oficial de ligação, um Coronel da Força Aérea Brasileira.

Terminada a visita, JK deixava Noronha (depois de ter passado pouco mais de duas horas) prometendo “amparar a todos os habitantes da ilha”³⁰³ e reafirmava o desejo de conhecer de perto todos os problemas brasileiros, “não através de relatórios, mas diretamente, no contato com seu povo e suas necessidades”.³⁰⁴ A cessão da ilha aos Estados Unidos significava “os mais firmes propósitos de cooperação, trabalho e colaboração”.³⁰⁵ E o acordo de cessão visava “exclusivamente, proteger o hemisfério”.³⁰⁶

Iniciadas as obras na base norte-americana, a fisionomia da Ilha de Fernando de Noronha estava sendo “transformada e transtornada” segundo matérias na Revista O Cruzeiro e no Diário de Pernambuco, em 1958. Transformada, pois, “o homem insular simples e pacato voltou a defrontar-se em grau aumentado com um mundo de instalações complexas e ultra-modernas de telemetria, eletrônica, transmissão e recepção”.³⁰⁷ Transtornada, “porque se converteu do dia para a noite numa base de observação de projéteis teleguiados intercontinentais”.³⁰⁸ Para os pacatos habitantes da ilha, “os teleguiados têm se constituído na grande novidade”.³⁰⁹

A presença americana mudou-lhes a feição.

MILITARES AMERICANOS NOVAMENTE EM NORONHA:

Assinado o decreto pelo presidente Juscelino Kubitschek, era a hora de iniciar com as obras de instalação dos equipamentos eletrônicos e de todo o complexo que facilitaria a vida do *visitante americano*, numa ilha privada da modernização vista nas metrópoles fora dali. E parecia até que “todos desejam a vinda dos norte-americanos, com suas grandes maquininhas, com o dólar fácil, comprando tudo, com os uniformes alvos e as gravatas

³⁰³ Diário de Pernambuco, 27 de junho de 1957 - VISITA DE JK A BASE DE TELEGUIADOS.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Diário de Pernambuco, 27 de junho de 1957 – IMPORTÂNCIA DE FERNANDO DE NORONHA NA DEFESA DO CONTINENTE.

³⁰⁶ Diário de Pernambuco, 11 de setembro de 1957 – FERNANDO DE NORONHA, UM DOS 11 POSTOS DE CONTROLE DE FOGUETES INSTALADOS PELOS EE UNIDOS, DESDE A FLÓRIDA.

³⁰⁷ Revista O Cruzeiro, 20 de setembro de 1958.

³⁰⁸ Diário de Pernambuco, 15 abril de 1958.

³⁰⁹ Jornal do Comércio, 29 de janeiro de 1957.

pretas, os sorrisos alegres e os nomes que as revistas e o cinema popularizaram”.³¹⁰ Tudo era produto da aparência, se melhor analisarmos quem eram esses “todos”. Pois a chegada desses estrangeiros causava um misto de indignação e sucesso para o Brasil. Indignação por parte dos grupos nacionalistas que acusavam o governo brasileiro de ter perdido a sua hegemonia dentro de seu próprio território, a exemplo do que escrevia a Folha do Povo: “a ida dos americanos era a tentativa de aprovação do entreguismo”.³¹¹ E sucesso por parte de membros do governo juscelinista por terem cumprido com os tratados militares, bem como a garantia de acesso ao capital norte-americano e/ou modernização dos equipamentos militares brasileiros, a exemplo do que se lia na Folha da Manhã: “a base faz parte da extensão do plano estratégico norte-americano e por isso não devemos romper com os compromissos assumidos com os EUA”.³¹² Contudo, a contrapartida da cessão por parte do governo de Washington “nunca aconteceu”.³¹³ “Os americanos não deram as compensações prometidas em troca da ilha (...) embora tenham montado a estação de controle e dela estejam se utilizando”³¹⁴, segundo informações obtidas do Conselho de Segurança Nacional pelo Jornal do Commercio, e, ainda, acentuadas pelo correspondente da Revista Nordeste quando esteve de visita à ilha, um ano após a matéria do Jornal do Comércio, de que “nada foi feito” em termos das promessas de “auxílios militares (...) prestados ao Brasil para reaparelhamento das ferrovias, reequipamento motorizado do Exército, instalação de unidades navais para patrulhamento costeiro, base de caça a jato interceptadores”³¹⁵, tão pouco a “prometida Rede de Radar, composta de estações de longo alcance em Natal, Recife, Fortaleza, etc.”.³¹⁶

Essas cobranças imbricavam-se com inúmeras queixas feitas por alguns parlamentares do congresso norte-americano sobre o custo em se manter a base em território brasileiro (que chegava na casa de milhões de dólares). “A má vontade nos países latinos contra os Estados Unidos, tem origem na excessiva ajuda militar para fortalecer as posições dos ditadores”³¹⁷, apontava o senador estadunidense, Wayne Morse³¹⁸,

³¹⁰ Diário de Pernambuco, 30 de janeiro de 1957 - FERNANDO DE NORONHA DO FUTURO.

³¹¹ Folha do Povo, 29 de maio de 1957.

³¹² Folha da Manhã, 22 de fevereiro de 1957.

³¹³ Revista do Nordeste, 07 de setembro de 1958.

³¹⁴ Jornal do Comércio, 24 de dezembro de 1957 – ATÉ AGORA OS EE UU NÃO CUMPRIRAM SUA PROMESSA.

³¹⁵ Revista do Nordeste, 07 de setembro de 1958.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Diário da Noite, 01 de julho de 1959 – EEUU RECLAMAM ALTO PREÇO PAGO POR FERNANDO DE NORONHA.

³¹⁸ Senador do Partido Democrata pelo Estado de Oregon. Votou contra a Guerra do Vietnã no ano de 1964.

acompanhado pelo senador Frank Church³¹⁹. A chancelaria brasileira nada respondeu. Apenas publicou em nota que “a escolha do sítio não fora feita pelo Brasil, nem foi o Brasil quem propôs negócio. A escolha fora feita pelas autoridades da defesa dos Estados Unidos”. Se o Brasil estivesse recebendo algo em troca, “talvez não andássemos nós em aperturas a negociar empréstimos e a brigar com o FMI”³²⁰, concluía figura dos círculos diplomáticos brasileiros e que por uma questão de sigilo da fonte, não tinha o nome divulgado pela reportagem do Diário de Pernambuco.

Porém, muito antes da tecnologia balística chegar à Ilha de Fernando de Noronha, provocando transformações para a instalação da base, um vaso de guerra norte-americano e técnicos em prospecção visitaram a ilha entre os meses de novembro e dezembro de 1956. O objetivo dessa missão era escolher qual a área propícia para a realização das instalações. Os técnicos americanos elegeram três pontos considerados de importância aos objetivos de defesa: o Morro da Sapata (onde se achava um farol), o Morro Francês e a Ilha Rata (essa última escolhida para instalação rápida dos estudos técnicos). Estiveram por um mês realizando todos esses levantamentos, equipados com três *destroyers*, um navio transporte e um couraçado que davam coberturas aos trabalhos. Esta imagem de Guerra aportando em Noronha partia do Porto da cidade do Recife, conduzindo helicópteros e toda a modernidade que Guerra Fria do final dos anos de 1950 proporcionava, especialmente, com o desenvolvimento dos chamados teleguiados.

³¹⁹ Senador do Partido Democrata pelo Estado de Idaho. Rotulado de antipatriota pelos conservadores, ele devassou operações de espionagem, muitas delas ilegais, e abusos variados da CIA e demais órgãos da espionagem, inclusive o FBI.

³²⁰ Diário de Pernambuco, 23 de junho de 1959.

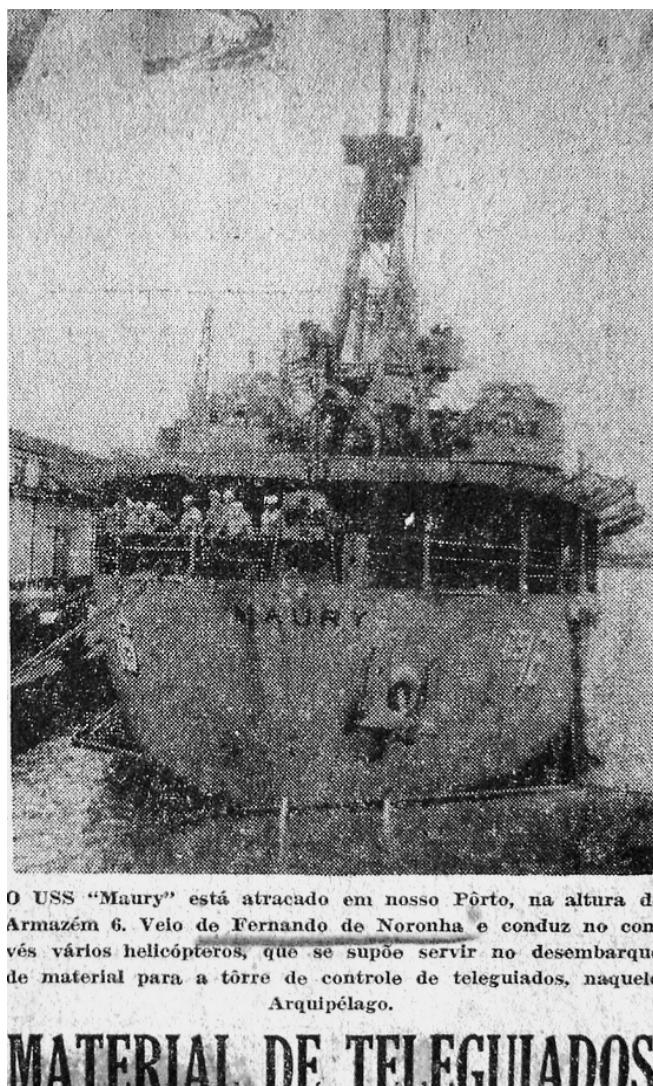


Ilustração 18- Imagem do navio americano US Maury atracado no Armazém 06, Porto do Recife, e que teria ido a ilha de Fernando de Noronha, transportando materiais e helicópteros para as primeiras instalações da base. Fundo SSP/DOPS-PE/APEJE-PE; prontuário nº 4.071, Jornal do Comércio de 29 de maio de 1957.

De Recife, o aeroporto militar sitiado no Ibura dava o suporte aos operários especializados e aos engenheiros da *United States Air Force* (USAIF). Estradas eram abertas, campo de pouso aumentado, radar, foguetes, tudo que era conhecido e desconhecido, em matéria de armamento moderno ali estava sendo empregado. “A velha ilha [perderia] sua calma e se [transformaria] num grande centro do progresso”.³²¹

Desembarcaram grande quantidade de material em helicópteros que atravessaram os céus da ilha, baixando em clareiras, abertas na ponta da sapata (morro do Farol, uma das extremidades da ilha de difícil acesso), Morro

³²¹ Diário de Pernambuco, 30 de janeiro de 1957.

*do Francês e Ilha Rata. Ali, construíram acampamentos (...) Os habitantes limitavam-se a observar os helicópteros que carregavam tudo.*³²²

E “no sopé do Pico”, no local mais conhecido pelos norte-americanos como *Broadway*, erguiam-se as barracas e as instalações norte-americanas, modificando “a pacata paisagem do Boldró, anteriormente ocupada pelo rebanho bovino que lá existia”.³²³



Ilustração 19 –Imagem da estrada que dava acesso à Estação de Telemetria americana, no Morro Francês, considerada área secreta, devido a tecnologia que lá existia. CEPEHC-FN; Acervo Artur Valdevino de Souza, 1960.

A base era planejada, seguindo prévios estudos à sua construção. Espalhava-se por entre onze edifícios: centro de comunicações internas; alojamentos, refeitório e cassino; estação transmissora; estação receptora; posto meteorológico; estação de tratamento d’água; sistema de localização de impactos dos mísseis; estação de produção de energia elétrica; oficinas de reparação de viaturas e carpintarias; depósito d’água potável e depósitos de gasolina e óleo. Ainda é possível ver o dormitório que era conferido aos iglus e ao cassino.³²⁴ Na época, havia um sigilo e um ar de mistério sobre adentrar nessas instalações, o que contrastava com o que se via pela ilha em termos de urbanização.

³²² Diário de Pernambuco, 27 de janeiro de 1957.

³²³ Diário de Pernambuco, 13 de outubro de 1957.

³²⁴ Ofício do presidente da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (CMMBEU), 07 de junho de 1962.

O distanciamento de Noronha da realidade verificada na cidade do Recife dos anos 1950, por exemplo, leva-nos a pensar que o esquecimento imposto aos que lá residiam, seja temporariamente (como no caso dos militares e funcionários públicos que lá trabalhavam), seja permanentemente (aos que se encontravam no grupo da comunidade local e que seguiam o ritmo militar) não se restringia ao simples acesso ao continente brasileiro, mas à própria modernidade que era presenciada fora. O esquecimento não era apenas de caráter social, mas também um esquecimento imposto pelos quartéis, mantendo uma linha de vigiar. A base ‘americana’ pode ser tomada como o elemento de quebra dessa ordem militar brasileira e que, mesmo assim, não rompeu com a estrutura do secreto. Uma ruptura para se pensar na possibilidade de criar uma vila adequada à moradia e não mais casas sem estrutura sanitária, como as narradas em relatório da Escola Superior de Guerra (1960).

É preciso que saibamos que os militares brasileiros, administradores da Ilha de Fernando de Noronha da época, insistiam que “somente uma bandeira tremulará em qualquer ponto do arquipélago”. “O pavilhão brasileiro estará altivo, altaneiro, demonstrando a soberania da terra”.³²⁵ Também,

*mais do que as armas de uma pequena guarnição do Exército e de um reduzido destacamento da FAB, o espírito de patriotismo e renúncia de 1200 brasileiros que habitam o arquipélago mantém no meio do atlântico uma parcela viva da civilização brasileira e a presença efetiva da soberania nacional. E a nossa bandeira continua tremulando sozinha, no mastro do velho Forte dos Remédios, confortando o homem cordial que povoa as ilhas e lembrando aos que cruzam os seus céus e os seus mares que ali existe um pedaço de Brasil.*³²⁶

Para mostrar que era absoluta a soberania brasileira no arquipélago de Fernando de Noronha e desmentir as acusações levantadas pelos nacionalistas, principalmente os de cunho comunista, de que Noronha é “base de lançamento e interceptação de foguetes teleguiados”³²⁷, de caráter “profundamente antinacional”³²⁸, completava ainda a Folha do Povo.

Todos esses documentos utilizados mostram o quanto se desprende dos governos dos Estados Unidos e Brasileiro a cooperação militar na luta contra o comunismo, principal

³²⁵ Diário de Pernambuco, 30 de janeiro de 1957.

³²⁶ Diário de Pernambuco, 31 de maio de 1959.

³²⁷ Jornal do Commercio, 12 de fevereiro de 1957 – Deputado Federal Dagoberto Sales (PSD), em debate no Congresso a respeito da cessão da Ilha de Fernando de Noronha.

³²⁸ Folha do Povo, 04 de agosto de 1957 – SALVAR O NORDESTE DA OCUPAÇÃO MILITAR NORTEAMERICANA.

alvo nos planos de defesa dos Estados Unidos. “Hemisfério Ocidental”, “Estados da União”, “Mundo Livre”, “países capitalistas ocidentais”, pouco importa a definição dada ao bloco que compunha, juntamente com os Estados Unidos, uma oposição à União das Repúblicas Socialistas Soviética. O ponto em questão é: o Brasil, juntamente aos demais países da América Latina obedeciam à agenda de segurança proposta pelos norte-americanos. Ao conceder bases ao Exército estadunidense em território nacional, materializavam ações, tratados e decretos de assistência recíproca, arranhando a soberania nacional destes territórios latinos, bem como a salvaguarda dela.



Ilustração 20 – Imagens dos *Quonsets* que compunham as instalações da base de teleguiados. Os barracões em forma de iglus concentravam conforto e tecnologia. O ar condicionado, a máquina de lavar roupas e de refrigerantes acompanham os técnicos, inclusive com filmes. Nesta área, apenas americanos e *houseboys* podiam circular. APEJE-PE; hemeroteca; Diário da Noite, 22 de dezembro de 1959.

As obras de instalações da base norte-americana foram concluídas em dezembro de 1958. Orçadas em sete milhões de dólares, previa, inicialmente, construção em alvenaria, o que não foi realizado. Os construtores optaram em abrigar homens e equipamentos em barracas tipo *Quonset* (que são chamados, até hoje, pela população local de *iglus* – detalhe na ilustração acima) por motivo de baratear o custo dessas construções. Sob os olhos do comandante da base, tenente coronel Moody, cinco entidades trabalharam em conjunto para erguer a estrutura norte-americana: USAIF, que ficou responsável pelo comando militar; a USNAVY, pelo abastecimento e descarga do material proveniente dos Estados Unidos; RCA Victor (Radio Corporation of America) responsável por todo sistema de comunicação e a Pan American World Airways (PAA), a cargo da manutenção, abastecimento e controle de todos os aviões chegados na ilha.³²⁹ De todas as instalações norte-americanas, a MILS era a que despertava maior curiosidade por ser a área

³²⁹ Diário de Pernambuco, 14 de abril de 1958 – ALGUNS EQUIPAMENTOS JÁ ESTÃO SENDO TESTADOS NO ARQUIPÉLAGO.

responsável por toda a tecnologia de telemetria e comunicação para rastrear os mísseis lançados de Canaveral. Ali se concentrava a imagem do secreto, que aguçava o mistério em torno da cessão da Ilha de Fernando de Noronha aos teleguiados.

O SEGREDO RONDA OS TELEGUIADOS (Top Secret):

A ideia do secreto era reforçada pelos jornais e revistas que circulavam no continente. As informações trazidas nos editoriais, a respeito da presença estadunidense na Ilha de Fernando de Noronha, causavam a impressão de que o Território Federal era comandado pelo governo dos Estados Unidos e, assim, área de segurança militar da marinha desses. O correspondente da Revista O Cruzeiro, Fernando Luiz Cascudo, em visita à ilha, no ano de 1958, relatava o que havia presenciado após alguns dias de estada:

*A impressão que no Recife se tem de que os americanos governam o Território, se desvanece minutos após descermos no aeródromo militar. O governo da ilha é efetivamente exercido pelo comandante da guarnição federal coronel José Francisco da Costa. Ele tem autoridade para, inclusive, ordenar a saída de qualquer americano que se comporte mal.*³³⁰

Talvez essas notícias, produzidas por alguns seguimentos da mídia, servissem de estratégia a uma propaganda que objetivava desconstruir um ambiente de segredo produzido por outros veículos de comunicação, de tendência esquerda comunista, cujos discursos em torno da base eram permeados de sentimentalismo e patriotismo. E “de um espaço cercado e fechado àqueles que não mantinham qualquer relação com o trabalho lá desenvolvido, passou a ser lugar secreto, proibido, espaço e área dos americanos”.³³¹

A ideia de “secreto e mistério”³³² era construída no continente como a imagem de uma base em que era vetada a entrada a qualquer brasileiro, em qualquer circunstância, atentando contra a soberania brasileira que lá poderia não mais existir. O transporte de material para “local desconhecido”³³³, bem como chegar “a paisana, certamente para facilitar seus movimentos e evitar a curiosidade”³³⁴, aguçavam ainda mais os discursos inflamados dos nacionalistas sobre o *entreguismo* do qual era acusado o governo brasileiro.

³³⁰ Revista O Cruzeiro, 20 de setembro de 1958.

³³¹ DA ROCHA LIMA, Janirza Cavalcante. *Nas Águas do Arquipélago de Fernando de Noronha*. Tese de doutoramento em ciências Sociais – São Paulo: PUC, 2000. pp 163-164.

³³² Folha do Povo, 07 e 13 de junho de 1959 – o jornal criava um ambiente de pânico e insegurança numa tentativa de desestabilizar as ações com relação ao ajuste, levando os continentais, ferrenhas críticas a esse.

³³³ Jornal do Comércio, 12 de abril de 1957.

³³⁴ Jornal do Comércio, 12 de abril de 1957 – A CESSÃO DA ILHA DE FERNANDO DE NORONHA.

Reforçado no conceito de que o arquipélago constituía “um poderoso trampolim estratégico do Pentágono de controle à rota de todos os engenhos disparados do Cabo Canaveral”³³⁵, como também de outros pontos do globo, acentuando ainda mais “o mistério que encontramos em torno dos chamados MILS”.³³⁶

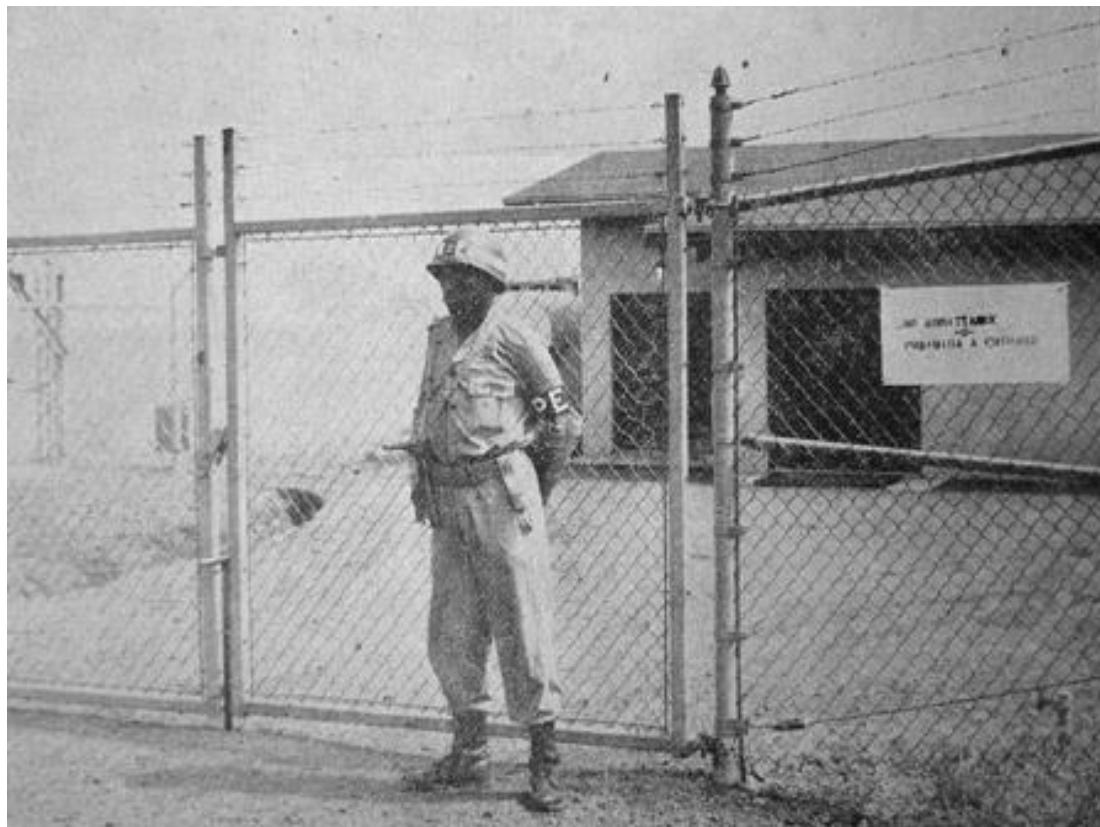


Ilustração 21 – Imagem da segurança em torno da área do Missile Impact System Center (MILS). Note-se que a guarda estava sendo executada por um soldado brasileiro e que encontrava disposto no Artigo 3º do Ajuste, cujas “referidas instalações ficarão sob comando de oficial brasileiro e na ilha de Fernando de Noronha continuará a ser hasteado exclusivamente o pavilhão nacional brasileiro”. APEJE-PE; hemeroteca; Diário da Noite, 01 de junho de 1959.

O MILS (Missile Impact System Center) era um grande barracão, cercado de tela de arame e com guarda permanente. Era proibida a entrada, a não ser com ordem do Ministério da Guerra do Brasil ou do Ministério da Defesa dos Estados Unidos. A explicação para a proibição era que se tratava de uma série de engenhos eletrônicos, muitos dos quais ainda em fase de experimentos, levando a Radio Corporation of America (RCA - empresa responsável pelo setor de comunicações seja de rádio, telegrafia, telemetria ou equipamentos eletrônicos) a usar de toda cautela para que os segredos de tecnologia não

³³⁵ Folha do Povo, 7-13 de junho de 1959 – notas de Cláudio Tavares, enviado especial.

³³⁶ Folha do Povo, 7-13 de junho de 1959 – A PRÓPRIA SITUAÇÃO RECLAMA DÚVIDAS E RESTRIÇÕES.

caíssem em mãos de concorrentes e estes conseguissem as patentes e as prioridades da tecnologia. “Segredos de tecnologia” que também configuravam o plano do mistério e que assinalavam a ilha como um laboratório a esses experimentos.

Contrariamente ao ambiente de sigilo (e mistério) que havia, tanto sobre a postura norte-americana frente a esse espaço eletrônico na ilha, quanto sobre o produzido nos jornais, o governador da ilha, Coronel Francisco da Costa (Coronel Costa) pensava que “Esse ar de mistério pode realmente levar até mesmo a conclusões disparatas, como a quase interdição da Ilha a pessoas estranhas e [daí] faz crescer a opinião de que a ilha seria uma base militar americana”.³³⁷

No entanto, havia todos os “indícios (...) de que a soberania brasileira no arquipélago é um fato (...) e de que ali não existe uma base norte-americana de operações a não ser de caráter técnico-científico”, completava o jornal com a entrevista realizada com o Coronel Costa³³⁸ enfraquecendo um argumento entreguista em torno do ajuste entre o Brasil e os Estados Unidos.

O Diário de Pernambuco, também, produzia um discurso *pró*-americano, ao publicar que não havia nada de sigiloso na base. “90% das instalações norte-americanas não são sigilosas nem tem relação direta com as experiências de projeteis, a exemplo da estação de meteorologia, que de extraordinário ela possui apenas a perfeição da aparelhagem”,³³⁹ contra-argumentando a idéia do *top secret*.

No mundo fora dos limites da Ilha de Fernando de Noronha, as discussões em torno da instalação norte-americana eram uma constante. Adjetivavam o governo de JK de “entreguista”, por permitir os “yankees” (no caso, os norte-americanos) tornarem a Ilha de Fernando de Noronha “base de uma potência estrangeira”³⁴⁰ “acolhidos pela malta de entreguistas de dentro e fora do governo”.³⁴¹ As dessemelhanças das falas em torno da cessão vai desde às acusações calorosas dos “nacionalistas” até o discurso apaziguador dos “entreguistas”.³⁴² Neste contexto, Vizentini (2003) explica que as fronteiras ideológicas definidas pela ESG e no liberalismo econômico acentuavam os interesses econômicos em

³³⁷ Folha do Povo, 7-13 de junho de 1959.

³³⁸ Idem.

³³⁹ Diário de Pernambuco, 04 de agosto de 1959.

³⁴⁰ Folha do Povo, 12 de fevereiro de 1957 – NENHUM SOLDADO AMERICANO EM NOSSO TERRITÓRIO. NENHUMA BASE ESTRANGEIRA EM NOSSO SOLO!

³⁴¹ Folha do Povo, 05 de janeiro de 1957 – NOVO E PODEROSO ELO NA LUTA CONTRA A ENTREGA DE FERNANDO DE NORONHA.

³⁴² ROLIM, Tácito Thadeu Leite. “Giram os Sputniks nas Alturas, Ferve a Imaginação nas Planuras”: a ciência e o bizarro no Ceará em fins da década de 1950. Dissertação de mestrado em História Social – Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2006. pp 163.

conformidade com a agenda de segurança dos EUA durante a Guerra Fria. A tentativa de autonomia buscada no cenário internacional por parte do Brasil, com a Operação Pan-Americana (OPA) criada por Juscelino Kubitschek, acabou sendo percebida por Washington como algo inaceitável, especialmente depois da Revolução Cubana.³⁴³

Contudo, talvez, essa noção do mistério, segredo e sigilo seja respondida na teoria levantada pelo Diário da Noite, cuja informação era construída na ideia de que o posto de Fernando de Noronha seria fechado, pois o Departamento de Defesa dos Estados Unidos declarava que o alto custo para manter a base não era proporcional aos valores gastos com equipamentos destinados a rastrear os experimentos balísticos.³⁴⁴ Ou seja, “os motivos são de ordem técnica e não político-militar”³⁴⁵, completava o Diário da Noite. Dos três equipamentos básicos de controle (como o Timeng e o radar Telemétrico), apenas um continuava funcionando: o MILS. “A operação para fechar o posto de Fernando de Noronha começou há um mês e até o momento as autoridades mantiveram sigilo em torno do assunto”, concluía a matéria.

Em rigor, podemos concluir que Fernando de Noronha se tornava um dos palcos da Guerra Fria quando ela era tomada enquanto poderosa base estratégica para a guerra “que os norte-americanos [pretendiam] manter contra seus inimigos soviéticos. E que nosso país [Brasil] está se prestando ao papel de trampolim”.³⁴⁶ A posição geoestratégica que a ilha, assim como o nordeste brasileiro, possuíam naquele tempo de guerra, era definido pelo General Antonio de Souza Junior como um exemplo ilustrativo de importância geoestratégica.

Até o fim da Segunda Guerra Mundial, a ilha maior, que lhe dá o nome [no caso, Fernando de Noronha], constituía, de fato, excelente “posto avançado” da defesa do nordeste brasileiro.

*Em termos de guerra moderna, contudo, a importância de Fernando de Noronha modificou-se profundamente. Afastada de 2600 a 3000 quilômetros da costa africana, a ilha esta hoje dentro de um raio de ação dos engenhos-foguetes ou mísseis balísticos de médio alcance, que sejam lançados de bases estabelecidas desde a Libéria até a África Ocidental Francesa.*³⁴⁷

³⁴³ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. In: FERREIRA & DELGADO. *O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*/ organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil Republicano; v3). pp. 197.

³⁴⁴ Diário da Noite, 03 de junho de 1959 – AMERICANOS SE PREPARAM PARA DEIXAR O POSTO DE TELEGUIADOS DE NORONHA.

³⁴⁵ Diário da Noite, 03 de junho de 1959 – O EQUIPAMENTO.

³⁴⁶ Folha do Povo, 07-13 de junho de 1959.

³⁴⁷ SOUZA JÚNIOR, Gen. Antônio de. *O Brasil e a Terceira Guerra Mundial*. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1959. pp. 301 – 318.

A Ilha de Fernando de Noronha se enquadra, enquanto símbolo da soberania brasileira, quando deixa de ser vista apenas como um lugar de “desterro” para servir enquanto lugar “estratégico-militar do corredor oceânico Natal-Dakar, em face de possível disputa do domínio de navegação marítima no atlântico pelos blocos em oposição [no caso, os comunistas e os capitalistas] na atual conjuntura política mundial [de Guerra Fria]”, emprestando a sua importância geoestratégica “na defesa e manutenção de nossas linhas marítimas e de nossa costa”³⁴⁸, na opinião da Equipe E da Escola Superior de Guerra (ESG). A instalação da base norte-americana era “um outro ponto que devia ser levado em consideração”³⁴⁹, já que “qualquer deslocamento de lançamento de teleguiados poderá dar novo valor estratégico ao Arquipélago”³⁵⁰, continuava os apontamentos levantados pela equipe da ESG no relatório militar produzido, cujo discurso era de quem não pretendia deixá-la desguarnecida.³⁵¹

Isolamento, esquecimento, transgressão e disciplina; pilares que caracterizam o cotidiano da Ilha de Fernando de Noronha desse tempo de Guerra Fria, podem ser tomados como pilares da teia social que configurava a Noronha dos ‘anos dourados’. A vinda desses americanos dava um novo sentido a esse cotidiano. Era o “milagre” americano que mudaria a vida deles³⁵² para melhor. E isso significava *dólar e trabalho*.

O dia-a-dia dos que estavam vivendo *o americano*, deixando-se influenciar pelas transformações que o estrangeiro provocava, em que “o dólar fácil, comprava tudo”³⁵³, seguia a dois extremos de conflitos e conveniências nos quais o elemento ianque era motivo de disputas. Contrariando alguns editoriais, não podemos afirmar que os Estados Unidos “nada fez” pelo Brasil, pois a história mostra que o governo juscelinista conseguiu contrapartidas significativas ao desenvolvimento do Brasil, como a construção de Brasília, a expansão do porto de Santos, usinas e siderúrgicas, construção de rodovias e melhoramento nas Forças Armadas e, por outro lado, altos índices de inflação. Contudo, a Ilha de Fernando de Noronha sempre esteve distante dessas revolucionárias reformas propostas pelo nacional-desenvolvimentismo de JK. As revoltas e a mudança política que

³⁴⁸ Relatório do Curso Superior de Guerra: *O Papel de Fernando de Noronha no Quadro da Segurança Nacional*, ESG (Escola Superior de Guerra), 1960. pp 14.

³⁴⁹ *Idem*.

³⁵⁰ *Ibidem*.

³⁵¹ *Ibidem*.

³⁵² O recorte do Diário de Pernambuco, de 1957, traz entre outras coisas a fala de um pescador a respeito dos americanos aportarem na ilha. Segundo ele, Noronha “não tem mais nada a dá. Até o nosso peixe dizem que não presta mais, e o Recife não quer mais comprá-lo. Só um milagre poderia salvar esta ilha. Esse milagre será a vinda do americano. O dinheiro vai correr solto e muita gente vai ter onde trabalhar”.

³⁵³ Diário de Pernambuco, 30 de janeiro de 1957.

se encaminharam ao seu governo não tiveram eco no cotidiano da ilha, como a vitória de Jânio a presidência, em 1961, a ascensão de Jango a presidência em 1962 e a tomada do poder pelos militares, em 1964.

Deste modo, qual o discurso vencedor? É uma das celeumas abertas diante das múltiplas faces produzidas pelos debates oficiais em contrapartida a exemplos de leituras que foram feitas do “americano” pelos ilhéus, que os tomavam como o “milagre” que mudaria a vida dos que habitavam a ilha para melhor, pois “o dinheiro vai correr solto e muita gente vai ter onde trabalhar”.³⁵⁴ Nas diversas matérias de jornais que ora alertavam contra a presença estrangeira, pelo “caráter profundamente antinacional o ajuste (...) pelos belicistas yankees”³⁵⁵; ora tentando reproduzir o estrangeiro como aliado preocupado com a segurança e soberania brasileira “em face dos princípios de solidariedade interamericana”.³⁵⁶ A trama social, econômica e afetiva que envolvia brasileiros e estrangeiros dentro da Ilha de Fernando de Noronha estava distante das discussões da diplomacia e dos debates contra ou a favor da cessão de Noronha.

Contudo, a Ilha de Fernando de Noronha se prestou ao papel de aliança a uma relação conturbada entre o Brasil e os Estados Unidos, em que ambos os lados objetivavam a garantia de seus interesses que passavam de um lado, pela manutenção do imperialismo pelo mundo, garantido através dos acordos que legitimavam as áreas de influências, onde o Brasil figurava como expoente; e de outro, como um recurso que garantiria o desenvolvimento e a inserção definitiva do país no mundo capitalista.

³⁵⁴ Diário de Pernambuco, 27 de janeiro de 1957 - para um pescador entrevistado pelo jornalista Fernando Luiz, do Diário de Pernambuco.

³⁵⁵ Folha do Povo, 04 de agosto de 1957.

³⁵⁶ Jornal do Comércio, 28 de dezembro de 1956 – MACEDO DE SOARES FALA SOBRE O ACORDO DE FERNANDO DE NORONHA.

CAPÍTULO 3º – DE CANAVERAL AO ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO: ESTRANGEIROS PASSAM DEIXANDO O PROGRESSO?

*Estas em vossa casa.
Este é o lugar dos americanos.*³⁵⁷

Nos dois capítulos anteriores, o arquipélago de Fernando de Noronha se inseria na história das relações entre o Brasil e os Estados Unidos pela funcionalidade estratégica à defesa e à segurança intercontinental. Para tanto, os Estados Unidos o toma como um dos imperativos à segurança continental das américas. A Segunda Guerra Mundial trouxe à tona a importância de tal relação na geopolítica internacional do arquipélago na medida em que Noronha “era uma importante base aeronaval do hemisfério sul”.³⁵⁸ De fato, a operacionalidade de guerra o tornava um ponto importante às rotas atlânticas, em que a garantia deste território assegurava vigilância constante dentro, mas também, para o próprio Oceano Atlântico. Por outro lado, o cenário político de combate ao expansionismo comunista, no qual encontravam-se incluídos Brasil e Estados Unidos, acentuava a preocupação desses com a ocupação militar do arquipélago. Com ela, materializavam-se os compromissos de intervenção assumidos pelo Brasil junto aos Americanos.

Terminada a guerra, configurando-se o cenário pós-guerra, principalmente quando o governo de Truman e o governo russo de Stalin direcionavam a disputa entre os blocos capitalistas e comunistas, novamente o arquipélago de Fernando de Noronha se encontrava em um novo sistema internacional (e de hegemonia americana³⁵⁹), só que dessa vez, determinado pela chamada Guerra Fria.³⁶⁰ Contudo, neste momento, a tecnologia

³⁵⁷ Diário de Pernambuco, domingo, 08 de janeiro de 1956 – Embaixador Túlio César Delgado, presidente do conselho da OEA, em discurso de boas vindas, em Washington DC, ao presidente eleito Juscelino Kubitschek, elogiando a contribuição do Brasil ao sistema interamericano de segurança.

³⁵⁸ VIEIRA, Pontes. *Reorganização administrativa e desenvolvimento planificado de Fernando de Noronha*. – Departamento Administrativo do Serviço Público e Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. – serviço de documentação do DASP (seção de publicações). Departamento de Imprensa Nacional, RJ, 1958. pp 12.

³⁵⁹ TELO, Antônio José. *Do tratado de Tordesilhas à Guerra Fria: reflexões sobre o sistema mundial*. Blumenau: FURB, 1996. - O poder hegemônico dos EUA se baseia numa evidente concentração anormal de força em todas as vertentes. Saídos da guerra com uma capacidade industrial superior ao do resto do mundo reunido, com uma moeda e finanças que se tornavam a base do comércio mundial, com uma balança comercial altamente positiva e como credor dos outros países envolvidos no conflito, o poder americano era imenso. E este patamar qualitativo claramente superior dava aos EUA o monopólio das armas nucleares até 1960-1963. pp. 115.

³⁶⁰ DIAS JÚNIOR, José Augusto & ROUBICEK, Rafael. *Guerra Fria, a era do medo*. (Coleção História em Movimento. 2ª edição, São Paulo: Ática, 1999. pp 07 - Fruto da bipolaridade que marcou a política internacional no período pós Segunda Guerra Mundial, manteve o mundo em estado de perigo iminente de guerra mundial, pois tanto os EUA quanto a URSS, sobretudo o lado norte-americano, defendiam a idéia de

desenvolvida com as experiências balísticas por ambos os países, era o imperativo de controle, e o arquipélago de Fernando de Noronha, considerado “um porta-aviões ancorado em pleno Oceano Atlântico para controlar e garantir o acesso aos céus e às terras do Brasil”³⁶¹, novamente era tomado como pontos importantes à segurança do Atlântico, especificamente do Atlântico Sul (zona abaixo da linha do Equador entre o leste da costa da América do Sul e oeste da Costa Africana, se estendendo até o Continente Antártico, incluindo as Ilhas Malvinas e atendendo ao que estava disposto no TIAR). Portanto, comporia o desenvolvimento balístico intercontinental americano disputado com a União Soviética, que sairá à frente. Quando se pensou em estabelecer uma estação para o monitoramento e rastreio dos mísseis teleguiados em território brasileiro, apontada como necessária para o planejamento de defesa interamericano, houve quem “supuzesse e reclamasse”³⁶² que isso importava em abdicar parte da soberania brasileira, já que a presença americana fazia supor ato de posse do território. A medida resultante do estreitamento das vínculos entre Brasil e Estados Unidos vinculava-os a uma linearidade política e de defesa que a própria geografia do arquipélago de Fernando de Noronha engendrava.³⁶³

No entanto, não pretendemos universalizar a opinião de que o arquipélago se prestava apenas, e exclusivamente, enquanto defesa e segurança atlântica neste momento de Guerra Fria. Não é essa a intenção aqui. Buscaremos apontar que o arquipélago se colocava, enquanto um dos instrumentos, como contrapartida do desenvolvimento desejado pelo governo brasileiro de Juscelino, já que com a assinatura do “Tratado de Fernando de Noronha”³⁶⁴, o Brasil receberia cem milhões de dólares em material para reequipar suas Forças Armadas.³⁶⁵ A disputa entre União Soviética e Estados Unidos forçava aos países a se definirem como área de influência/cooperação por um dos dois blocos hegemônicos. Nesse sentido, ambos passam a comungar dos mesmos discursos e práticas, como forma de demarcar esse alinhamento a um e outro, como garantia de

que apenas a constante ameaça de um confronto nuclear e o conseqüente extermínio das partes em conflito poderia garantir a paz mundial. Dentro dessa lógica, a paz seria impossível. Não foi travado um conflito armado direto entre os dois Estados, mas o confronto ocorreu por meio da intimidação, de boicotes econômicos, espionagem, propaganda, diplomacia.

³⁶¹ VIEIRA, pp. 12.

³⁶² Jornal do Comércio, 20 de julho de 1962.

³⁶³ TAVARES, General A. de Lyra. *Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Ministério da Guerra, 1958. pp 163.

³⁶⁴ Fundação Getulio Vargas (FGV) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Dossiê Os Anos JK. Coordenação geral: Suely Braga da Silva. <http://www.cpdoc.fgv.br>.

³⁶⁵ Idem.

salvaguarda de soberanias, muitas vezes confundidas por entre os discursos de ingerência político-econômico nos países a cada bloco alinhados, principalmente os considerados subdesenvolvidos. Oficialmente, a América Latina se enquadra na via estadunidense. Fato que não pode ser tomado literalmente, nem ser extensivo a todos os cidadãos, internamente, posto que houvesse contradições, rejeições, críticas e desconfianças por parte dos habitantes, que se opunham a qualquer tentativa de sujeição a outro e qualquer povo. Até por que ainda existiam os simpatizantes do credo vermelho, mesmo com toda a carga ideológica contrária a essa tendência sendo disseminada no território nacional pelo governo. Configuram-se nesse nicho os adeptos do comunismo, que eram alvos de perseguições por parte da polícia e do governo.

O que está sendo mostrado desde os capítulos iniciais desse trabalho, e que se estende nesta última parte, é como o arquipélago de Fernando de Noronha se prestava como argumento nas exposições *pró e contra* a presença dos americanos no cenário brasileiro, enquanto instrumento de negociação (melhor dizendo, barganha) ao desenvolvimento do país, tornando-se um dos palco da Guerra Fria pelo alinhamento à política de defesa, segurança e desenvolvimento dos Estados Unidos para o restante do Continente Americano, numa tendência ao pensamento da Doutrina Monroe: “América para os americanos”; mas, específica para os americanos originário do *United States of America*, tendo o comunismo como um dos seus piores inimigos (ou quem sabe obstáculos a expansão norte-americana na economia da América latina). Neste cenário político-militar da relação Brasil-Estados Unidos, o arquipélago de Fernando de Noronha continuava a ser o *lugar* dos americanos.

O funcionamento da base de rastreio dos mísseis teleguiados norte-americanos na Ilha de Fernando de Noronha deu-se em 1958. Iniciavam-se as atividades desenvolvidas pelo efetivo de 90 americanos que se restringia a monitorar e coletar dados obtidos a partir dos lançamentos realizados no centro de prova na Flórida - Cabo Canaveral. A história do Cabo Canaveral marca o início das pesquisa científicas espaciais e do Programa Norte-americano de Foguetes Intercontinentais, desenvolvido pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, com atraso de 4 anos em relação aos russos. Não obstante, em pouco tempo, os norte-americanos os superariam em níveis técnicos. De Canaveral, Flórida, “partiria boa parte de tudo que estava sendo testado de uso militar e científico, nos Estados

Unidos”³⁶⁶, segundo o historiador Tácito Rolim. Os teleguiados cruzavam o Atlântico em “velocidades fantásticas de alcance”.³⁶⁷ Numa noite de novembro, o Atlas Nº 15, um dos exemplares militares americanos considerado o mais poderoso Míssil Balístico Intercontinental (ICBM),

*depois de contar 294 segundos, achava-se em plena trajetória para atingir o seu alcance total. Depois de cerca de 28 minutos, sua ogiva voltou-se para a superfície da terra, perto da ilha de Ascensão, no Atlântico Sul, a uma velocidade de mais de 25.000 quilômetros por hora. Quando finalmente atingiu o oceano, achava-se a mais de 10.000 quilômetros de Cabo Canaveral.*³⁶⁸

Atente-se que não foi apenas para fins militares que o Cabo Canaveral contribuiu à sociedade estadunidense. Com as pesquisas que estavam sendo realizadas, os Estados Unidos ampliaram seus conhecimentos sobre a tecnologia de comunicação, “especialmente com a construção de equipamentos miniaturizados. A fotografia espacial foi outro setor consideravelmente beneficiado com a construção de máquinas gigantes”.³⁶⁹ Em fins de 1959, a maior parte dos foguetes norte-americanos da primeira geração (Matadores, Snarks, Bomarcs, Redstone, Jupiter, Thors, Atlas, Polaris e Titans) podia considerar-se já aprovada, demonstrando que a exploração do espaço estava prosseguindo num ritmo que apenas há três anos atrás teria sido julgada impossível. Em poucos anos, o Cabo Canaveral “evoluiu de uma modesta instalação para experiências com foguetes, no mais importante porto espacial do mundo livre”³⁷⁰, abrindo caminho para a conquista do espaço, anos depois, com o lançamento do homem à lua.

O Arquipélago de Fernando de Noronha, cercado por um mundo de tecnologia, era um coadjuvante ao monitoramento dos mísseis americanos, sendo superado em 1959, pela ilha (Britânica) de Ascensão. O MILS (*Missile Impact System Center*), que era velado no segredo (como relatado no capítulo 2), era responsável pela tecnologia de comunicação que a Radio Corporation of America (RCA Victor) vinha testando, e fazia parte do sistema de programa de comunicação desenvolvida pelo Cabo Canaveral, em que era possível projetar a milhares de quilômetros da costa, o inimigo.

³⁶⁶ ROLIM, op cit. pp. 71.

³⁶⁷ Jornal do Comércio, 04 de dezembro de 1957 – O SNARK NORTE-AMERICANO.

³⁶⁸ SHELTON, William Roy. *Largada para o infinito*: história do Cabo Canaveral. São Paulo: Fundo de Cultura S.A., 1963. pp. 58.

³⁶⁹ Idem, pp. 120.

³⁷⁰ Ibidem, pp. 127.

É certo que o “progresso” chegava à Ilha de Fernando de Noronha. Um progresso ameaçador, posto que nenhuma das nações envolvidas cedesse seu espaço aéreo, terrestre e marítimo para que outra nação fizesse operações experimentais de guerra. Não foi á toa que Cuba, mais tarde, foi “escolhida” pela Rússia para sediar uma base de lançamentos contra os EUA, objeto, inclusive, de uma quase 3ª Guerra (com a crise dos mísseis, em 1962) para fazer ou servir ao mesmo papel de Noronha, beneficiando ao lado russo, mantendo permanentemente mísseis voltados para interceptar os americanos. Na Ilha de Fernando de Noronha

*a base norte-americana dá realmente uma idéia exata do dinamismo da **era dos foguetes**” (...) a fisionomia verdejante da ilha se transforma a cada instante. “Fernando de Noronha de outrora perdeu seu ar bucólico e os mumbebos que cobrem os céus da ilha (...) tem de dividir os espaços com as hélices velozes dos quadrimotores que chegam anunciando uma nova era.”³⁷¹*

Um mundo de tecnologia era relatado pelo Diário de Pernambuco. O clima de esperança com o americano, que significava também “dolar e trabalho”³⁷² para o “pacato morador da ilha”³⁷³, para o Brasil significava problemas na relação que teria com os Estados Unidos nos anos finais do governo de JK. As obras da base foram concluídas em dezembro de 1958, e marcam também as tensões entre o governo de Juscelino Kubitschek e a política de Washington nas relações com o FMI.

O ano de 1959 começava, para o governo do presidente JK, com um país cercado de problemas na área social e no desenvolvimento econômico. Perspiscas orador, o desenvolvimentismo que Juscelino adquiriu durante os dois primeiros anos do seu governo não foram suficientes para reverter os rumos que a política econômica tomara para o desenvolvimento do Brasil. A desaceleração da economia e do desenvolvimento faziam desmoronar o sonho de desenvolver os *50 anos em 5*, na mesma intensidade que faziam crescer os índices de inflação. As remessas de lucros para o exterior eram um dos fatores do déficit brasileiro. Moniz Bandeira (2007) aponta que mais de 10 bilhões de dólares saíam do país e a relação que o Brasil de JK tinha com o FMI deixava a desejar. Kubitschek ainda esperou por um empréstimo de 300 milhões de dólares que havia

³⁷¹ Diário de Pernambuco, 15 de abril de 1958. **Grifo meu.**

³⁷² Jornal do Comércio, 29 de janeiro de 1957.

³⁷³ Jornal do Comércio, 29 de janeiro de 1957.

pleiteado aos Estados Unidos e cuja liberação dependia do parecer do FMI. Contudo, a influência americana nessa instituição fez atrapalhar essa concessão.³⁷⁴

A oposição brasileira, na política interna, tornou-se mais agressiva e Kubitschek ficou no centro dos ataques que partiam de todas as direções. “Por todos os cantos, o que víamos era uma massa de descontentes”.³⁷⁵ Os últimos dois anos da gestão de JK também presenciavam o início da radicalização política no campo, potencializada pelas observações dadas pelos estrangeiros (no caso, americanos) de que o nordeste brasileiro tinha sido declarado “área de alta prioridade”³⁷⁶, “encarando a região como um importante problema de segurança”.³⁷⁷ As reivindicações de terra e maiores salários para os camponeses, segundo o historiador Thomas Skidmore (1975), eram os dois motivos principais para o “despertar político das massas do campo”.³⁷⁸ Dos poucos investimentos que vinham para o Brasil, era a região nordeste que mais sofria por recebê-los. Segundo Joseph Page (1972), em sua obra: *1964 - a revolução que nunca houve*, vê-se que desde 1950 até a Revolução Cubana, o auxílio dos Estados Unidos ao Brasil constou de simples assistência técnica, sob o programa do Ponto IV, e, ocasionalmente, de empréstimos para o desenvolvimento. O nordeste brasileiro recebera uma “pequeníssima” parcela deste “modesto esforço”³⁷⁹, uma das *razões de ser*, para que isso acontecesse, era que o nordeste “era uma causa perdida e que não se deveria desperdiçar ajuda com aquela região”.³⁸⁰

A Revolução Cubana foi determinante para a mudança de comportamento de Washington frente a América Latina. As tensões (preocupações) de que a União Soviética conseguisse se infiltrar no continente faziam da visita de Eisenhower, em fevereiro de 1960, uma jogada política para fortalecer os compromissos que o Brasil tinha com os Estados Unidos no combate ao comunismo, e consequente retaguarda contra o regime de Fidel Castro na América Latina. Para isso, era necessária a liberação de dólares destinados a programas de assistência social. Em maio de 1960, foram liberados 47.700.000 milhões de dólares à América do Sul e mais 500 milhões ao Fundo de Progresso Social³⁸¹, criado para o desenvolvimento latino e que tinha como supervisão a USAID (via o programa

³⁷⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 541.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972. pp. 154.

³⁷⁷ Idem, pp. 93.

³⁷⁸ SKIDMORE pp 227.

³⁷⁹ PAGE, pp 87.

³⁸⁰ Idem, pp 88 - Na opinião dos oficiais brasileiros que tinham acesso à Embaixada Americana.

³⁸¹ MONIZ BANDEIRA, pp 545.

Aliança para o Progresso), cuja instituição entraria em desacordo com a SUDENE³⁸², contribuindo significativamente para a atmosfera de hostilidade que logo obscureceu as relações entre os Estados Unidos e o Brasil no Nordeste, segundo Joseph Page (1972).

Antes de prosseguir com as reflexões, porém, faz-se mister destacar o seguinte: este capítulo não tem a intenção de detalhar a atuação da USAID e da Aliança para o Progresso (Alpro) no Brasil, posto que demandaria um novo trabalho só para essas duas temáticas. Mesmo tendo como resultado assertivas importantíssimas para o estudo da relação entre Brasil X Estados Unidos, o que será dissertado é o fim do governo juscelinista e o término do Ajuste de Cessão da Ilha de Fernando de Noronha aos Estados Unidos. No entanto, podemos apontar, mesmo que superficialmente, que a partir de 1962, um ano depois de assinado o programa Aliança para o Progresso (Alpro), em Punta del Este (agosto de 1961), a presença norte-americana no Nordeste tornou-se bastante significativa, justificada na “instalação de uma grande missão da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Recife.”³⁸³ A Aliança para o Progresso destendia milhões em ajuda e assistência ao desenvolvimento da região nordestina desde o setor da educação (“3 BILHÕES DA ALIANÇA PARA A EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE”, JC-02/12/1962), à construção e modernização de rodovias (“100 MILHÕES DE DÓLARES DA ALIANÇA PARA AS RODOVIAS BRASILEIRAS”, JC-08/08/1962), incluindo a construção de 8.500 casas populares no bairro Alto Jordão-Recife (“160 MILHÕES DE DÓLARES PARA CASAS”, DP-30/08/1962). Foi o preço recebido em troca da cessão do Território Nacional para as operações estratégicas bélicas dos EUA em sua política armamentista na Guerra Fria, “excelente exemplo do princípio de autoajuda que sintetiza o verdadeiro espírito da Aliança”³⁸⁴, relatava o coordenador da Alpro, o economista Teodoro Moscoso.

³⁸² Criada em 1959, tinha como objetivo, promover e coordenar o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil.

³⁸³ PAGE, pp 151.

³⁸⁴ Diário de Pernambuco, 30 de abril de 1962 – ALIANÇA E BID NO MESMO PLANO.



Ilustração 22 – Recortes de jornais contendo propaganda *pró assistência norte-americana* a partir das verbas originárias da Alpro (Aliança para o Progresso). Fundo SSP/DOPS/APEJE prontuário nº 5387. Diário de Pernambuco, 02 de dezembro de 1962 e Jornal do Comércio do dia 03 de outubro e 14 de novembro de 1962.

O anúncio, nos finais de 1959, que os americanos abandonariam a Ilha de Fernando de Noronha devido ao programa de tecnologia dos balísticos superar a necessidade da base de rastreamento, não alteraria o auxílio militar norte-americano ao Brasil, como também não alteraria o direcionamento adotado pelo governo brasileiro frente às decisões do departamento de Estado Americano nos Fóruns Internacionais (ONU) e interamericanos (OEA), mesmo que o Itamaraty estivesse restabelecendo o intercâmbio comercial com a URSS.³⁸⁵ O fechamento da base coincidia, portanto, com um panorama político de desenvolvimento brasileiro “assustador”, segundo Moniz Bandeira (2007) e Joseph Page (1972). O clima político era tenso e a pressão para produzir resultados era uma constante.³⁸⁶ Além do mais, o inconformismo com a política desenvolvimentista do governo juscelinista e a insatisfação das massas com a postura tomada pelo governo, com o plano para conter a inflação e também com a questão rural, generalizava-se e polarizava as oposições, tanto na esquerda, quanto na direita. As antigas rivalidades com JK eram reativadas, com Otavio Mangabeira e Carlos Lacerda. A inflação que estava arruinando a economia brasileira tornava imperativa uma ação rápida e decisiva nos projetos de ajuda.

³⁸⁵ MONIZ BANDEIRA pp 543.

³⁸⁶ PAGE, pp 153.

“A situação chegou a tal ponto que o vice-presidente João Goulart aconselhou JK a entregar o poder às Forças Armadas”³⁸⁷, assinala Moniz Bandeira (2007).

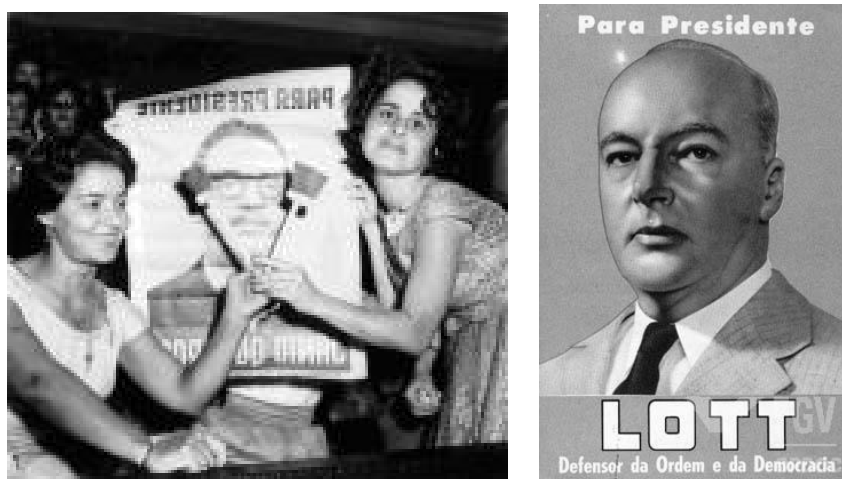


Ilustração 23 – Imagens da propaganda que circulou durante campanha de Jânio Quadros e Lott à presidência da República. Ambos utilizavam a Democracia como slogans. CPDOC/FGV; Dossiê Os Anos de JK.

Nas eleições para a escolha do sucessor de Juscelino, Henrique Teixeira Lott e Jânio Quadros se apresentavam como os candidatos do *nacionalismo* brasileiro, carregados de discursos contra os Estados Unidos. Lott contava com o apoio firme e decidido dos trabalhistas e dos comunistas, que o apontavam como o símbolo do nacionalismo. Jânio Quadros, sustentado pela oligarquia econômico-financeira e pelas correntes mais reacionárias do país, “apelou para o prestígio da Revolução Cubana e o crescente fascínio que ela exercia nas massas”.³⁸⁸ A eleição não era apenas uma eleição para presidente “ela se vestia de uma investidura de árbitro” frente ao impasse do desenvolvimento brasileiro pela qual sofria a classe dominante.

Para enfatizar ainda mais a sua candidatura e ser tomado como o representante do nacionalismo brasileiro, Jânio Quadros tomava o Ajuste de Cessão do arquipélago de Fernando de Noronha aos americanos como um forte argumento contra o seu opositor (e já Marechal) Henrique Teixeira Lott. Acusava-o de ter sido um dos responsáveis pela “entrega” de Fernando de Noronha aos norte-americanos: *já que “dizem que não sou nacionalista; mas não fui eu que entreguei Fernando de Noronha aos norte-americanos”*³⁸⁹, apontava categoricamente Quadros.

³⁸⁷ MONIZ BANDEIRA, pp 545.

³⁸⁸ Idem, pp. 546.

³⁸⁹ MONIZ BANDEIRA, pp. 547.

Eleições realizadas em 03 de outubro de 1960, saía como vitorioso o candidato da UDN, Jânio Quadros. A partir de então, observaremos uma relação que, aos olhos do governo de Washington, era “duvidosa e conturbada”. Ao assumir a presidência, Jânio recebia uma “pesada herança” do governo de JK: déficit no balanço de pagamentos de 410 milhões de dólares; dívida externa de 3,8 bilhões de dólares e inflação superior a trinta por cento ao ano em 1959 e 1960 (o dobro da média anual).³⁹⁰ Apregooou uma política externa de “independência” ao “compasso de Washington”, como fim de barganhar com os Estados Unidos. “Uma política menos pró-americana do que qualquer presidente brasileiro desde à segunda guerra”.³⁹¹ Moniz Bandeira (2007) traz que mesmo contrariando a orientação de Washington, Jânio Quadros reacende a discussão sobre a entrada da República Popular da China na ONU e o reatamento das relações com a União Soviética (embora tal fato nunca tivesse se concretizado).³⁹² Contudo, o momento não era um dos mais favoráveis ao lançamento de uma política externa “independente” com o hemisfério ocidental, vez que a Guerra Fria nas Caraíbas esquentara com o fiasco da invasão da Baía dos Porcos (em Cuba), forçando o governo dos Estados Unidos a decidir-se pelo isolamento cubano.³⁹³ Este fato condicionara os norte-americanos a se voltarem aos problemas nordestinos, posto que essa região, que se encontrava em uma ebulição político-social, não viesse a tornar-se uma nova Cuba.

A reponsabilidade para que o programa assistencialista norte-americano obtivesse sucesso ficava a cargo da USAIF. Significava, segundo Joseph Page (1972) “que eles poderiam agora começar a combater diretamente a ameaça comunista identificada no nordeste”, no meio rural.³⁹⁴ Principalmente com a expansão e organização que Julião estava proporcionando com as Ligas Camponesas. “As ligas mereciam uma atenção”.³⁹⁵ Era um “atentado” às nações consideradas “democráticas” e à materialização da expansão soviética no nordeste brasileiro, para alguns grupos comunistas. Vale lembrar que Francisco Julião, quando Deputado Federal em 1957, era um dos que declaravam a cessão da Ilha de Fernando de Noronha aos Estados Unidos uma “alienação miserável de um pedaço do solo pátrio aos colonialistas norte-americanos, fazendo-lhes o jogo guerreiro”.³⁹⁶

³⁹⁰ AYERBE, pp. 139.

³⁹¹ SKIDMORE, pp. 245.

³⁹² MONIZ BANDEIRA, pp. 557.

³⁹³ SKIDMORE, pp 245.

³⁹⁴ PAGE, pp 94.

³⁹⁵ PAGE, pp 66.

³⁹⁶ Folha do Povo, 24 de abril de 1957.

A frente da ligas camponesas, Julião iria proporcionar outras discussões, como a questão da terra (Reforma Agrária).



Ilustração 24 – Imagem da comemoração do Sete de Setembro promovido pelas Ligas Camponesas na cidade de Recife, em Set de 1960. Agência o Globo. CPDOC/FGV/Dossiê Os Anos de JK.

O caráter “nacionalista” da política externa de Jânio Quadros era identificado como o antiamericanismo, principalmente no que se referia à Cuba e, também, quando a UDN, através de Carlos Lacerda, o identificava como um populista de esquerda.³⁹⁷ Após a reunião em Punta Del Este, em que se firma o Programa Aliança para o Progresso, e contrariando setores importantes dentro do país, “Guevara, em visita de cortesia a Jânio, era condecorado com a Grã-Cruz do Cruzeiro”³⁹⁸ (maior título concedido pelo governo brasileiro), materializando a sua deposição. O título concedido a Che Guevara por Janio era visto como um atentado à soberania brasileira, momento este em que se vivia o ápice da instabilidade política de seu mandato. A renúncia de Janio Quadros levava ao poder o vice João Goulart. Com isso, aumentava os receios quanto aos rumos do Brasil, vez que, na ótica dos opositores da política desenvolvimentista (UDN, militares conservadores, e Estados Unidos), o governo estava em mãos comunistas. “Essencialmente oportunista”³⁹⁹ para a CIA, Goulart tentava se apoiar nos setores políticos e sindicais favoráveis às mudanças estruturais. O desenrolar dos acontecimentos e da relação do Brasil com os

³⁹⁷ SKIDMORE, pp. 248.

³⁹⁸ Folha de São Paulo, Domingo, 20 de agosto de 1961.

³⁹⁹ AYERBE, pp 141.

Estados Unidos acarretou a sua deposição em 31 de março de 1964, encerrando o Brasil a um realinhamento à política intervencionista norte-americana.⁴⁰⁰

Diante desse panorama político em que o Brasil se via inserido, a base de rastreio na Ilha de Fernando de Noronha era desativada. O ajuste de cessão se encerrava no dia 20 de janeiro de 1962, simbolizando uma outra dinâmica para a Guerra Fria, “marcada pelo desenvolvimento de centros regionais autônomos, cujo peso relativo a essa transformação, se encontrava no equilíbrio nuclear e na capacidade de se destruírem mutuamente várias vezes”, como aponta Antônio Telo (1996).⁴⁰¹ É a partir de 1962 que a assistência americana à América Latina se encontrava como a solução mais possível à contenção do comunismo, especialmente, o de Fidel.

A SALVAGUARDA DA SOBERANIA BRASILEIRA:

Como podemos observar, o Brasil estava prestes a explodir frente à ebulição social que o cenário político desenhava durante os anos de 1959 a 1962, influenciado pela relação conturbada do Brasil com o FMI e com o governo norte-americano. “Um barril de pólvora” em direção ao comunismo que, a qualquer minuto, poderia explodir. A região nordeste, condensava as pré-condições favoráveis a um levante popular, uma vez que detinham de péssimas estruturas sócio-econômicas e altíssimo grau de miséria e pobreza.⁴⁰² O acordo militar sobre o ajuste de cessão da Ilha de Fernando de Noronha se encontrava em vigor. Fernando de Noronha, mais do que nunca, em 1959, era militarizada. A revolução de 1959, na Ilha de Cuba, potencializava ainda mais a funcionalidade do Arquipélago brasileiro. A base de teleguiados instalada em Noronha era um ponto estratégico de vigilância permanente para as manobras bélicas cubanas, implantada pela União Soviética, cujas ogivas estavam voltadas diretamente para a Flórida (Cabo Canaveral) e Washington DC (capital estadunidense), caso os americanos tentassem alguma invasão à Ilha de Cuba. Isso é comprovando quando, na noite do dia 17 de outubro de 1962, “o U-2 flagra novos mísseis soviéticos em Cuba – desta vez, são SS-5 de longo

⁴⁰⁰ AYERBE, op. cit. pp 140-143.

⁴⁰¹ TELO, op. cit. pp 129.

⁴⁰² O Diário de Pernambuco, em 30 de agosto de 2006, publicou em seu caderno DOCUMENTO, 16 páginas sobre esse cenário político social vivido pela “região mais pobre do hemisfério”, como se refere o repórter Vandeck Santiago (autor da matéria). Fala, também, a respeito do plano de Kennedy para desenvolver o Nordeste.

alcance. Armas capazes de atingir praticamente qualquer ponto no território americano”.⁴⁰³ Sean Purdy (2008) mostra que alguns documentos liberados só agora pelo governo americano, revelam que os líderes políticos e militares dos Estados Unidos, incluindo os irmãos Kennedy, estavam realmente dispostos a iniciar um conflito nuclear. A guerra só não ocorreu porque EUA e URSS acabaram por negociar uma saída que definia, através de um acordo entre o presidente americano John F. Kennedy e o presidente soviético Nikita Krushev, a retirada dos mísseis de Cuba em troca de que os Estados Unidos não mais a invadiriam.⁴⁰⁴ “Dias depois [24 de outubro], os EUA decretam bloqueio naval a Cuba e, em novembro, John Kennedy anuncia o fim da crise dos mísseis em Cuba, pois as bases soviéticas de lançamento de mísseis eram fechadas”.⁴⁰⁵ Na base americana instalada na Ilha de Fernando de Noronha, o cenário de Guerra Fria servia como um ponto de alerta e vigília ante a ameaça real de lançamento de mísseis contra a nação americana. Até que fosse resolvido (ou apaziguado) o problema cubano, o argumento do combate ao comunismo se intensificava.

Como havia narrado no capítulo dois, os pactos “contra o comunismo e pela liberdade”⁴⁰⁶ vinham sendo dispostos desde o ano de 1947, quando, no Rio de Janeiro, era assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Os anos de 1948 (Conferencia de Bogotá), 1949 (IV Reunião de Washington) e 1952 (Acordo Militar Brasil - Estados Unidos), apenas garantiriam a legitimidade ao combate dessas ideias e, por tabela, o controle da expansão da ofensiva russa na América Latina. A segurança desses territórios fazia da relação Brasil - Estados Unidos alvo de preocupações por parte de alguns militares brasileiros. Especificamente aqueles que se encontravam na ilha eram alvo de críticas por parte dos nacionalistas, que ainda patrocinavam uma campanha contra a presença norte-americana no arquipélago de Fernando de Noronha. Para esses a segurança do território brasileiro estava ameaçada. Mas entendendo que a segurança do território

é o princípio elementar da defesa da soberania dos Estados, pois as fronteiras nacionais delimitam, objetivamente, o campo de ação das suas outras atividades de segurança e definem, geograficamente, as suas responsabilidades e os seus

⁴⁰³ Revista Veja na História, outubro de 1962 – CRISE DOS MISSÉIS.

⁴⁰⁴ PURDY, Sean. *O século Americano*. In: KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos: das origens ao século XX/ - Leandro Karnal... [et al.]. 2. ed., 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2008. pp. 240.

⁴⁰⁵ Folha de São Paulo, 14 de outubro de 1962.

⁴⁰⁶ Diário de Pernambuco; sexta-feira; 02 de março de 1956 – ACIMA DA POLÍTICA, NO COMBATE DO COMUNISMO - DECLARAÇÃO DE EISENHOWER.

*direitos inalienáveis, face aos interesses e objetivos nacionais dos outros Estados*⁴⁰⁷,

o arquipélago de Fernando de Noronha era um lugar de fronteira entre comunistas e capitalistas na geopolítica da Guerra Fria, por estar a serviço da política norte-americana, enquanto sentinela ao desenvolvimento da energia nuclear e da tecnologia de mísseis, tidos como o que havia de mais avançado em termos de equipamento militar à defesa e à segurança, não apenas do hemisfério ocidental mas, especificamente, dos Estados Unidos. Era esse o motivo dos *segredos* velados na Ilha de Fernando de Noronha em torno dos MILS. As contrapartidas adquiridas pelo Brasil nessa negociação é considerada pequena em relação à importância que a ilha adquiria nesse tempo em que a sua posição geoestratégica a colocava como ponto central a todo e qualquer movimento no centro do Atlântico.

Toda a conjuntura política desenvolvida pelo governo juscelinista imbricava-se com o cotidiano da ilha quando essa é tida como “um elo importante” no combate ao comunismo.⁴⁰⁸ Os discursos de combate a essa ameaça, fazia da soberania brasileira, bem como a salvaguarda da democracia do mundo livre, temas constantes nas preocupações de quem a dirigia.

Faz-se mister lembrarmos, então, um pouco da importância de Noronha na geopolítica internacional: Vimos no primeiro capítulo que, desde a Segunda Guerra, Fernando de Noronha era importante ponto de combate aos Aliados em plano de defesa do Oceano Atlântico, particularmente a parte Sul. Terminada a guerra, e com a mudança no sistema internacional, na qual o mundo observava se configurar a disputa entre EUA e URSS, na “corrida espacial”, dava-se um outro significado à noção de guerra, cuja tecnologia avançada com os mísseis intercontinentais (os teleguiados) davam um novo sentido aos interesses estadunidenses pelo mundo. A importância geoestratégica do arquipélago nos planos norte-americanos de segurança nacional era como “um estado de prontidão organizado e [compreendia] todos os povos, todos os empreendimentos e todo o governo”, como aponta o Brigadeiro Luiz Carlos.⁴⁰⁹

⁴⁰⁷ TAVARES, op. cit. pp 157-158.

⁴⁰⁸ Diário de Pernambuco, sexta-feira, 02 de março de 1956 - ACIMA DA POLITICA, NO COMBATE AO COMUNISMO.

⁴⁰⁹ ALIANDRO, Luiz Carlos. *Segurança nacional e sociedade solidária*. In: Revista A defesa nacional – ano LXX/ n. 713, mai/ jun – 1984, pp. 27-41, Rio de Janeiro.

A segurança era o mote para assegurar a soberania dos Estados Membros que compunham o hemisfério ocidental, juntamente com os Estados Unidos. A noção de segurança e soberania se horizontalizava já que não se percebe soberania sem o uso da segurança, num sentido nacional, que a toma como “a garantia em grau variável, proporcionada à nação, principalmente pelo Estado, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares para a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais permanentes do território.”⁴¹⁰ De acordo com o que Liziane Paixão (2006) considera sobre controle territorial, seja em espaços econômicos e/ou políticos, “o Estado não está subordinado, a nenhum outro, pois com base no Direito Internacional, todos os Estados são considerados iguais”.⁴¹¹ A “razão de Estado” não é imperativa em nome do qual se pode ou deve-se infringir todas as outras regras. O regente (governador, presidente, administrador) precisa exercer a sua soberania governando aos homens. Os Estados têm de lutar uns contra os outros para assegurar a sua própria sobrevivência. Assim, a funcionalidade dos Estados requer dois instrumentos políticos: a diplomacia e a polícia.⁴¹² Contudo, precisamos assinalar que a soberania se verticaliza à noção de poder. Essa ideia de construir um Estado com poderes absolutos em seu território faz com que a noção de pertencimento a uma nacionalidade e identidade o defina como tal. É uma disputa de poder lançada a mão das regras do mercado internacional, aqui narrado no capítulo anterior, da década de 1950. Quando os Estados Unidos se posicionavam (através dos discursos de segurança e defesa dos estados democráticos) os “salvaguardas”, a ideia do não pertencimento fazia sinalizar uma interferência de o Brasil ser soberano nas decisões de caráter internacional, já que acordos econômicos estavam sendo assinados: Por que não estreitar essas relações econômicas com a Rússia naquele momento de 1950? - Conveniência de mercado, ou então, a oferta estadunidense saia melhor que a soviética. Devemos lembrar ainda que, numa ótica da política brasileira, as opiniões comunistas não eram bem aceitas pelas Forças Armadas, que se dividiam entre os herdeiros de Vargas, os antigetulistas e os anticomunistas. Havia uma competição entre quem tinha mais poder na geopolítica da Guerra Fria. Nessa relação de forças, o Brasil se encaixava entre os aliados do “mundo livre”.

⁴¹⁰ Idem. pp 31.

⁴¹¹ OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. O conceito de soberania perante a globalização. In: revista CEJ, Brasília, n. 32, p. 80-88, jan/mar, 2006.

⁴¹² FOCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*; trad. Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. pp. 83.

TELEGUIADOS E NORONHENSES: CONFLITOS E CONVENIÊNCIAS:

Transformada repentinamente numa base de observação de projéteis teleguiados intercontinentais⁴¹³ (ICBM), o americano mudava a feição da ilha. Aos poucos Fernando de Noronha ia se tornando a “11ª base do sistema de controle dos moderníssimos ‘missiles’ norte-americanos”⁴¹⁴, cuja tecnologia produzida a partir dos testes com os mísseis intercontinentais aproximava o arquipélago de Fernando de Noronha a um ambiente, cuja disputa pela liderança na “corrida espacial”⁴¹⁵, consolidava ainda mais a permanência da divisão política internacional entre americanos e russos, tanto na liderança dessa tecnologia, como na geopolítica internacional. Fernando de Noronha estava na mira da rota de colisão da Guerra Fria, como alvo irreversível de uma possível guerra nuclear, assim como as cidades nordestinas de Natal e Recife, ligadas militarmente à defesa do Oceano Atlântico. Assim sendo, Noronha era observada por submarinos russos. O Diário de Notícias, no dia 28 de maio de 1958, informava que os Estados Unidos haviam “silenciado” frente à informação de “que submarinos russos estão fazendo espionagem no Posto norte-americano que os Estados Unidos têm na Ilha de Fernando de Noronha”⁴¹⁶, e que “há mais de um ano, submarinos observam a ilha. (...) avistados a olho nu, durante mais de uma hora pelos próprios norte-americanos”.⁴¹⁷ “Moradores de Fernando de Noronha, por outro lado, têm avistado submarinos e embarcações estranhas rondando à pequena distância”⁴¹⁸ a ilha.

Por outro lado, esse movimento de submarinos era também observado ao largo da parte Sul americana. O presidente da Argentina, Arturo Frondizi, anunciava que no dia 18

⁴¹³ Diário de Pernambuco, 15 abril de 1958.

⁴¹⁴ Diário de Pernambuco, 15 abril de 1958 - ENERGIA ARMAZENADA PELO SOL.

⁴¹⁵ Desde a segunda metade dos anos 50, Os Estados Unidos e União Soviética estavam envolvidos em outra competição além da corrida nuclear: a disputa pelo desenvolvimento da tecnologia de exploração espacial. Os soviéticos se adiantavam e lançavam, em outubro de 1957, o Sputnik I, 1º satélite artificial a ser colocado em órbita da Terra. Menos de um mês depois, lançavam um segundo satélite, dessa vez transportando um ser vivo (uma cadela). Os norte-americanos, considerados como uma das áreas estratégicas da Guerra Fria, em 1958, iniciava um vasto programa espacial, através da criação da NASA (National Aeronautics and Space Administration), do Projeto Apollo. Mesmo com todos os esforços americano em superar os russos, foram eles que em 1961 enviaram ao espaço um satélite ocupado pelo 1º ser humano (Iuri Gagarin) que permaneceu 108 minutos em órbita. Em 1969, como um dos resultados do Projeto Apollo, e para demonstrar o poder americano neste cenário tecnológico, os EUA lançavam dois astronautas ao espaço. Só que dessa vez, diferente dos russos, esses desciam a Lua. DIAS JÚNIOR, José Augusto & ROUBICEK, Rafael. *Guerra Fria, a era do medo*. (Coleção História em Movimento). 2ª edição, São Paulo: Ática, 1999. pp 50.

⁴¹⁶ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1958 – ESPIONAGEM DOS RUSSOS EM TORNO DE FERNANDO DE NORONHA.

⁴¹⁷ Revista Nordeste, 07 de julho de 1958. – A TERCEIRA GUERRA PODERÁ VIR DO OCEANO ATLÂNTICO.

⁴¹⁸ Revista Nordeste, 07 de julho de 1958.

de maio de 1958, “a marinha argentina havia avistado um submarino e que lançara cargas de profundidade contra o barco”⁴¹⁹, intensificando a vigilância em toda a área do Atlântico Sul.

*Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha negaram que qualquer de seus submarinos estivesse operando naquela região, presumindo que era um submarino russo. (...) o Pentágono não faria qualquer comentário sobre a questão, considerada um assunto de maior segredo*⁴²⁰,

concluía a notícia do jornal do Rio de Janeiro. O governo brasileiro não mediu as consequências: havia uma ameaça real ao ceder parte de seu território aos Estados Unidos em nome de um plano de governo e desenvolvimento, posto que o governo brasileiro fosse o primeiro a violar os princípios de soberania de uma nação, ao expor seu povo e o território - lembrando que a base dos requisitos para a soberania é o reconhecimento e respeito ao povo, ao governo definido e ao território - sem ao menos ter seu consentimento (por meio de possível plebiscito) em troca do dinheiro americano, através de assistência à execução do lema *50 anos em 5*.

O Diário de Pernambuco em 1956, poucos meses antes de ser assinada a cessão de Fernando de Noronha, publicava em uma de suas matérias a eficácia dos norte-americanos em conseguir “libertar uma nova fonte de energia química armazenada pelo sol nas camadas aéreas superiores... capaz de conduzir [...] meios [...] para a propulsão de [...] foguetes muito acima da atmosfera terrestre”⁴²¹. A notícia dada provocava o alerta de que novas tecnologias estariam sendo produzidas para a conflagração de um terceiro conflito em contradição a um discurso de que tais medidas garantiriam a paz mundial. Contudo, não se percebia que o caráter de propaganda militar ainda fazia parte da mostragem de poder de que tanto estadunidenses quanto russos se utilizavam e que dava o caráter ideológico para a Guerra Fria: o de uma guerra psicológica.

Alguns militares brasileiros ficavam atentos a todas essas transformações. O ano de 1958, que marca o início do funcionamento das instalações americanas na Ilha de Fernando de Noronha, também é de troca do comando militar brasileiro. O major Abelardo de Alvarenga Mafra (que governou a ilha entre 1955 – 1958) se apresentava nessa história com atitude contraditória, algumas vezes: Ao mesmo tempo em que se indignava com a

⁴¹⁹ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1958 – ESPIONAGEM DOS RUSSOS EM TORNO DE FERNANDO DE NORONHA.

⁴²⁰ Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1958.

⁴²¹ Diário de Pernambuco, quarta-feira, 28 de março de 1956 – Energia armazenada pelo Sol.

forma que esses estrangeiros chegavam ao Território, “*como os donos da terra*”⁴²², o dever de militar chamava-lhe a atenção. Mesmo vendo essa chegada como um cumprimento do “plano estabelecido no acordo Brasil Estados Unidos de 1952” e que aos poucos “vai se transformando numa base de importância vital para a defesa do continente”⁴²³, protestava “contra o comportamento desses elementos [no caso os americanos] que reproduziam as atitudes da equipe dirigente e por isso ameaçavam sua autoridade”⁴²⁴, como aponta Clarice Peixoto (1983). Marcas no cotidiano dos reflexos de uma política de entrega praticada pelo governo brasileiro, cujo manifesto do Major Mafra era a “força da palavra enquanto narração”⁴²⁵, da sua luta em prol da soberania brasileira. Em documento encaminhado ao comandante da 7ª Região Militar, temos uma clara demonstração do poder que as patentes ali empregadas engendravam:

Esses elementos aqui chegaram como os donos da terra. Poucas informações nos deram e só as deram após pedidos em caráter oficial. Ficaram alojados no destacamento da FAB. Estudaram e reservaram certas áreas, as quais localizei e remeti um croqui...

*Solicito vossa excelência, providências para que seja este governo e guarnição melhor informados, a fim mesmo de haver uma maior coordenação de trabalhos e estar a par do que se fará na ilha, possibilitando, também este comando informar com segurança a essa região o que se passa.*⁴²⁶

Vigiar quem vigia. Uma proteção a mais à soberania brasileira, que influenciava a maneira como a engenharia e a organização dos espaços em Fernando de Noronha eram conduzidas em benefício do vigiamento dos que estavam no Território Federal.

Por outro lado, o seu sucessor no comando da guarnição de Fernando de Noronha em 1959, Coronel José Francisco Costa, não fazia obstinação à presença estrangeira, mesmo porque, em Noronha nada mudara para esse. “Continuava a ser hasteado exclusivamente o pavilhão nacional brasileiro”⁴²⁷ como vinha determinado no artigo 3º do ajuste, em resposta (ou confirmando) de que ali era território brasileiro, e iria, assim, continuar sendo. A *Área*, como era chamado o espaço destinado à instalação do POT

⁴²² PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Fernando de Noronha: ilha de sonho e de assombração*. Dissertação (Mestrado em Antropologia social). Rio de Janeiro, 1983.

⁴²³ Diário de Pernambuco, 14 de setembro de 1957 – DECLARAÇÕES DO GOVERNADOR MAFRA.

⁴²⁴ PEIXOTO, op. cit. pp. 33.

⁴²⁵ GAGNEBIN Jeanne Marie. *Lembrar, Esquecer, Escrever*. 1ª Ed. – Editora 34: 2006. pp. 109.

⁴²⁶ Idem; parágrafos 5º e 6º do documento retirado da dissertação nas pp. 33 e 34.

⁴²⁷ Texto das notas brasileira e americana, referentes ao acordo entre o Brasil e Os Estados Unidos da América para a construção, na ilha de Fernando de Noronha, de instalações, especialmente de natureza eletrônica, relacionadas com o acompanhamento de projeteis teleguiados. Serviço de informação; Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1957. pp. 04.

(Posto de Observação dos Teleguiados) na época (e que ainda pode ser observada nas falas de quem viveu essa época), com exceção da telemetria (que se localizava no Morro Francês), estava concentrada na região do Boldró, ao sul do Pico, chamada pelos norte-americanos de “Broadway”.⁴²⁸ Nome dado, talvez, por influência da geografia do lugar: uma campina (um descampado) que deixava livre o campo de visão para o Oceano a quem se encontrava nas instalações. A imagem a seguir proporciona perceber o campo de visão que estes estrangeiros possuíam de toda a ilha e do Oceano. Da estação de telemetria (cuja fotografia foi tirada) poderíamos ter uma visão total do POT instalado na região do Boldró e destacado aqui em vermelho.



Ilustração 25 – Imagem da área destinada as instalações da base americana. CEPEHC-FN; acervo Nemu Rodrigues Reis, 1969.

Na estação meteorológica se lançavam “balões-sonda”. É daí que, na fala de seu Davi, projeta-se o lançamento de algum míssil:

Dava pra ver a manobra. Ele [o americano] solta ele [o teleguiado, no caso o balão-sonda], aí nós já “tamo” com o motor tudo pronto, ele [o teleguiado, no caso o balão-sonda] anda um bocado de quilômetro [...] quando ele chega aqui, o navio já impulsiona ele aqui pra cima de Noronha. Aí quando ele tava perto tantos minutos pra chegar em Noronha. Aí Noronha já recebia ele com

⁴²⁸ Diário de Pernambuco, 13 de outubro de 1957. (o significado da palavra Broadway: *broad* (adj.) = amplo, largo; *way* (subst.) = caminho, via).

*eletricidade. Trazia ele daqui. O que eu nunca perguntei, porque eu não entendia de inglês muito, quase nada, e eles também nunca me disseram, daqui pra onde era que ele [o teleguiado] tava fazendo um teste.*⁴²⁹

Apesar disso, as autoridades militares brasileiras são categóricas em seus discursos de que a Ilha de Fernando de Noronha não fora destinada ao lançamento de míssil. Na época, conforme o comunicado do Ministro Macedo, “Fernando de Noronha não se destinava ao lançamento de projéteis. Tinha como único objetivo fornecer meios para seguir e observar os que forem lançados com propósitos experimentais de *Patrick Fiel* na Flórida”⁴³⁰ e “que nada tem haver com os lançamentos bélicos ofensivos dos misseis”⁴³¹, reforçado, por outro lado, pelos representantes da PAA e RCA Victor na ilha, tempo depois. Era imersa nessas exposições que a então frágil - e já violada - soberania do Brasil era salvaguardada, apesar do Comandante da Ilha, Coronel Costa, afirmar categoricamente que a nossa bandeira continua tremulando sozinha no mastro do velho Forte dos Remédios”.⁴³² Nos 11 edifícios norte-americanos, “cercado com tela. Em cima da tela, alta tensão de 3.200 volts, para ninguém entrar. Na frente uma guarita, com uma sentinela no Exército. Era uma segurança”⁴³³ (pelo menos contra os civis brasileiros, que não tinham permissão para entrar na base). Existia de tudo necessário ao conforto dos estrangeiros. O relato de Seu Chiquito, que chegara na Ilha de Fernando de Noronha no ano de 1958, nos proporciona perceber a divisão de territórios. E mesmo o Brasil estar vivendo um dos seus piores momentos da década de 1950 e, ainda, em delicada relação com os Estados Unidos, os norte-americanos instalados em Noronha constituíam-se em área de Segurança Internacional.

⁴²⁹ Entrevista concedida no dia 31 de julho de 2007; EPV – 0801 e 0802; Entrevistado: Davi Alves Cordeiro – Seu Davi; Local: Residência de Seu Davi; Duração total/ aproximada: 1 hora e 40 minutos; n. de páginas do depoimento transcrito: 26. – Seu Davi tem a sua história na ilha juntamente com a sentença do pai. Preso no ano de 1913, o Sr. Antônio Alves Cordeiro, foi enviado ao presídio para cumprir pena de homicídio. Seu Davi é o homem mais antigo nascido em Fernando de Noronha. Com os seus 76 anos é guardião de uma memória invejável sobre Noronha. Atualmente reside na ilha com a família.

⁴³⁰ Jornal do Comércio, 01 ago. 1957.

⁴³¹ Diário de Pernambuco, 15 abr. 1958.

⁴³² Diário de Pernambuco, 31 mai. 1959 – ABSOLUTA A SOBERANIA BRASILEIRA.

⁴³³ Entrevista concedida no dia 02 de agosto de 2007; EPV – 0701 e 0702; Entrevistado: Francisco de Oliveira – Seu Chiquito; Local: Residência de Seu Chiquito; Duração total/ aproximada: 1 hora e 40 minutos; n. de páginas do depoimento transcrito: 24. – Seu Chiquito aportou à ilha no dia 02 de março de 1958. Foi a convite do irmão, que o levava a ir trabalhar “com os americanos”. Trabalhou como encanador, ofício que o permitiu se aposentar pelo Território Federal de Fernando de Noronha. Casou-se com Dona Nice, nascida e criada na ilha. Uma ilhoa, por assim dizer. Atualmente reside em Noronha, juntamente com sua família.



Ilustração 26 – Imagem da entrada das instalações americanas que compunha o POT e seus 11 edifícios. Neste espaço localizado na parte Sudoeste da ilha, destinava-se o alojamento e o rancho para o lazer e as refeições. Arquivo CEPEHC-FN, acervo Artur Valdevino de Souza, 1960.

Algumas dessas ilhas eram Repúblicas Independentes e obter permissão para montar estações de rastreamento de mísseis demandava negociações detalhadas com diferentes governos. “Os naturais dessas ilhas, em sua maior parte, nunca tinham ouvido falar de mísseis e poderiam, portanto, entrar em pânico se vissem um deles riscando o céu ou precipitando-se no oceano”⁴³⁴, coisa que percebemos não ter acontecido em Fernando de Noronha, e que pode ser constatada nas falas de quem viveu esse período, como comprovam os testemunhos de Seu Davi e Seu Chiquito. Com esses dois narradores, podemos perceber que tinham, os insulares, uma noção da tecnologia que estaria passando de Canaveral ao Arquipélago de Fernando. Ocorreu que a conclusão da base demandou tempo. Depois de assinado o ajuste-decreto, noticiava-se que, em julho de 1957, a base ficaria pronta: Algo que não acontecera. Até o final do ano de 1957, o que havia na *Área* eram “11 galpões pré-fabricados de alumínio e um pequeno refeitório. Nenhum radar instalado. Apenas o terminal oceânico do cabo submarino ligado diretamente ao Cabo Canaveral na Flórida”.⁴³⁵ A conclusão da base levou cerca de um ano para acontecer, ficando pronta em dezembro de 1958.⁴³⁶

⁴³⁴ SHELTON, op. cit. pp. 31.

⁴³⁵ Jornal do Comércio, 09 nov. 1957.

⁴³⁶ Diário da Noite, 30 jun. 1959 – AMERICANOS SE PREPARAM PARA DEIXAR POSTO DE TELEGUIADOS.

A presença dos Estados Unidos em solo insular brasileiro se apresentava significativamente conveniente tanto para os militares brasileiros quanto para a população local. Aos primeiros, era a garantia de “aliviar” “o orçamento do Ministério da Guerra (...) assegurando a permanência do atual serviço de transporte aéreo norte-americano”⁴³⁷, garantida na “viagem semanal de Globemaster”⁴³⁸ do Território para o “continente”, como também a assistência à saúde e às instalações que seriam disputadas por entre as três forças militares do Brasil, principalmente os equipamentos utilizados pela estação de comunicação e de serviços meteorológicos (estação de telemetria). Para o segundo grupo, habitantes da ilha, surgiam a possibilidade de ganhar dinheiro - no caso, o dólar - e ‘ficar rico’. Seu Zé Lago aponta que “o pessoal [referindo-se a todos os que viviam em Noronha] se servia do americano. Se servia do americano, que o americano era opulência, o americano era o dinheiro, era o rico, e nós éramos os miseráveis”.⁴³⁹ A ideia de que poderiam alcançar certa riqueza com a circulação local do *dollar*, construída na imagem estrangeira em Noronha, provocava aos que residiam na ilha, fossem funcionários a serviço do Exército ou do Território Federal de Fernando de Noronha, a trocar o trabalho promovido pelo comando brasileiro pelas atividades oferecidas na base dos *yankees*. Afinal, “o ‘dollar’ significava bem-estar”.⁴⁴⁰ Já que “era uma população insulada, pobre e quase miserável, que vê no governo o único apoio às suas reivindicações, e porque não dizer, do qual depende a sua própria sobrevivência”.⁴⁴¹ Isso acabava provocando certa preocupação à administração militar brasileira, que via a sua mão-de-obra se direcionar a outros espaços de trabalho e levava a tomar decisões para conter esse movimento⁴⁴², causando conflito entre os comandos militares brasileiro e americano existentes dentro da ilha. Ou seja, a chegada do americano em Noronha era construída numa relação de conveniência para os habitantes locais, e de conflito para os militares brasileiros que, neste primeiro caso, interligava-se ao fator econômico trazido com o dólar, em oposição à sensação de ver, dentro do Arquipélago, a soberania brasileira invadida.

⁴³⁷ OFÍCIO PRESIDENTE CMMBEU, 7 JUN. 1962.

⁴³⁸ OFÍCIO PRESIDENTE CMMBEU, 7 JUN. 1962.

⁴³⁹ Entrevista Seu Zé Lago.

⁴⁴⁰ NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. *De militar para militar: o dia-a-dia entre americanos e brasileiros numa Noronha dos anos dourados*.

Disponível em: <http://sitemason.vanderbilt.edu/files/kwx9ja/Rodrigues%20Grazielle..doc>. New Orleans: BRASA IX/Tulane University, 2008. pp. 10.

⁴⁴¹ Diário de Pernambuco, 23 jul. 1962.

⁴⁴² NASCIMENTO (2008) pp. 10.

O Sr. Francisco Oliveira (Seu Chiquito), que foi parar em Fernando de Noronha para trabalhar na base, conta em seus relatos que os norte-americanos “pagavam bem”, mas apenas ganhava bem (“35 mirreiros”) aquele que possuía um ofício/profissão.

O que era braçal ganhava quinze. Geralmente era a metade. Os funcionários do Exército quando entravam de licença especial, iam trabalhar nos americanos, que são seis meses [a licença]. Ai, quando terminavam a licença (...) não voltavam para o emprego do Exército. Queria ficar no americano, que ganhava mais. E o emprego público federal, que ganhava do Exército, era uma mixaria. Ai foi obrigado o Major Mafra, empacar com os americanos que não podiam pagar esse preço. E baixou o preço. Ai, baixou os salários dos funcionários [no caso os trabalhadores da base] porque se não ele ia ficar sem nenhum funcionário. O pessoal ia para o americano e não queria mais voltar pro trabalhado dele, né?⁴⁴³

Assim, os chamados ‘trabalhadores da base de teletipos’ não voltariam ao trabalho do TFFN caso não fosse determinada uma ordem para tal. A disciplina imposta falava mais alto pelo simples fato que os próprios americanos diminuía o seu poder de barganhar a mão-de-obra em favor da ‘paz’ insular. “Trinta e cinco ‘mirreiros’” se tornavam em um instrumento de poder cuja força não se encontrava entre as mãos militares, mas sim na necessidade de sobrevivência. Essas relações de força aconteciam distante das determinações impostas pelo Pentágono, como também pelas ligações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos. Mesmo porque na visão de alguns moradores da Ilha de Fernando de Noronha, “o dinheiro [ia] correr e muita gente [iria] ter onde trabalhar”⁴⁴⁴ com a chegada dos estrangeiros.

Esses estrangeiros criavam uma nova categoria social dentro da Ilha: os trabalhadores da base (chamados pelos norte-americanos de *houseboy*), desenvolvendo atividades domésticas e técnicas, como “mecânica; torneiro; encanador; serviços gerais cavando vala, assoprando boca de cano, roçando mato, como cozinheiro”.⁴⁴⁵ Em que o pagamento era o diferencial desses aos demais trabalhadores em Noronha, criando relações de poder que os conferia enquanto diferentes e/ou superiores. O ambiente bélico e o temor por um 3º Conflito Mundial eram uma constante nas vidas desses que às vezes se viam

⁴⁴³ Entrevista Seu Chiquito.

⁴⁴⁴ Diário de Pernambuco, 27 jan. 1957.

⁴⁴⁵ Francisco Cazeca da Costa (Seu Chicô) - Entrevista concedida no dia 06 fev. 2008; EPV – 0703; Entrevistado: Francisco Cazeca da Costa – Seu Chicô; Local: saguão do aeroporto de Fernando de Noronha; Duração total/ aproximada: 36 minutos; n. de páginas do depoimento transcrito: 10. - Seu Chico da Horta desembarcava em Fernando de Noronha no ano de 1952. Também um dos *houseboy* dos americanos, foi a convite de um militar brasileiro para trabalhar para o Território Federal. É casado há 49 anos com Dona Olívia, que conhecera tempos depois da chegada. Atualmente, reside na ilha e tem um pequeno comércio local.

“esquecidos pela provisão divina”⁴⁴⁶ e acabavam se refugiando nos trabalhos que o Território Federal de Fernando de Noronha lhes oferecia.

Janirza Cavalcante, em sua tese de doutorado, nos mostra que:

*o tempo dos americanos era de muita fartura, em que eles costumavam distribuir alimentos e roupas com a população civil. Por outro lado, de um espaço cercado e fechado àqueles que não mantinham qualquer relação com o trabalho lá desenvolvido, passou a ser lugar secreto, proibido, espaço e área dos americanos.*⁴⁴⁷

Talvez, por conta de “ser lugar secreto, proibido, espaço e área dos americanos” esse espaço social tenha provocado certo afastamento de parte da população não eleita a trabalhar para estes estrangeiros. A dificuldade em se comunicar, por conta do idioma, a patente distinta e diferente da brasileira, somadas ao reduto inacessível a muitos, acentuaram ainda mais o sentimento de solidão experimentado pelos estrangeiros, que tentavam saná-lo com as horas de lazer que lhes eram destinadas no cassino da base.⁴⁴⁸ Também criavam uma suposta fronteira de segurança à própria soberania, bem ao longe no Atlântico, na medida em que a política exterior brasileira era acusada de atentar contra a soberania do Brasil com os inúmeros acordos, tratados, ações e ajustes ao governo dos Estados Unidos como contrapartida para o desenvolvimento econômico.

O movimento social estabelecido entre brasileiros e estrangeiros não refletiam essas relações, posto que, mesmo com as “rigorosas instruções”⁴⁴⁹ impostas pelo Pentágono como “de não se salientarem, nem de confraternizarem demais com os nativos”⁴⁵⁰, as resistências existiam. Como a projeção de um filme:

*Eles botaram uma tela muito grande ali em frente ao Clube do Pico [...] Aí eu vinha assistir filme. De noite, passavam aqueles filmes muito antigos, naquela tela grande, aí eles não cobravam nada.*⁴⁵¹

*Todo mundo ia ali assistir ao filme, no Clube do Pico. Tinham dois cinemas, tinha um (campal). Eu mesmo saía daqui ia mais ela, assistir filme ali. Todo mundo, chegava lá, ficava lá, uma telona danada de grande.*⁴⁵²

⁴⁴⁶ Diário de Pernambuco, 25 jan. 1957.

⁴⁴⁷ ROCHA LIMA, op. cit. pp. 163-164.

⁴⁴⁸ NASCIMENTO, pp. 12

⁴⁴⁹ Revista O Cruzeiro, 01 jun. 1959.

⁴⁵⁰ Revista O Cruzeiro, 01 jun. 1959.

⁴⁵¹ Entrevista: Seu Chiquito.

⁴⁵² Entrevista: Seu Chicô.

“Mas dentro da estação rádio não entrava ninguém, nem o coronel, o governador da ilha, entrava”⁴⁵³, destaca Seu Davi, dando os limites dessa soberania dentro de um ambiente, com duas culturas distintas; *noronhenses* e *teleguiados* (no caso os norte-americanos), que se entendiam enquanto parte de uma construção político-social, nessa teia de poder que imbricava todos os que compunham os espaços sociais insulares.

No ambiente insular, a ida de trabalhadores à base seria um dos motivos para conflitos entre brasileiros e americanos, vez que nem todos eram beneficiados pelo “dólar” fácil que circulava com o “extraordinário” (um envelope com dinheiro semanal que era pago por fora). No relatório da ESG (1960), o colaborador e estagiário da *Equipe E*, Benedicto Pio da Silva, aponta que a diferença de pagamento entre um e outro era alarmante. “Segundo informações do próprio governador, a situação se torna chocante, pois enquanto a governadoria pode pagar somente Cr\$ 150,00 por dia, os americanos pagam Cr\$ 560,00 por dia”.⁴⁵⁴ Tal preocupação era também apresentada pelo Tenente Coronel Jayme Augusto da Costa e Silva (Comandante da Guarnição de Fernando de Noronha entre 1961 a 1970) que alertava sobre o nível salarial dos empregados brasileiros na base americana ser “bem mais elevado que o equivalente do território”.⁴⁵⁵ Além do que se produzia um sentimento de inferioridade frente à “nação amiga”⁴⁵⁶, que convivia com uma “falsa impressão da nossa capacidade administrativa”.⁴⁵⁷ “Era o rico, cheio do dinheiro, mandava em todo mundo, dava ordem, e o brasileiro ficava de crista baixa”, na opinião de Seu Zé Lago.⁴⁵⁸ E que patrocinava uma hostilidade interna. “A gente num podia deixar de demonstrar que eles eram intrusos, entendeu? Era questão só mesmo de patriotismo”⁴⁵⁹, desenhando um cenário múltiplo e complexo de convivência e resistências em nome do patriotismo. Duroselle (2000), neste sentido, aponta que “as relações com ele [o estrangeiro] seriam originais. Isso é verdade: desde atitudes individuais, como o casamento, às mais rotineiras, como o comércio, até atos de Estado”.⁴⁶⁰ Contudo, pequenas coisas poderiam servir como uma tática de o “invasor” querer ser tomado como autoridade

⁴⁵³ Entrevista: Seu Davi.

⁴⁵⁴ Relatório do Curso Superior de Guerra: *o papel de Fernando de Noronha no quadro da segurança nacional*, ESG (Escola Superior de Guerra), 1960. Folha 07.

⁴⁵⁵ Relatório dos problemas administrativos do Arquipélago apresentado ao Excelentíssimo presidente da República em reunião de governadores em maio de 1961, na cidade de João Pessoa. PP 15.

⁴⁵⁶ Relatório ESG, 1960. Folha 02.

⁴⁵⁷ Relatório ESG, 1960. Folha 02.

⁴⁵⁸ Entrevista: Seu Zé Lago.

⁴⁵⁹ Entrevista: Seu Zé Lago.

⁴⁶⁰ DUROSELLE, Jean Baptiste. *todo imperio perecerá: teoria das relações internacionais*; trad. de Anne Lize Spaltemberg de S. Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. pp. 50-51.

maior dentro da ilha, já que ao americano era oferecido “tudo para eles”, segundo Seu Zé Lago.⁴⁶¹ O brasileiro “num gostavam do americano. Era uma questão de *brasilidade*, de patriotismo. A gente num aceitava o americano”.⁴⁶² Isso mexe um pouco com a questão de territorialidade que, de acordo com Liziane Paixão (2000), é um dos limites dos Estados ao exercício da soberania.⁴⁶³

A possibilidade de compartilhar o mesmo espaço com o estrangeiro, que estava ali em missão, fazia com que patentes entrassem em um jogo de demonstração de patriotismo, para alguns e de sobrevivência a outros. Saber que “o americano tinha tudo oficialmente e nada que não fosse oficial”,⁴⁶⁴ leva-nos a perceber, através do olhar de um desses militares patriótico que, no fundo, “era o despeito da nação pequena contra uma nação grande, porque o sujeito via ‘O AMERICANO’”.⁴⁶⁵ Como o “estrangeiro é um homem diferente e, consequentemente, com comportamento estranho, até imprevisível”,⁴⁶⁶ a relação de superioridade *versus* inferioridade se mascarava como conveniente ao orçamento do Território Federal.

⁴⁶¹ Entrevista concedida no dia 06/05/2008; EPV – 0806; Entrevistado: José Carlos Ferreira do Lago – Zé Lago; Local: Residência de Seu Zé Lago; Duração total/ aproximada: 1 hora e 25 minutos; n. de páginas do depoimento transcrito: 32. – Seu Zé Lago chegou à ilha no ano de 1949. Sargento do Exército, era responsável pelo Boletim da Guarnição. Os demais entrevistados do Projeto Vozes, como Seu Chiquito, Seu Davi, Seu Odilon, etc. o relembram como “o Sargento que lutava pelos civis”. Seu Zé Lago foi transferido para o 14º RI (Regimento de Infantaria) em 1959, e nunca mais retornou a Fernando de Noronha.

⁴⁶² Entrevista: Seu Zé Lago.

⁴⁶³ OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. O conceito de soberania perante a globalização. In: revista CEJ, Brasília, n. 32, p. 80-88, jan. /mar, 2006.

⁴⁶⁴ Entrevista: Seu Zé Lago.

⁴⁶⁵ Entrevista: Seu Zé Lago.

⁴⁶⁶ DUROSELLE, pp 50.



Ilustração 27 – Imagem do cotidiano norte-americano, quando se dedicavam a hora de lazer no Cassino dos Americanos. Espaço este que revela um pouco o conforto das instalações, cujo contraste em tecnologia se refletia com a realidade de moradia entre o restante da população local (ilhoa).

Revista O Cruzeiro, 20 de setembro de 1958.

Dividir esses espaços levava a uma relação de hostilidade contra o americano visto como “normalmente prepotente, de uma forma natural”.⁴⁶⁷ A construção dos territórios da *Área* e da *Vila* é o espelho das relações de força que existiam, numa divisão clara de limites nas falas de quem viveu esse tempo. Uma era elaborada pela tecnologia, que caracterizava os teleguiados enquanto progresso e riqueza. A outra era construída por uma “arquitetura colonial do tempo do presídio”⁴⁶⁸, arcaica, que caracterizava a relação de inferioridade entre “as provisórias habitações da vila americana”⁴⁶⁹ e, “a começar pelo comando que muito deixa a desejar”⁴⁷⁰, “às precárias instalações sanitárias da população”⁴⁷¹, em torno de 1.386 habitantes.⁴⁷²

⁴⁶⁷ Entrevista: Seu Zé Lago.

⁴⁶⁸ Relatório ESG 1960 - habitação. pp. 04.

⁴⁶⁹ Relatório ESG 1960. pp. 14.

⁴⁷⁰ Relatório ESG, 1960. pp. 14.

⁴⁷¹ Observações do Dr. Eduardo Demarchi Difini, Rio de Janeiro, 07 de junho de 1960. Colaborador da visita da Equipe E (ESG) em 1960. pp. 04.

⁴⁷² Relatório dos problemas administrativos do Arquipélago apresentados ao Excelentíssimo presidente da República em reunião de governadores em maio de 1961, na cidade de João Pessoa. pp. 10.

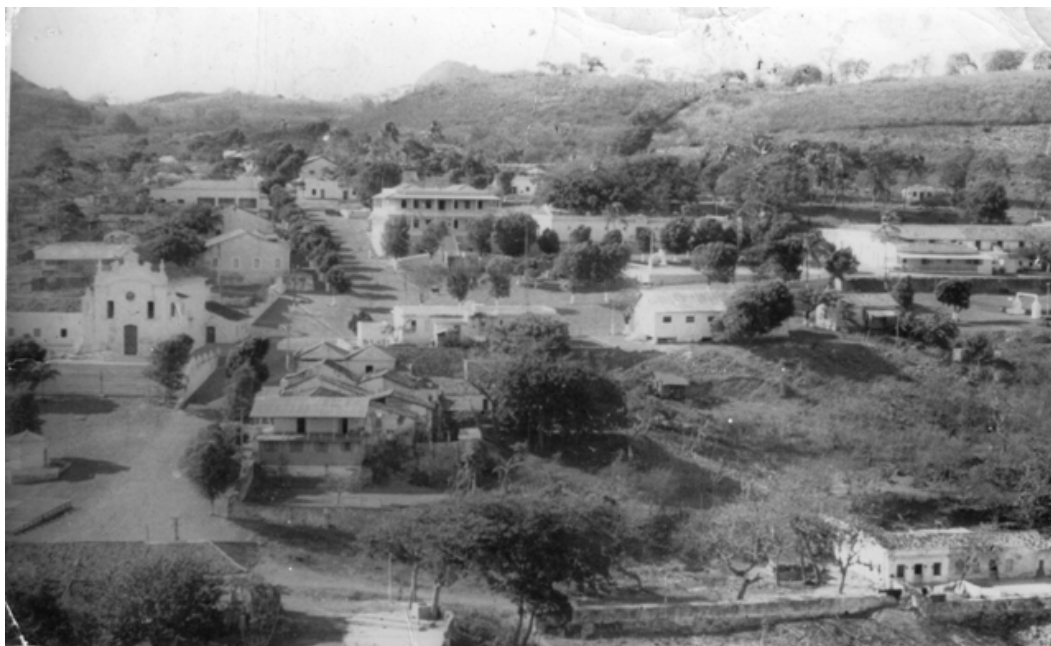


Ilustração 28 – Imagem da Vila dos Remédios no ano de 1961, com todo o complexo arquitetônico e urbanístico do período português, em que servia a manutenção do Presídio. Contraste com as provisórias habitações norte-americanas que possuíam barracões com ar condicionado. Arquivo CEPEHC-FN, acervo Izabel Azevedo Oliveira, 1961.

Mr. Joe P. Burris era um dos responsáveis do lugar. *Project Manager* da Jones-Tompkins, aportou na Ilha (juntamente com 28 funcionários) quando as primeiras instalações foram feitas com “barracões que possuem ar condicionado”⁴⁷³ para depois serem erguidos os 20 iglus. “Tudo é luxo nas instalações americanas”.⁴⁷⁴ O comandante responsável era o Tenente Coronel Reuben B. Moody que, juntamente com o Tenente Jack Manning (Bureau of Docks and Yards Inspector) e o Sargento C. F. Cone, coordenava os trabalhos com a instalação.⁴⁷⁵

⁴⁷³ Diário da Noite, 22 dez. 1959.

⁴⁷⁴ Diário da Noite, 01 jun. 1959.

⁴⁷⁵ APEJE-PE; DOPS-PE; prontuário n. 4071 - Lista do pessoal americano a serviço do Projeto Nordeste, 19 nov. 1957.

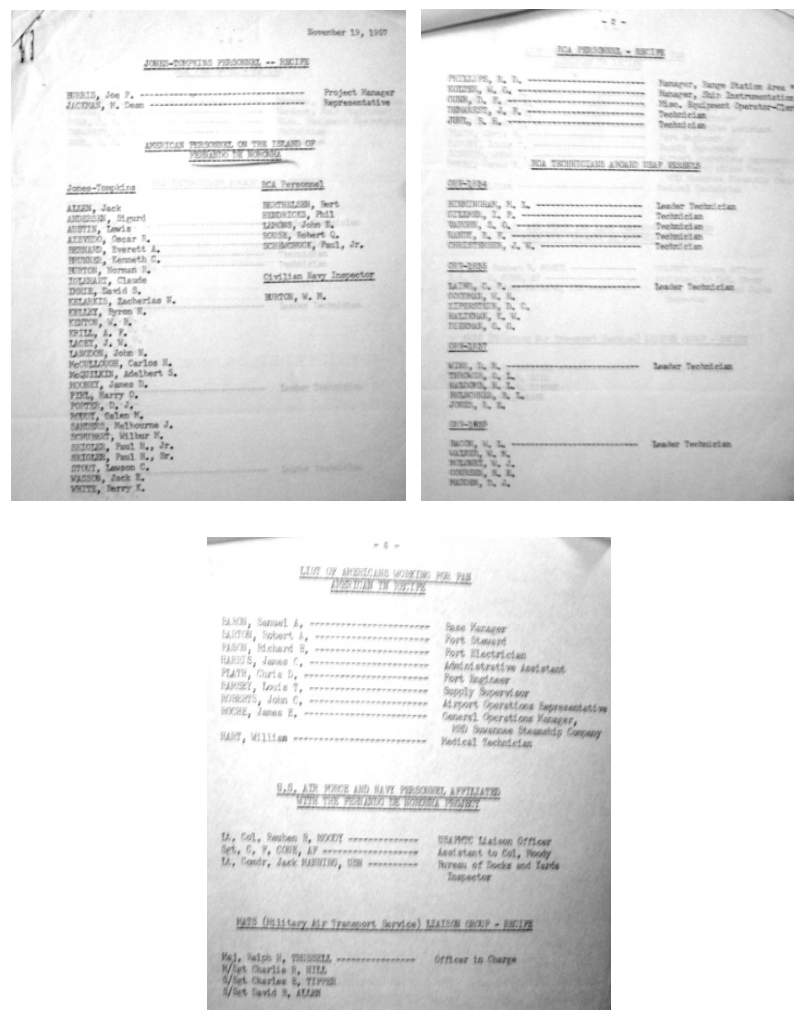


Ilustração 29 – Lista do contingente norte-americano que foi trabalhar na construção da instalação da base de rastreamento em Fernando de Noronha. Um total de 78 americanos divididos entre técnicos civis e militares. American Personal of Island of Fernando de Noronha. Fundo SSP/DOPS/ APEJE Prontuário nº 4071. Recife, 19 de novembro de 1957.

A mão-de-obra local, insular, foi utilizada numa logística particular. Mas, é necessário apontar que tanto *os teleguiados* (no caso os americanos) como *os noronhenses* viveram períodos de riqueza e progresso. Mesmo que este progresso tivesse agraciado um pequeno grupo que por lá habitava. Uma “ilha de sonhos”, mas também de “assombração”.

Diante das acusações de que em Fernando de Noronha a soberania brasileira teria dado espaço às diretrizes militares dos norte-americanos instalados, o governador do Território de Fernando de Noronha, Coronel José Francisco da Costa (que governou a ilha de 1958 – 1961) organizava, em maio de 1959, uma recepção na ilha para 13 jornalistas. O coronel Costa pretendia que os próprios correspondentes de 14 diferentes periódicos (entre eles: Tadeu Rocha - DP; João Silveira - JC e Cláudio Tavares - FP) observassem e tirassem suas conclusões a partir do que vissem referente à relação entre estrangeiros e brasileiros. Ao retornar da visita, o Diário de Pernambuco noticiava em sua manchete: “ABSOLUTA

SOBERANIA BRASILEIRA NO ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA”; no Jornal do Commercio: “O NOSSO PAÍS CONTROLARÁ BASE DE FERNANDO DE NORONHA: NENHUM PERIGO AO NORDESTE” e na Folha do Povo, que mesmo publicando em sua manchete: “FERNANDO DE NORONHA, BASE DA GUERRA FRIA DOS EEUU”, destacava que “Fernando de Noronha não é um território norte-americano”.⁴⁷⁶ Em finais de 1960, o Coronel Costa presenciava a retirada dos militares americanos da base, restando apenas os técnicos da RCA e PAA (36, ao todo). “A Ilha de Ascensão superava Fernando de Noronha”⁴⁷⁷, relatava o Diário de Pernambuco em novembro de 1960. A renovação da cessão, conforme dispunha o artigo 8º do ajuste, não iria acontecer, tendo, portanto, o seu término em 20 de janeiro de 1962.

A passagem dos americanos na Ilha de Fernando de Noronha durante a instalação da base de rastreio é cercada por permanências e rupturas: Permanência quando nos referimos à relação que esses estrangeiros estabeleceram com o comando militar brasileiro nos momentos iniciais da instalação que “reproduziam as atitudes da equipe dirigente e por isso ameaçavam sua autoridade”⁴⁷⁸, bem como o alinhamento a uma política de “dependência econômica” ao capital estrangeiro via Estados Unidos, que fazia do Brasil, frente ao governo americano, não mais um aliado, mas sim um país que necessitava “restaurar a ordem”⁴⁷⁹; e ruptura quando a passagem americana significava uma *nova era* para Fernando de Noronha: inovação na engenharia com os Quonset, “o ar-condicionado, as máquinas de lavar roupa e a coca-cola”.⁴⁸⁰ Os Estados Unidos representavam o “milagre do americano” com o dólar que chega; como também a chegada dos primeiros membros que formavam o núcleo fundador da sociedade noronhense na atualidade.

Com os Estados Unidos, o TFFN viu aumentar em 30% (1956 – 1000hab. / 1961 – 1386hab.) a população insular, dando um outro significado ao ato de ir morar na ilha, que não mais significava cumprimento de justiça, nem missão militar, mas algo que cercava a busca por uma vida melhor, longe daquela experimentada no continente, especificamente, no interior do nordeste (já que a origem desses era interiorana). A ilha se livrava do seu estigma de cárcere e elevava-se ao posto vital para a segurança do Oceano Atlântico. Essa idéia é percebida numa das falas de quem viveu esse período de Guerra Fria, instituído

⁴⁷⁶ Folha do povo, 10 jun. 1959.

⁴⁷⁷ Diário de Pernambuco, 23 nov. 1960 – MAIORES POSSIBILIDADES DE OBSERVAÇÃO.

⁴⁷⁸ PEIXOTO, op. cit. pp. 33

⁴⁷⁹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. In: o Brasil Republicano. Org. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 215.

⁴⁸⁰ Revista O Cruzeiro, 01 jun. 1959.

como narrador de um passado que não quer cair no esquecimento. Esse narrador vai atrás dos restos deixados por esse passado, segundo Jeanne Marie Gagnebin (2006). Marcadamente, Seu Chiquito dá sentido à base de teleguiados em Noronha quando “aceita que suas palavras levem adiante, como um revezamento, a história do outro”.⁴⁸¹ Esse outro era o estrangeiro:

Seu Chiquito - aqui é uma base de guerra, é uma base de guerra. Isso aqui é uma segurança para a guerra do Brasil. É um ponto avançado de guerra isso aqui. Porque o nosso Brasil, graças a Deus, não tem guerra.

Grazielle – Graças a Deus.

*Seu Chiquito – Mas todo tempo que houver uma guerra, as Forças Armadas ainda vai tomar conta disso aqui ainda. Agora eu espero que isto não aconteça não.*⁴⁸²

Mas a memória se subleva denunciando que os detalhes, que no caso podemos perceber enquanto “rastros da história”⁴⁸³, se transformaram em “narrações diversas”.⁴⁸⁴ Ao tratar a ilha como “um ponto avançado de guerra” Seu Chiquito, “reaparece” com a leitura que se tinha a respeito da funcionalidade da Ilha. Ele reativa as lembranças da base norte-americana na ilha “mesmo ao serem condenadas ao esquecimento”.⁴⁸⁵ Neste sentido, “a história é sempre, simultaneamente, narrativa e processo real que remete às dimensões humanas da ação e da linguagem e, sobretudo da narração”.⁴⁸⁶ “As palavras continuam pensando”.⁴⁸⁷

O TÉRMINO DO AJUSTE

O fim do ajuste coincidia com um panorama político brasileiro tumultuado e conturbado nas relações com os Estados Unidos. Acusado pelo presidente americano John F. Kennedy de adotar uma postura de “incompreensível”, Jânio Quadros era deposto do cargo de presidente do Brasil em 25 de agosto de 1961. João Goulart recebia um “poder emasculado”, segundo Moniz Bandeira (2007), cuja oposição militar era muito maior que a experimentada por Juscelino em 1956.

⁴⁸¹ GAGNEBIN Jeanne Marie. *Lembrar, Esquecer, Escrever*. 1ª ed. Editora 34: 2006. pp. 57.

⁴⁸² Entrevista: Seu Chiquito.

⁴⁸³ GAGNEBIN pp. 44.

⁴⁸⁴ SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meio de comunicação*. Trad. Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molin. – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. pp. 34.

⁴⁸⁵ Idem, pp. 34 – 41.

⁴⁸⁶ GAGNEBIN, pp. 43.

⁴⁸⁷ SARLO, pp. 34.

A base de rastreio dos americanos na Ilha de Fernando de Noronha, portanto, não fazia mais parte em discussões sobre a soberania brasileira, posto que agora as questões girassem em torno dos comunistas no poder.

À medida que mais nos sentíamos ciosos dos nossos próprios interesses, adotando uma política externa mais independente, deixando de considerar favas contadas a nossa participação – secundária e indireta – em um bloco político e militar, menos se falava no caso de Fernando de Noronha. Ninguém mais se sentia com a audácia de repetir aquelas previsões estapafúrdias de que a ilha não seria mais devolvida e de que houvera a alienação de uma parte do território nacional.⁴⁸⁸

Por outro lado, desde meados dos anos de 1959, alguns jornais noticiavam sobre o fechamento da base. Pelo menos em termos militares. Mesmo o Diário da Noite, Jornal do Comércio e o Diário de Pernambuco noticiando em suas edições (do dia 03 de julho de 1959, 04 de julho de 1959 e 04 de agosto de 1959, respectivamente) a informação de que a base norte-americana estava sendo desmontada, e do “efetivo militar ter diminuído em 50%”⁴⁸⁹, “Fernando de Noronha não estava sendo abandonada pelos Estados Unidos”.⁴⁹⁰ “Continuava a ser o posto 11 das experiências com projéteis balísticos intercontinentais”⁴⁹¹, segundo os responsáveis pelo comando da base da Força Aérea norte-americana em Patrick Field (Coronel Robert Malloney) e do gerente/ sub-comandante da base de Fernando de Noronha (Mr Newell). Na verdade, “o que acontecia era apenas uma troca de equipamentos e de pessoal técnico para novo tipo de experiência. Como também a substituição gradativa de técnicos norte-americano por técnicos brasileiros”⁴⁹², completava o representante “yankee” e que cumpria, de certa forma, com o que constava o termo 5º do ajuste-decreto de 1956.⁴⁹³

Diante disso, a redução de pessoal técnico norte-americano na ilha, no ano de 1960, não era novidade alguma. O que antes se concentrava em 90 estrangeiros (militares e civis), agora se reduzia a 36 civis (apenas). Muito antes de se encerrar o prazo de cessão (de cinco anos, podendo ser prorrogado para mais cinco) as instalações já se apresentavam

⁴⁸⁸ Jornal do Comércio, 20 jul. 1962 - A DEVOLUÇÃO DA BASE E UMA CAMPANHA.

⁴⁸⁹ Diário de Pernambuco, 04 ago. 1959 – TROCA DE EQUIPAMENTOS.

⁴⁹⁰ Diário de Pernambuco, 04 ago. 1959 – USA NÃO VAI DEIXAR FERNANDO DE NORONHA.

⁴⁹¹ Diário de Pernambuco, 04 ago. 1959 – USA NÃO VAI DEIXAR FERNANDO DE NORONHA.

⁴⁹² Diário de Pernambuco, 04 ago. 1959.

⁴⁹³ Artigo 5º - o governo dos Brasil e dos estados unidos da América concordam em que técnicos norte-americanos sejam gradativamente substituídos por técnicos brasileiros, segundo condições a serem estipuladas de comum acordo. DOPS/APEJE prontuário nº 4071.

quase que vazias “operadas por três a quatro empregados civis norte-americanos, da PANAMERICA e diversos brasileiros”.⁴⁹⁴

*Quando a Panamerican foi embora, só ficou aqui 5 americanos. Não foi embora tudo de uma vez só, não. Ficou 5. Aí, por isso que tem o nome aqui: basinha americana. Aqui onde tem o hotel de trânsito moravam 5 americanos. Aquela estação rádio que tinha ali embaixo ainda tava funcionando. Foi a primeira que começou a funcionar e a única que tava funcionando. Eles ainda tinham interesse de renovar o contrato, voltar para Noronha. Mas o Governo Federal não quis mais renovar o contrato. **Porque ele alegou que eles estavam querendo se apossar disso aqui.** Porque isto aqui é um **ponto estratégico de guerra**. Para comunicação, isso é o melhor do mundo, porque aqui não tem nenhuma interferência. Você vê que tem uma estação de rádio amador que fala com a NASA. Aquele major da aeronáutica que foi para lua, ele entrou em contato com Sampaio, conversou com ele ali, bateu um papo com ele. É uma comunicação limpa. Muito limpa. Não tem nenhuma interferência, por isso que os americanos queriam.*⁴⁹⁵

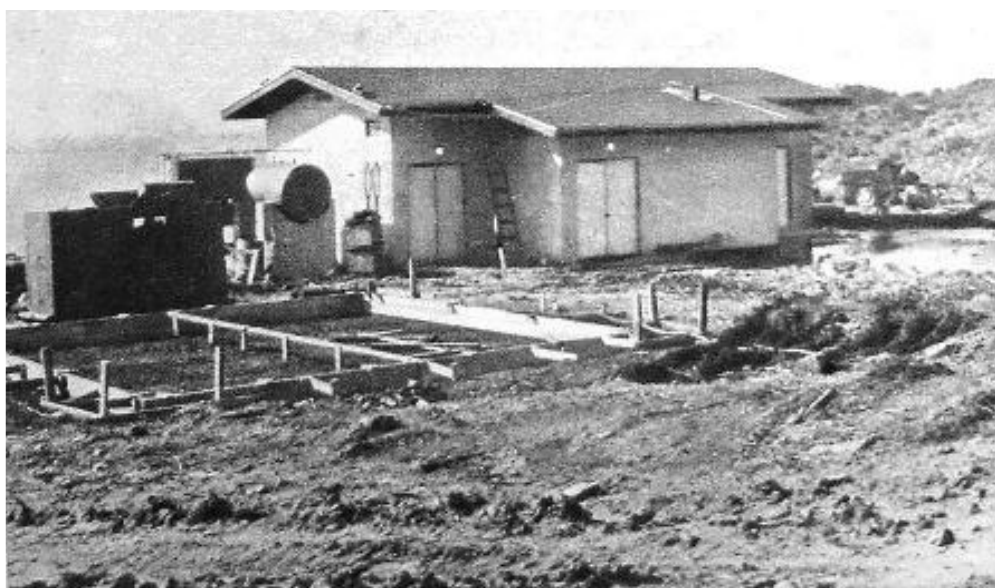


Ilustração 30 – Imagem do posto de comunicação chamada de *bacinha americana*, em que parte da tecnologia de comunicação se encontrava sob o poder norte-americano. Revista O Cruzeiro, 20 de setembro de 1958.

Nesse relato de memória, Seu Chiquito nos possibilita perceber a leitura que se tinha sobre a utilização da ilha à base e aos americanos: “ponto estratégico de guerra”. Eis o porquê de se pensar que “eles estavam querendo se apossar disso aqui”. A funcionalidade estratégica da ilha para comunicação era um dos imperativos à permanência desses americanos. Para tanto, o pedido do comandante de permanecer, na época, “quatro civis

⁴⁹⁴ Ofício do presidente da Comissão Militar Mista Brasil - Estados Unidos, 07 jun. 1962.

⁴⁹⁵ Entrevista: Seu Chiquito. **Girfos meus.**

norte-americanos, a fim de explorarem as instalações de hidrofones na ilha”⁴⁹⁶ e o “serviço de transporte aéreo norte-americano (...) na base de uma viagem semanal”⁴⁹⁷, também podem ser tomados como um desses rastros. Por outro lado, O governo dos Estados Unidos “Tinham interesse de renovar o contrato. Voltar para Noronha. Mas o governo federal não quis mais renovar o contrato, porque ele alegou que eles estavam querendo se apossar disso aqui”⁴⁹⁸, como nos relatou Seu Chiquito, um dos “trabalhadores da base”. O certo é que a prorrogação do ajuste não aconteceu. Foi solicitada, apenas, uma autorização para a permanência na ilha de alguns civis e instalações, renovada em 21 de janeiro de 1963. Eles faziam funcionar a estação de telemetria da Panamerican. As instalações norte-americanas na Ilha de Ascensão já se apresentavam superiores às de Noronha, tanto em termos militares como em eletrônica. A região se localizava mais ao centro do Oceano Atlântico e dava uma maior liberdade para que os Estados Unidos pudessem realizar suas experiências com as novas tecnologias de guerra sem, contudo, ficarem subjugados às ordens brasileiras.

⁴⁹⁶ Ofício do Ministério da Guerra; Quartel General, IV Exército. Secretaria de Planejamento, Recife, 07 ago. 1963.

⁴⁹⁷ Ofício do Ministério da Guerra; Quartel General, IV Exército. Secretaria de Planejamento, Recife, 07 ago. 1963.

⁴⁹⁸ Entrevista: Seu Chiquito.



Ilustração 31 – Mapa com a disposição geográfica da ilha de Ascensão à Base de Patrick Field (Cabo Canaveral) – Flórida, e que em linha reta, proporcionava uma maior eficácia ao lançamento e monitoramento dos mísseis. Fundo SSP/DOPS/APEJE Jornal A VOZ OPERÁRIA: Nº401; Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 1957.

Dois anos antes, porém, da base ser desativada em 22 de janeiro de 1959, a Ilha de Fernando de Noronha recebia a visita da COPRONE (Comissão Projeto do Nordeste) que foi criada pelo mesmo decreto que ajustava a cessão da ilha aos Estados Unidos (n. 41.142 de 13 de março de 1957). A Comissão era presidida pelo comando do IV Exército⁴⁹⁹, cujo cargo estava sendo exercido pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias e tinha como objetivo “fiscalizar e coordenar as questões de caráter regional e a execução de todas as medidas e providências necessárias ao cumprimento do ajuste-decreto”.⁵⁰⁰

⁴⁹⁹ De acordo com o inciso 2º do artigo 1º - ainda contava com os comandantes do 3º Distrito Naval e da 2ª Zona Aérea, com sede na cidade de Recife – Pernambuco.

⁵⁰⁰ Histórico da Comissão do Projeto do Nordeste (COPRONE). 07 ago. 1963.



Ilustração 32 – Imagem da Comissão Projeto Nordeste (COPRONE) quando em visita a Base de Teleguiados na Ilha de Fernando de Noronha verificava a funcionalidade e importância das instalações norte-americanas a segurança do território brasileiro. Fundo SSP/DOPS/APEJE prontuário nº 4071. Diário de Pernambuco, 22 de janeiro de 1959.

Durante a sua visita a Noronha, o General deixava registrado o objetivo da Comissão: “inspecionar as benfeitorias da base e que serão assim visitadas por altas patentes militares do Brasil”, como também dos Estados Unidos (como regia os termos da COPRONE), além disso, que o Território Federal de Fernando de Noronha fazia parte de um sistema continental de defesa, juntamente com o Brasil, “permitindo o funcionamento em seu território de um *simples* Posto de Observação dos Projéteis Teleguiados (POT)”.⁵⁰¹ A *simplicidade* falada era uma resposta às acusações de que “em Noronha a soberania brasileira estava sendo invadida”⁵⁰², já que o dito muitas vezes se encontra no que não está explícito no documento, fragmentado no discurso. Por outro lado, e como aponta Seu Zé Lago, “todo mundo vigiava” o americano e não seria diferente com a relação estabelecida entre a COPRONE e os estrangeiros na ilha.

⁵⁰¹ Jornal do Comércio, 23 jan. 1957.

⁵⁰² Folha do Povo, 23 abr. 1957.

As visitas da Comissão, o desinteresse norte-americano com a Ilha de Fernando de Noronha, militares brasileiros preocupados com o futuro da base de teletipos, inquietação política social no “continente”, a Revolução Cubana e as consequências para o mundo do alinhamento de Cuba com a União Soviética são algumas das características que vão compor o panorama brasileiro na relação com os Estados Unidos. Daí, então, a funcionalidade da Ilha de Fernando de Noronha dentro desse cenário.

O ano de 1962 apresentava uma região Nordeste em ebulição social causada pela instabilidade política e os altos índices inflacionários que repercutiam na desaceleração da economia e no desenvolvimento brasileiro. Com a eleição ocorrida em 1960, víamos novamente se apresentar um Brasil (um país) com problemas sociais acentuados (principalmente no campo), reivindicações do proletariado (principalmente nos sindicatos de tendência comunista) e uma acentuada peleja brasileira frente aos investimentos vindos por parte dos Estados Unidos. Joseph Page (1972) aponta que o Nordeste nesse período se apresentava como uma região em que os Estados Unidos pouco desprende recursos ao seu desenvolvimento e foi a revolução em Cuba que lhes serviu de alerta, vez que essa região produzia verdadeiras “ilhas de sanidade”, como trata Henrique Alonso (2005). O surgimento da Aliança para o Progresso⁵⁰³ não foi suficiente para atender às reivindicações dos movimentos sociais, tanto no campo como na região urbana, sendo, inclusive criticada severamente por Fidel Castro, que achava o programa assistencialista do presidente Kennedy “uma zombaria continental e consiste em oferecer aos latino-americanos uma esmola (...) tem por fim manter o domínio colonial e imperialista sobre a América Latina”.⁵⁰⁴ Era um espelho dessas inquietações, a expansão e a importância que as Ligas Camponesas, que iam adquirindo a partir de então, acusadas de serem veículos catalisadores do comunismo e que, portanto, deveriam ser combatidas. “Os homens do Pentágono [preparavam-se] para intervir nos países do continente para combater a revolta

⁵⁰³ A Aliança para o Progresso (Alpro) foi um programa do governo americano com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico mediante a colaboração financeira e técnica em toda a América Latina a fim de não deixar aparecer um outro país com as características de Cuba. A sua origem remonta a uma proposta oficial do Presidente Kennedy, em discurso pronunciado durante uma recepção na Casa Branca, em 13 de março de 1961, para os embaixadores latino-americanos. A proposta foi, depois, anunciada no Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da OEA, em Punta del Este, em 1961. com exceção de Cuba, os demais países latinos aprovaram a execução da Alpro.

⁵⁰⁴ Folha de São Paulo, quarta-feira, 15 mar. 1961 - FIDEL ATACA O PLANO DE KENNEDY PARA AS AMÉRICAS.

popular, que em alguns lugares, adquire já a forma de luta guerrilheira”⁵⁰⁵, relatava um jornal operário comunista, A Classe Operária (1962).

Enquanto, em Recife, viviam-se as inquietações sociais - na zona da Mata e na zona urbana recifense - com o movimento operariado, na Ilha de Fernando de Noronha, a preocupação era em torno de como adquirir (através do repasse firmado/estabelecido no acordo) os equipamentos da base. No dia 20 de janeiro de 1962, o Major das Forças Armadas norte-americanas, G. T. Perkins, e o representante do Departamento de Defesa do governo dos Estados Unidos, Sr. Frank Winner assinavam, no IV Exército, 7ª Região Militar em Recife, o término do ajuste de cessão, era acionada a Comissão Projeto do Nordeste (COPRONE), que tinha como responsabilidade, neste momento, constituir uma comissão militar para “o recebimento do acervo e as sugestões para a sua distribuição (...) obedecidos os termos das instruções reguladoras das atividades da comissão”⁵⁰⁶ (EME-31 jul. 57).

A função da Comissão Militar era receber as construções e as benfeitorias feitas na Ilha pelos americanos, sendo essa chefiada pelo Comandante do IV Exército e tendo como membros o Governador do Território que, na época, era o Coronel Jaime Augusto da Costa e Silva. Inicia-se um breve período de negociações com a herança deixada pelo *progresso*. Uma barganha entre as Forças Armadas pelas instalações e equipamentos.

Seu Chiquito lembra que:

“quando os americanos foram embora, eles deixaram tudo funcionando. O Exército passou o comando que era no palácio [de São Miguel] para essa sede do IBAMA. Ali era uma estação rádio americana. Aí o governador fez ali a sede do governo”.⁵⁰⁷

*“A usina, deixaram dez motores com a usina. Deixava um caminhão com a Aeronáutica, outro caminhão com o Exército, outras coisas com o Exército, e deixaram lá e ficou aqueles ‘embrulho’ lá, jogado fora por ali, o Exército tomou conta. (...) [O Exército] Ficou com a casa de força e a área da água, né? Aí ligou, em 62, o Xaréu [açude], que já tava tudo pronto, ligou a água pra lá e tinha água, foi fazendo encanação, essas coisas. E pegou o cassino lá em cima, tomou conta. E o rancho (...). Aí botou o sargento, funcionário, pra funcionar só pra oficiais”*⁵⁰⁸,

Completa Seu Davi.

⁵⁰⁵ A Classe Operária, Rio de Janeiro, 16 a 31 jul. 1962. n. 423. – IANQUES PREPARAM 57.000 ANTIGUERRILHEIROS CONTRA A AMERICA LATINA.

⁵⁰⁶ Ofício do presidente da Comissão Militar Mista Brasil - Estados Unidos, 07 jun. 1962.

⁵⁰⁷ Entrevista: Seu Chiquito.

⁵⁰⁸ Entrevista: Seu Davi.

A saída dos americanos da Ilha de Fernando de Noronha pode ser observada como uma mudança no “imperativo de defesa hemisférica” instituída pela segunda fase da Guerra Fria, como trata o historiador Antônio Telo (1996), em que a URSS alcança os EUA em termos de tecnologia nuclear e a nova fase cria e afirma subcentros regionais de poder desde a China e a Índia, até o Brasil e o Irã.⁵⁰⁹ O Major Richard Wier, comandante da base de rastreio em 1962 – ano do encerramento do ajuste-decreto – nos possibilita entender o que a ideia de guerra fazia entre e dentro dessa nova conjuntura de Guerra Fria dos anos de 1960. O significado “arquipélago teleguiado”⁵¹⁰ já não mais existia. A relação social entre os que conviviam com esse elemento estrangeiro na ilha ficava cada vez menos frequente, considerando-se a baixa no efetivo militar norte-americano. E “aos poucos a sociedade brasileira absorve o nacionalismo, rejeitando aos velhos slogans histéricos”⁵¹¹, publicava o *Jornal do Commercio* em seu editorial de 20 de julho de 1962.

Por se achar localizada no Atlântico, numa posição geográfica mais linear ao Cabo Canaveral, e também em águas neutras, a ilha britânica de Ascensão assumia, para os americanos, uma importância tática superior justificada pelo argumento de que “pode constituir um triângulo de tiros com as de Cabo Canaveral e das Antilhas, formando um conjunto de apenas três antenas capaz de substituir o polígono de doze e atender perfeitamente ao serviço de telemetria de que necessitamos”⁵¹², relatava o Major Wier. Era, também, o controle dos lançamentos de projéteis de maior alcance “que se dirijam ao Oceano Índico e a outros pontos mais longínquos”. Com essa fala o major estadunidense apontava a preocupação dos Estados Unidos com a segurança do Oceano Índico. Contudo, o Major Richard Wier sabia da importância geoestratégica de Fernando de Noronha e ponderou dizendo: “Fernando de Noronha conserva para as autoridades norte-americanas grande valor [para um] sistema defensivo. Por isso, foi mantido ali o sistema MILS, destinado a registrar a posição do foguete”.⁵¹³

A entrega do material e a sua utilização constituíam condição imperativa para a manutenção e conservação do próprio TFFN, e aí, podem-se encontrar os reflexos do progresso deixados por esses estrangeiros.

⁵⁰⁹ TELO, op. cit. pp. 128.

⁵¹⁰ Folha do Povo, 07 e 13 jun. 1957.

⁵¹¹ *Jornal do comércio*, 20 jul. 1962 - A DEVOLUÇÃO DA BASE E UMA CAMPANHA.

⁵¹² *Diário de Pernambuco*, 12 mai. 1961 – AMERICANOS REDUZEM PESSOAL E EQUIPAMENTOS NA BASE DE TELEGUIADOS DE FERNANDO DE NORONHA.

⁵¹³ *Diário de Pernambuco*, 12 mai. 1961.

Portanto, a Ilha de Fernando de Noronha cumpriu com dois deveres: “não se afastou de seus compromissos internacionais, notadamente, intercontinentais e cuidou da defesa do Brasil”.⁵¹⁴ Base de Rastreio, Base para observação de Teleguiados, Posto de Observação de Teleguiados, etc. pouco importa a nomenclatura, diante do fato de que o Arquipélago de Fernando de Noronha presenciou como também participou ativamente, da chamada Guerra Fria, materializada dentro de um sistema internacional em conformidade com a hegemonia estadunidense frente ao restante do mundo. Participou ativamente da corrida espacial e da quase esquizofrenia por segurança patrocinada com o constante alerta de deflagração. Por outro lado, o arquipélago continuava (e continua) ainda distante das decisões tomadas pelo governo, não cabendo a participação dos que a habitam, restando a esses obedecer e se adaptar ao novo que, no caso, era o estrangeiro.

Como a história é um processo em construção permanente, elaborada por sujeitos individuais e coletivos, dinâmica complexa, que envolve ideologias, cultura, vida privada, ações públicas, representações, imaginários, lutas, reações, resistências, valores, instituições, entre múltiplas variáveis que constituem a complexa rede de inserção do homem na vida em comunidade através do tempo⁵¹⁵, este trabalho, que por hora se encerra, não se esgota em possibilidades. Ficam aqui as brechas para outros olhares surgirem em torno da história da Ilha de Fernando de Noronha percebendo que essa não é um mero paraíso que serve de passagem (rota) nas águas do Oceano.

⁵¹⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – SERVIÇO DE INFORMAÇÃO - DECLARAÇÃO DE MACEDO – 1957.

⁵¹⁵ DELGADO, Lucília de Almeida N. In: partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. - *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil Republicano; v3), pp. 129.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No dia 31 de maio de 2009, os telejornais brasileiros noticiavam a queda de uma aeronave comercial, um Airbus, que fazia o trajeto Rio de Janeiro – Paris. O desaparecimento da aeronave 477, da Companhia Air France, acontecera na região entre os rochedos de São Pedro e São Paulo e o Arquipélago de Fernando de Noronha.

De imediato, o governo brasileiro deslocou a Marinha e a Aeronáutica para o local do desaparecimento do Airbus da Air France. Era montada uma verdadeira operação militar com navios, fragatas, aero-radares, sonares e efetivo militar ao arquipélago de Fernando de Noronha. Toda uma logística montada para os primeiros procedimentos. Uma estrutura para acomodar “250 pessoas”⁵¹⁶, informava algum repórter. Os aviões de propriedade da Aeronáutica (FAB), com seus radares, delimitavam em zonas, o local dos primeiros destroços achados. Em 24 horas a ilha deixava de lado um cotidiano pacato, turístico e paradisíaco e se transformava novamente em um “posto avançado”, mas “para operação de resgate do Airbus”⁵¹⁷, 53 anos depois de servir enquanto imperativo de segurança hemisférica e 64 anos depois de ter servido como “um posto avançado para a segunda guerra mundial”. A Ilha de Fernando de Noronha demonstra, na atualidade, a sua característica mais acentuada que longe passa do turismo: a posição geoestratégica para operações, seja de paz – com o caso do Airbus na atualidade – seja de guerra, como na Segunda Guerra e Guerra Fria.

Essa funcionalidade inseria (e insere) a ilha como “um porta aviões em pleno Oceano Atlântico”⁵¹⁸, em que (re)significa-se de acordo com a necessidade nacional e/ou internacional.

O evento ocorrido com o Airbus no presente desprende do Brasil o mote para mostrar a sua tecnologia militar com “equipes especializadas em busca”⁵¹⁹ e a estrutura que, talvez, venha das várias concessões feitas com os Estados Unidos no pretérito. Há o dever cívico de resgate das vítimas, acima das reflexões históricas, geográficas e científicas. Caso contrário, tal reflexão seria desumana e inútil. No entanto, a

⁵¹⁶ NETV 1ª edição – reportagem Carla Almeida.

⁵¹⁷ Jornal da Globo – William Waack, 04 de junho de 2009.

⁵¹⁸ VIEIRA, Pontes. *Reorganização administrativa e desenvolvimento planejado de Fernando de Noronha*. – Departamento Administrativo do Serviço Público e Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. – serviço de documentação do DASP (seção de publicações). Departamento de Imprensa Nacional, RJ, 1958. pp. 12.

⁵¹⁹ Editoria: Cidades, 01 de junho de 2009.

modernização das Forças Armadas de hoje está longe daquela verificada nos documentos do tempo de Guerra Fria, em que a Guarnição de Fernando de Noronha não passava de “200 soldados, com equipamentos militares velhos e antiquados e fuzis já superados”⁵²⁰, havendo “um completo abandono das características militares”.⁵²¹

O entrar e sair de aviões na pista de pouso e decolagem de Fernando de Noronha e a movimentação de estrangeiros lembravam os americanos em 1956, movimentando a ilha com a chegada da “grande novidade” daquela época, então quase um mistério para os nativos, mas argumento de uma mudança irreversível no seu cotidiano e nas relações que se estabelecem a partir de então: “os teleguiados”.⁵²²

No pretérito, fora montada uma base com fins militares, e no presente os militares montaram uma base com fins de resgate. É a garantia de servir enquanto ponto geoestratégico que faz do arquipélago de Fernando de Noronha um ponto destacado nas rotas do Oceano Atlântico, seja marítima ou aérea, assegurando que esse ponto de 26 km quadrados não é um mero lugar de passagem.

Diante de dois fatos que entrelaçam os tempos históricos da Ilha de Fernando de Noronha, e acreditando que “o historiador é sempre de um tempo”⁵²³, “provar algo não se constitui na parte mais importante e interessante de um trabalho histórico”⁵²⁴, pois o tempo histórico que rege Noronha é cercado de estranhamentos e de descobertas. Um tempo rico em memórias e falas narrativas não contempladas totalmente.

Ao longo dos capítulos trabalhados narram-se uma história e uma memória de Guerra Fria, de reflexos pelos quais a humanidade ainda sofre, como a ida do ser humano à lua (ao espaço), a tecnologia rompendo a barreira da informação, a internet e os armamentos de longo alcance que observamos serem reativados pelo mundo (a exemplo dos lançamentos realizados pela Coreia do Norte nos dias 5 de abril e 25 de maio de 2009, quando da realização de um teste nuclear).⁵²⁵ A Ilha de Fernando de Noronha vai ser tomada como um dos palcos para a Guerra Fria quando é posicionada nos planos de defesa

⁵²⁰ Revista Nordeste, 07 de julho de 1958.

⁵²¹ Relatório do Curso Superior de Guerra: *o papel de Fernando de Noronha no quadro da segurança nacional*, ESG (Escola Superior de Guerra), 1960. pp. 14.

⁵²² Jornal do Comércio, 29 de janeiro de 1957.

⁵²³ RÉMOND, René. *Por uma Historia Política*. Coord. René Rémond; trad. Dora Rocha. – 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. pp. 13

⁵²⁴ ROLIM, op. cit. pp. 182.

⁵²⁵ Ações pelas quais violou a resolução 1.718, de outubro de 2006, que condenavam um possível teste nuclear, o que resultaria em sanções, caso fosse efetuado. A resolução tomada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) impõe um embargo total às exportações de armas do país asiático e amplia a proibição das importações de armamento, além de permitir a inspeção de navios e de aviões suspeitos de transportar armas de destruição em massa.

para o hemisfério Ocidental, construído pelos chamados “Estados da União” pelo governo norte-americano de Eisenhower, que previa a manutenção dos regimes democráticos nos Estados a eles aliados. Uma área estratégica para o ataque e a defesa da ponta nordeste do Brasil, do centro do Oceano Atlântico e sul das Américas.

Diante do exposto, a salvaguarda da soberania brasileira dependia das diretrizes político-militares dos Estados Unidos para a América Latina, numa tentativa de livrá-la da “ameaça” comunista, cuja ideia atentava contra a democracia do mundo livre, que no caso, referia-se à Europa Ocidental, aos Estados Unidos e aos países latinos. Contudo, essas idéias, no Brasil, teriam eco com as Ligas Camponesas a partir do ano de 1959. Serviam de alerta, juntamente com a Revolução Cubana, para que o governo americano se voltasse para as questões sociais brasileira. A Ilha de Fernando de Noronha desenhava o ponto limite aos dois lados opostos do Atlântico, fronteira entre o mundo capitalista e socialista, estrategicamente eleita num cenário tecnológico bélico e armamentista como ponto de convergência e visualização que agregavam mar, ar e terra em áreas não mais internacionais. Os acordos de 1947 (TIAR), 1952 (Acordo Militar Brasil - Estados Unidos) e 1956 (Tratado Fernando de Noronha) garantiram isso em momentos diferentes.

Exposto isto e pensando a segurança do território enquanto princípio elementar da defesa da soberania do Estados⁵²⁶, a História do arquipélago de Fernando de Noronha se encerra numa história militar em que a garantia de pátria e da *razão de ser* brasileiro atingia os brios de muitos: Perguntando ao Sr. Zé do Lago, sub-oficial do Exército aposentado, qual o sentido da brasilidade e de patriotismo ele respondeu:

Seu Zé Lago – *Tudo. Tudo* [enfático]. *Porque eu, como soldado, entrei pro Exército com 17 anos. Aquilo entranhou na minha alma, compreendeu como é? E eu não entendia outra coisa que não fosse a palavra Brasil. O orgulho de ser brasileiro eu tinha. E tenho. Mas eu tinha numa escala quase que absurda, entendeu?*⁵²⁷

Assim como o historiador Tácito Rolim (2006), não busco a verdade na história. Não quero mergulhar cegamente e incondicionalmente na direção desta. “Quero, a exemplo de nosso planeta orbitar em torno dela, dada a sua influência para com o ofício do

⁵²⁶ TAVARES, op. cit. pp. 156.

⁵²⁷ Entrevista concedida em 06/05/2008; EPV – 0806; Entrevistado: José Carlos Ferreira do Lago – Zé Lago; Local: Residência de Seu Zé Lago; Duração total/ aproximada: 1 hora e 25 minutos; n. de páginas do depoimento transcrito: 32.

historiador e ser sempre para ela que dirijamos nossas forças, energias e compromissos com o fazer histórico”.⁵²⁸

O tempo dos americanos se encontra esquecido pela Ilha. As estradas de pretas pedras ainda têm por falar. Mas para (re)elaborar o passado, se faz necessário o exercício de esquecer, percebendo os rastros deixados por este exercício.⁵²⁹ Narrar - argumentar à luz dos documentos, discursos, imagens, periódicos como se deu o fato histórico - provar a construção da competência para a pesquisa, usar os documentos pesquisados na fundamentação do seu argumento e todos os demais métodos e recursos fazem parte da agonia que é enveredar pela escrita histórica.

O que podemos apontar é que essa história não se esgota aqui. Ainda é possível vê-la materializada nas ruínas dessa passagem americana, tanto na Segunda Guerra (com as ruínas dos depósitos americanos e da bateria antiaérea) como na Guerra Fria (nos prédios que antes serviram como complexo do P.O.T e hoje se encontram ameaçados de serem demolidos em nome da preservação ambiental). Aqui, ficam as possibilidades de outras reflexões a respeito da história de Fernando de Noronha, mas também possibilidades de estudo da relação Brasil X Estados Unidos e a Guerra Fria, carentes de trabalhos e análises.

Agora, como o movimento das ondas, recuo para o mar com a certeza de novamente desaguar em alguma outra praia de Fernando.

⁵²⁸ ROLIM, pp. 75

⁵²⁹ GAGNEBIN, pp. 105.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE PESQUISA:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

ARAGÃO, José de Campos. *Guardando o céu nos trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 147, 1950.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: ed. UNESP, 2002.

BETHELL, Leslie & ROXBOROUGH, Ian (organizadores). *Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

COSTA, Francisco Pereira da. *A Ilha de Fernando de Noronha*. Pernambuco, 1887.

COWLEY, Robert. *The Cold War: a military history* –Random House Trade Paperbacks. - New York, 2006.

DA ROCHA LIMA, Janirza Cavalcante. *Nas águas do arquipélago de Fernando de Noronha*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica: São Paulo. 2000.

DIAS JÚNIOR, José Augusto & ROUBICEK, Rafael. *Guerra fria, a era do medo*. (Coleção História em Movimento). 2ª ed. Ática. São Paulo, 1999.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo Império perecerá: teoria das relações internacionais*; Trad. Anne Lize Spaltemberg de S. Magalhães. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000

ENZENSBERGER, Hans Magnus. 1929- *Guerra Civil*; tradução: Marcos Branda Lacerda e Sérgio Flaskman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FARIA, Ricardo de moura & MIRANDA, Mônica Liz. *Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Contexto, 2003.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. org. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. – (O Brasil Republicano; v3).

FOCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*; trad. Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GAGNEBIN Jeanne Marie. *Lembrar, Esquecer, Escrever*. 1ª Ed. São Paulo: Ed. 34. 2006.

HUGHES-WILSON, John. *A brief history of the Cold War: the hidden truth about how close we came to nuclear conflict*. New York: Carrol & Graf Publishers, 2006.

IMBIRIBA, Beatriz de Lalor. *História de Fernando de Noronha*. Imprensa Industrial. Recife, 1951.

LEMOS FILHO, Ten.cel. Antônio Sá Barreto. *Fernando de Noronha sem retoques*. Rio de Janeiro, 1957.

MACCANN, Frank D. *A aliança Brasil Estados Unidos, 1937 -1945*. Trad. Jayme Taddei e José Lívio Dantas. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – conflitos e integração na América do Sul (da tríplice aliança ao MERCOSUL 1870 - 2003) – 2ª ed.* Rio de Janeiro: Renavan, 2003.

MAGNOLI, Demetrio. *História das guerras*, Demetrio Magnoli, organizador. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

MOURA, Gerson. *EUA e América Latina (Repensando a Historia)*. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra –* Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de Historia Contemporânea do Brasil; 1990 – CPDOC/ FGV.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março de 1964*. trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.

DANTAS, Pedriane Barbosa de Souza. *Embates e Conflitos na Construção do Paraíso: Um estudo sobre o Arquipélago de Fernando de Noronha*. Dissertação (Mestrado em Dinâmica do Espaço Habitado.) Universidade Federal de Alagoas, UFAL, 2005.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Fernando de Noronha: ilha de sonho e de assombração*. Dissertação (Mestrado em Antropologia social). Rio de Janeiro, 1983.

PURDY, Sean. *O século Americano*. In: KARNAL, Leandro. *Historia dos Estados Unidos: das origens ao século XX/ - Leandro Karnal... [et al.]*. 2.ed., 1ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

RÉMOND, René. *Por uma Historia Política*. Coord. René Rémond; trad. Dora Rocha. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIOS, Leda Maria Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II guerra Mundial: O conflito visto por um jornal da província*. 1º v. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco - CFCH – Recife: UFPE, 1988.

ROLIM, Tácito Thadeu Leite. “*Giram os Sputniks nas Alturas, Ferve a Imaginação nas Planuras*”: a ciência e o bizarro no Ceará em fins da década de 1950. Dissertação (Mestrado em História Social). Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2006.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 1998.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meio de comunicação*. Trad. Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molin. – São Paulo: USP, 2005.

SHELTON, William Roy. *Largada para o infinito: história do Cabo Canaveral*. São Paulo: Fundo de Cultura S.A., 1963.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Juscelino Kubitschek: 19º presidente do Brasil (1956 – 1961)*. (Coleção Os Presidentes.). Rio de Janeiro: Grupo de Comunicação Três, 1983.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. 2007. 264 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Recife: UFPE, 2007.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SMITH, Clyde. *Trampolim para a vitória*. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1993.

SOUZA JÚNIOR, General Antônio de. *O Brasil e a terceira guerra mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

TAVARES, General A. de Lyra. *Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Ministério da Guerra, 1958.

TELO, António José. *Do tratado de Tordesilhas à guerra fria: reflexões sobre o sistema mundial*. Blumenau: FURB, 1996.

VIEIRA, Pontes. *Reorganização administrativa e desenvolvimento planejado de Fernando de Noronha*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público e Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas. – Serviço de documentação do DASP (seção de publicações.) Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

WRZOS, Conrad. *Juscelino Kubitschek: Estados Unidos – Europa*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

ALIANDRO, Major Brigadeiro Luiz Carlos. Artigo: *Segurança nacional e sociedade solidária*. In: Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano LXX, n. 713, pp. 27-41, mai. / jun. 1984.

CARVALHO, Coronel Luís Paulo Macedo. Artigo: *Posição estratégica do Brasil*. In: Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano LXX, n. 713, pp. 43-47, mai. / jun. 1984.

_____. Artigo: *TIAR: nascimento, vida e morte*. In: Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 788, pp. 62-69, set. - dez. 2000.

CASTRO, Therezinha de. Artigo: *O Ser e o não Ser do TIAR*. In: Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano LXX, n. 713, pp. 11-23, mai. / jun. 1984.

MOUTINHO, Augusto César Machado. Artigo: *O medo veio do mar*. In: Nossa História. Vera Cruz, S.L., Ano I, n. 11, set. 2004.

NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues. Artigo: *Segurança Nacional e Guerra Fria na mídia impressa pernambucana, no final dos anos de 1950*. In: XXIV Simpósio Nacional de História (Anais). 2007, São Leopoldo: ANPUH/UNISINOS.

_____. Artigo: *De militar para militar: o dia-a-dia entre americanos e brasileiros numa Noronha dos anos dourados*. New Orleans: BRASA IX/Tulane University, 2008.

Disponível

em:

<<http://sitemason.vanderbilt.edu/files/kwx9ja/Rodrigues%20Grazielle..doc>>

OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. Artigo: *O conceito de soberania perante a globalização*. In: Revista CEJ, Brasília, n. 32, p. 80-88, jan./mar. 2006.

BRAGA, S. Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Artigo: Dossiê Os Anos JK. Coordenação geral: Suely Braga da Silva.

Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>.

CARNEIRO, F L L, *Análise do Acordo Militar Brasil – Estados Unidos*, pelo deputado federal Fernando Luiz Lobo Carneiro, Rio de Janeiro, 1952.

KUBITSCHKEK, J. *Discursos – 1957*: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro, 1958;

_____, *Discursos - 1958*: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro, 1959;

ORICO, Osvaldo. Documentos Parlamentares. *A soberania nacional e o pacto Brasil - Estados Unidos*, proferida pelo deputado Osvaldo Orico, Rio de Janeiro, 1952.

CABRAL, Hélio, Relatório da comissão nacional contra o Acordo militar Brasil - Estados Unidos: *Quadro comparativo das obrigações*, elaborado pelo deputado Hélio Cabral, 26 de outubro de 1952.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: Curso Superior de Guerra. *O papel de Fernando de Noronha no quadro da segurança nacional*, ESG, Relatórios. 1960.

FERNANDO DE NORONHA: Problemas Administrativos (Relatório): *problemas administrativos do Arquipélago apresentada ao Excelentíssimo presidente da República em reunião de governadores em maio de 1961*, João Pessoa. 1961.

CORREIO DO POVO. ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE-PE).

- Mário Carvalho, Recife, 27 jun.1957.
- 27 jun.1957. S.l., s.n.
- 20 dez.1957, *Governador Cordeiro acha normal à entrega de bases de foguetes Teleguiados*. S.l., s.n.

DIÁRIO DA NOITE. ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE-PE).

- 03 jun.1959, *Americanos se preparam para deixar o posto de teleguiados de Noronha; O equipamento*; S.l., s.n.
- 30 jun.1959, *Americanos se preparam para deixar postos de teleguiados*. S.l., s.n.
- CRUZ, Ubirajara, Recife, 01 jul.1959, *EEUU reclamam alto preço pago por Fernando de Noronha*.
- AZEVEDO, Antônio, Recife, 22 dez.1959. .

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE-PE).

- 25 dez.1941. Recife, s.n.
- 04 ago.1943. Recife, s.n.
- 04 mai.1944. Recife, s.n.
- 06 jan.1956. Recife, s.n.
- 08 jan.1956. *Os comunistas e o Governo*. Recife, s.n.
- 10 jan.1956. *O combate à inflação e o crescimento acelerado da riqueza nacional*. Recife. s.n.
- 11 jan.1956. *Formação do Ministério*. Recife. s.n.
- 12 jan.1956. *Maior ajuda norte-americana aos países economicamente atrasados*. Recife. s.n.
- 12 jan.1956. *Declaração enviada pelos estados à Assembléia Geral das nações Unidas*. Recife. s.n.
- 02 fev.1956. *Ofensiva Soviética sobre os mercados latino-americanos*. Recife. s.n.
- 02 fev.1956. *Grave denúncia sobre a União Soviética*. Recife. s.n.
- 03 fev.1956. *Acusações aos Estados Unidos*. Recife. s.n.

- 03 fev. 1956. *Nova Carta de Bulganin ao Presidente Eisenhower (Contribui o trabalhismo no Brasil para uma sólida economia nacional.)*. Recife. s.n.
- 04 fev.1956. *Luta comum do Brasil e EEUU*. Recife. s.n.
- 04 fev.1956. *Preconiza Juscelino uma nova fase de entendimento entre Brasil e Os Estados Unidos (Necessidade de Capitais Estrangeiros sem o caráter de Usura ou Filantropia.)*. Recife. s.n.
- 11 fev.1956. Recife, s.n.
- 15 fev.1956. Recife. s.n.
- 22 fev.1956. *Nixon expõe o perigo da ofensiva econômica soviética*. Recife. s.n.
- 02 mar.1956. *Acima da política, no combate ao comunismo*. Recife. s.n.
- 02 mar.1956. *Declaração de Einsenhower*. Recife. s.n.
- 18 mar.1956. *JUSCELINO: o povo brasileiro anseia por um ambiente de paz e harmonia*. Recife. s.n.
- 29 mar.1956. *Ofensivas contra as táticas de penetração russa*. Recife. s.n.
- 29 mar.1956. *Solidariedade Continental*. Recife. s.n.
- 29 mar.1956. *A Rússia encoraja o surgimento de ditadores*. Recife. s.n.
- 19 abr.1956. *Apreensiva as Forças Armadas, em face da venda de minérios atômicos*. Recife. s.n.
- 11 mai.1956. Recife. s.n.
- 24 mai.1956. *A Escola Superior de Guerra*. Recife. s.n.
- 26 mai. 1956, *Seria instalado no Recife o escritório do Ponto IV*. Recife. s.n.
- 26 mai. 1956, *Maior assistência à área subdesenvolvida do país*. Recife. s.n.
- 05 jun.1956, Recife. s.n.
- 22 jan.1957, *Declaração do Ministro Macedo Soares - esclarecimentos*. Recife. s.n.
- ROCHA, Tadeu, Recife, 25 jan.1957.
- LUIS, Fernando, Recife, 27 jan.1957.
- 30 jan.1957, FERNANDO DE NORONHA: exemplo das boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Recife. s.n.
- 30 jan.1957, *Fernando de Noronha do futuro*. Recife. s.n.
- 27 jun.1957, *Visita de JK à base de teleguiados*. Recife. s.n.
- 27 jun.1957, *Importância de Fernando de Noronha na defesa do continente*. Recife. s.n.
- 11 set.1957, *Fernando de Noronha, um dos 11 postos de controle de foguetes instalados pelos EE Unidos, desde a Flórida*. Recife. s.n.
- 14 set.1957, *Declarações do Governador Mafra*. Recife. s.n.
- 13 out.1957, Recife. s.n..
- 14 abr.1958, *Alguns equipamentos já estão sendo testados no Arquipélago*. Recife. s.n.
- LUIS, Fernando. Recife, 15 abr.1958, *Energia armazenada pelo sol*.
- ROCHA, Tadeu, Recife, 31 mai. 1959, *Absoluta soberania brasileira*.
- 23 jul.1959, Recife. s.n.
- GUTEMBERG, LUIS, Recife, 04 ago.1959, *Troca de equipamentos*.
- 04 ago.1959, *USA não vai deixar Fernando de Noronha*. Recife. s.n
- 23 nov.1960, *Maiores possibilidades de observação*. Recife. s.n.
- 12 mai. 1961, *Americanos reduzem pessoal e equipamentos na base de Teleguiados de - - Fernando de Noronha*. Recife. s.n.
- 30 abr.1962, *ALIANÇA e BID no mesmo plano*. Recife. s.n.
- 23 jul.1962. Recife. s.n.

FOLHA DA MANHÃ. ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE-PE).

- 20 dez. 1956. S.l., s.n.
- 10 fev. 1957, S.l., s.n.
- 01 mar. 1957, S.l., s.n.

FOLHA DE SÃO PAULO. ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE-PE).

- 15 mar. 1961, *Fidel ataca O plano de Kennedy Para as Américas*,

Disponível em:

<<http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo60.htm>> S.l., s.n.

- 20 ago. 1961, *Jânio condecora Guevara*. S.l., s.n.

Disponível em:

<<http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo60.htm>>.

- 14 out. 1962. S.l., s.n.

Disponível em:

<<http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo60.htm>>.

FOLHA DO POVO. ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE-PE).

- 05 jan. 1957, *Novo e poderoso elo na luta contra a entrega de Fernando de Noronha*. S.l., s.n.
- 03 fev. 1957, *O Brasil não precisa ser caudatário de ninguém*. S.l., s.n.
- 12 fev. 1957, *Nenhum soldado americano em nosso território. Nenhuma base estrangeira em nosso solo!* S.l., s.n.
- 1º mar.1957. S.l., s.n.
- 08 mar. 1956 – *Boicotemos o boletim do Consulado Americano*. S.l., s.n.
- 23 abr. 1957. S.l., s.n.
- 24 abr. 1957. S.l., s.n.
- 29 mai.1957, *Não permitamos que o solo nacional se torne numa Base Norte-americana*. S.l., s.n.
- TAVARES, Cláudio, Recife, 07 jun.1959, *A própria situação reclama dúvidas e restrições*. .
- 10 jun.1959. S.l., s.n.
- TAVARES, Cláudio, Recife, 13 jun. 1959, *A própria situação reclama dúvidas e restrições*.
- 04 ago. 1957, *Salvar o Nordeste da ocupação militar Norte-americana*. S.l., s.n.
- 10 nov. 1957. S.l., s.n.

JORNAL A CLASSE OPERÁRIA. ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE-PE). *Ianques preparam 57.000 antiguerrilheiros conta a América Latina*. Rio de Janeiro, n. 423, 16 a 31 jul. 1962. s.n.

JORNAL A VOZ OPERÁRIA. ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE-PE). Rio de Janeiro, n. 401, 26 Jan. 1957. s.n.

JORNAL DO COMÉRCIO. ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE-PE).

- 09 de fevereiro de 1943. S.l., s.n.
- 23 jan. 1957. Recife. s.n.
- 29 jan. 1957. Recife. s.n.
- 02 fev. 1957. Recife. s.n.
- 09 fev. 1943. Recife. s.n.
- 12 fev. 1957, *Teleguiados: pró e contra*. Recife. s.n.
- 12 fev. 1957, *O Almirante Amaral Peixoto revela novas minúcias do acordo sobre Fernando de Noronha*. Recife. s.n.
- 12 fev. 1957, *Lançamento e Interceptação*. Recife. s.n.
- 11 mar. 1950. Recife. s.n.
- 12 abr. 1957, *A cessão da Ilha de Fernando de Noronha*. Recife. s.n.
- 23 jun. 1956. Recife. s.n.
- 27 jun. 1957. Recife. s.n.
- 20 jul. 1962, *A devolução da base e uma campanha*. Recife. s.n.
- 1º ago. 1957. Recife. s.n.
- ROCHA, Alexandrino, Recife, 29 out. 1967.
- 09 nov. 1957. Recife s.n.
- 24 dez. 1957. *Até agora os EE UU não cumpriram sua promessa*. Recife. s.n.
- 28 dez. 1956. *Macedo de Soares fala sobre o acordo de Fernando de Noronha*. Recife. s.n.

NETV; Rede Globo: Editoria: Cidades, 01 jun. 2009.
Disponível em: <<http://pe360graus.com>>.

REVISTA NORDESTE.

- LUIS, Fernando, Recife. 07 set. 1958. s.n.
- SILVEIRA, João, Recife, n.16, ano II, 07 jul.1959. s.n.

REVISTA O CRUZEIRO.

- 20 set. 1958. S.l., s.n.
- 01 jun.1959. S.l., s.n.

PERNAMBUCO (Estado). *PRONTUÁRIOS DOPS*: N. 4.071 – Fernando de Noronha;

PERNAMBUCO (Estado). *PRONTUÁRIOS DOPS*: N. 4.314 – Acordo Militar;

PERNAMBUCO (Estado). *PRONTUÁRIOS DOPS*: N. 5387 – American Can Company;

PERNAMBUCO (Estado). *PRONTUÁRIOS DOPS*: N. 7.865 – Convenção pela Emancipação Nacional;

PERNAMBUCO (Estado). *PRONTUÁRIOS DOPS-PE*: N. 8.121 – Aços Maraton;

PERNAMBUCO (Estado). *PRONTUÁRIOS DOPS-PE*: N. 27.089 – informações, ofícios, jornais...;

PERNAMBUCO (Estado). *PRONTUÁRIOS DOPS-PE*: N. 27.706 – embaixada do Brasil na América do Norte;

PERNAMBUCO (Estado). *PRONTUÁRIOS DOPS-PE*: N. 27.708 – Consulado Americano.

CORDEIRO, Davi Alves (Seu Davi) - Entrevista concedida no dia 31 de julho de 2007; EPV – 0801 e 0802; Local: Residência de Seu Davi; Duração total/ aproximada: 1 hora e 40 minutos; Depoimento transcrito: 26 páginas. CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA E CULTURAL DE FERNANDO DE NORONHA (CEPEHC-FN) – ARQUIVO DIGITAL

OLIVEIRA, Francisco (Seu Chiquito) - Entrevista concedida no dia 02 de agosto de 2007; EPV – 0701 e 0702; Local: Residência de Seu Chiquito; Duração total/ aproximada: 1 hora 40 minutos; Depoimento transcrito: 24 páginas. CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA E CULTURAL DE FERNANDO DE NORONHA (CEPEHC-FN) – ARQUIVO DIGITAL.

LAGO, Sargento José Carlos Ferreira (Zé Lago) - Entrevista concedida no dia 06 de maio de 2008; EPV – 0806; Local: Residência de Seu Zé Lago; Duração total/ aproximada: 1 hora e 25 minutos; Depoimento transcrito: 32 páginas. CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA E CULTURAL DE FERNANDO DE NORONHA (CEPEHC-FN) – ARQUIVO DIGITAL.

Costa, Francisco Cazeca da (Seu Chicô) - Entrevista concedida no dia 06 de fevereiro de 2008; EPV – 0703; Seu Chicô; Local: saguão do aeroporto de Fernando de Noronha; Duração total/ aproximada: 36 minutos; Depoimento transcrito: 10 páginas. . CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA E CULTURAL DE FERNANDO DE NORONHA (CEPEHC-FN) – ARQUIVO DIGITAL.